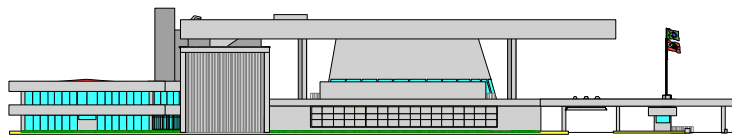


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 09 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.913

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Jean Kuhlmann  
Gelson Merísio  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Jean Kuhlmann  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
Professor Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Odete de Jesus  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Edson Piriquito - Vice Presidente  
Edison Andrino  
José Natal Pereira  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Edison Andrino  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Jean Kuhlmann  
Romildo Titon  
Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1214**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 052ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 03/07/2008.....2  
Ata da 053ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 08/07/2008...18

**Atos da Mesa**

Ato da Mesa - DI.....35

**Publicações Diversas**

Aviso de Licitação.....35  
Aviso de Resultado.....36  
Extratos .....36  
Ofícios .....36  
Parecer.....37  
Portarias .....38  
Projeto de Lei .....40

**PLENÁRIO**

# ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2008

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Altair Silva - Ana Paula Lima - Carlos Hoegen - César Cim - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Refere-se aos procedimentos de vídeo e endoscópias.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda a greve no transporte coletivo da capital; fala do lançamento do Plano Safra e do Plano Mais Alimentos; manifesta-se sobre questão da produção de insumo para agricultura familiar.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Discorre sobre problemas ocorridos no Presídio Regional de Blumenau.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Fala da preocupação do alto vale com relação ao presídio.

Partidos Políticos

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Manifesta-se sobre papel desempenhado pelo deputado Altair Silva na Casa; discorre sobre o desmantelamento da Cidasc e Epagri; tece considerações sobre situação dos quartéis militares nos municípios; aborda inconstitucionalidade de taxa cobrada pelo Detran e Siredoc.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Aborda retomada dos índices de inflação.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Ressalta que debate sobre volta da inflação precisa ser levantado pelos parlamentares.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Associa-se à preocupação com relação à volta da inflação.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (aparte) - Aborda necessidade de se exigir do presidente Lula medidas enérgicas para conter a inflação.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Parabeniza o deputado Jean Kuhlmann pelo discurso sobre a volta da inflação.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Aborda homenagem realizada na Casa à Fetaesc; elogia trabalho da Epagri; ressalta importância das cooperativas, registrando o Dia Mundial do Cooperativismo; registra presença do presidente do PMDB de Xanxerê e do assessor jurídico da prefeitura de Faxinal dos Guedes.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Elogia aprovação de matérias do Judiciário e Ministério Público; refere-se à aprovação de projeto que modifica critérios de distribuição de bolsas de estudo do art. 170; discorre sobre necessidade de instalação de *campus* da Udesc em Caçador.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Ressalta importância de jovens terem acesso às universidades.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Elogia a ida da Udesc para Caçador.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Manifesta-se sobre o aumento dos alimentos em nível federal e estadual.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Discorre sobre aumento da inflação; fala dos gastos do governo federal e da distribuição de recursos.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (aparte) - Cumprimenta o deputado Marcos Vieira pelo pronunciamento e diz que inflação será controlada.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Refere-se ao aumento da inflação e do preço do petróleo. Explicação Pessoal

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** - Aborda reunião com o DNIT para tratar da BR-470; reporta-se à importância da Lei n. 11.705, a Lei Seca.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Comenta os benefícios da Lei Seca.

**DEPUTADO IVAN NAATZ** - Elogia o trabalho realizado pelo deputado Rogério Mendonça e a administração do prefeito Dário Berger no que se refere à construção de ciclovias; aborda a Lei Seca.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Critica o secretário Ivo Carminati.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Refere-se à Lei Seca; comenta a greve do transporte coletivo; aborda os problemas na área da Saúde; reporta-se às inscrições do ProUni; comenta a inflação no país.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Aborda as medidas de combate ao aquecimento global; refere-se ao projeto da Polícia Militar; critica o subsídio da prefeitura para o transporte coletivo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se ao projeto de fixação do efetivo da Polícia Militar; parabeniza o Corpo de Bombeiros pelo seu dia; reporta-se à crise na Univali; comenta a greve do transporte coletivo.

**DEPUTADO VALDIR COBALCHINI** - Elogia o governador Luiz Henrique; refere-se ao caso Nei Silva.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Reporta-se ao caso Nei Silva.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (aparte) - Tece comentários a respeito do livro do jornalista Nei Silva.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (pela ordem) - Refere-se aos 25 anos da grande enchente de Blumenau.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Comenta sua audiência com o ministro da Saúde para tratar dos problemas do Hospital Santa Catarina de Criciúma.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Elogia o empenho do deputado Décio Góes para solucionar os problemas do Hospital Santa Catarina de Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL e pessoas que se encontram nas galerias desta Casa, certamente as necessidades que mudam o dia-a-dia, as necessidades da sociedade que mudam com o tempo e com o lugar têm sido demonstradas em todos os setores.

Na Saúde, por exemplo, certamente podemos identificar as maiores necessidades, diante, digamos, da insuficiência da capacidade do setor público de atender a todas as necessidades que são crescentes, repito, diante da facilidade de diagnósticos de doenças, bem como da melhoria no tratamento delas. Evidentemente, então, que as filas acabam aumentando diante da insuficiência do setor público.

Essa semana, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por minha indicação, aprovou um pedido de informação que nós encaminhamos à secretaria estadual da Saúde, com relação aos procedimentos de vídeo e de endocirurgias.

Esses procedimentos não são realizados nos hospitais públicos de Santa Catarina - e não são realizados em nenhum hospital público do Brasil - por falta, primeiro, de verbas e, principalmente, por falta de uma tabela que é elaborada pelo ministério da Saúde. E havendo essa tabela de códigos, esses procedimentos poderão começar a ser realizados, até mesmo não sendo pagos. Mas nesse momento, se algum hospital ou algum médico realizar um procedimento por vídeo ou por endocirurgia, ele poderá fazê-lo, mas terá que mentir o número do código, dizer que fez a cirurgia de outra maneira, para poder atender aquele paciente.

Hoje, as cirurgias com maior instrumental, com maior tecnologia, só são realizadas para aqueles que pagam algum convênio diferenciado ou aqueles que pagam as cirurgias. Ou seja, a cirurgia que corta o paciente é para os pobres e a que faz com furinho é para os ricos.

Ora, o governo não pode carregar essa pecha de maldade imputada pela sociedade por uma condição de que seria, de certa maneira, fácil de resolver.

Eu analisava aqui a arrecadação do primeiro trimestre, dos primeiros três meses deste ano, que foi de, aproximadamente, R\$ 260 milhões. Se essa arrecadação se repetir no segundo trimestre que acabou de encerrar e que não foi anunciada ainda, como também no terceiro e quarto trimestres - e estamos começando agora o terceiro -, nós vamos chegar próximo a R\$ 1 bilhão. A arrecadação do mesmo período do ano passado, eu anotei aqui os números, foi de R\$ 221,075 bilhões, enquanto que no mesmo período deste ano foi de R\$ 258,9 bilhões. Ou seja, R\$ 37,15 bilhões a mais só nesse primeiro trimestre.

Com relação ao aumento da arrecadação, esses R\$ 37 bilhões a mais, R\$ 27 bilhões a mais que no ano passado... E é bom destacar aqui que a maioria das tabelas de preços aumentou de 5% a 6%, mas outras não aumentaram. E em se tratando de honorários médicos e hospitalares, a arrecadação federal aumentou R\$ 27 bilhões, enquanto que a arrecadação dos estados aumentou R\$ 8,71 milhões e a dos municípios R\$ 1,04 milhão, totalizando, então, esses R\$ 37 bilhões a mais que o Poder Público arrecadou nesse primeiro trimestre.

Mas eu queria destacar aqui que a CPMF da Saúde teria arrecadado, nesse primeiro trimestre, R\$ 7,48 bilhões. Ora, a ausência da CPMF não é motivo, de forma alguma, para não conceder uma ampliação no serviço da Saúde, até porque, em vez de R\$ 7,48 bilhões que teria arrecadado a CPMF da Saúde, o governo federal arrecadou R\$ 27 bilhões a mais, ou seja, arrecadou R\$ 19,91 bilhões, R\$ 20 bilhões a mais, mesmo sem ter a CPMF.

Então, srs. deputados e prezados ouvintes, na verdade, a criação dessa arrecadação para a nova CPMF chamada de CSS é meramente uma desculpa para cobrar mais um imposto. O que nós temos que criar é a vontade do Poder Público de investir mais na Saúde.

Lamentavelmente, todas as pessoas consideram o gasto com a Saúde como se fosse uma batida de um carro: gastou para ficar como era antes. E a Saúde é mais ou menos isso também, só que temos de compreender que precisamos destinar uma parte do dinheiro do Orçamento para investir mais nela. A tal da PEC n. 29, que obriga a União a gastar um valor, os municípios a

gastar 15% da sua arrecadação ou o estado a gastar 12%, já foi um grande passo. Porém, o nosso administrador, no seu dia-a-dia, precisa se convencer de que deve investir mais na Saúde para poder dar o atendimento, para poder garantir à sociedade, ao usuário, de todas as categorias, principalmente àquele que não tem capacidade para investir na sua própria conta, a colaboração do governo, especialmente quando está enfermo.

Por isso, srs. deputados, essa semana nós pedimos à secretaria estadual que nos emitisse essa incapacidade que, hoje, o estado tem de poder fazer os procedimentos por vídeo. E o ministério da Saúde ainda não elaborou a tabela que permite que ao menos os municípios e estados que queiram investir nesse setor de cirurgias por vídeo ou por endocirurgias possam fazê-lo, até porque já teríamos a tabela.

Inclusive, a secretaria estadual de Saúde já está fazendo uma licitação para permitir a compra, a aquisição, a disponibilização dos equipamentos, com os quais se possa realizar essas cirurgias. Porém, só poderão ser realizadas no momento em que o ministério da Saúde elaborar essa tabela.

Por esse motivo, então, pedimos aqui o apoio dos deputados do PT, do PMDB, do PP, enfim, de todas as bancadas para que nós, junto com as bancadas federais, possamos mobilizar o ministério da Saúde a elaborar essa tabela e permitir que os estados que queiram dar um atendimento melhor, como quer Santa Catarina, possam fazê-lo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero saudar todos e registrar aqui um momento muito sério que a população de Florianópolis vive, inclusive já frisei isso ontem aqui na tribuna: a grande insatisfação que o povo catarinense, principalmente da capital, está vivendo, deputado Sívio Dreveck.

Lamentamos por essa falta de diálogo que está havendo. Foi feito um acordo em assembleia com mais de mil funcionários e simplesmente esse acordo não foi cumprido. Lamentamos essa falta de diálogo dos setores responsáveis pelo transporte coletivo de Florianópolis, que fez um acordo e não cumpriu. Infelizmente, estamos vivendo essa situação por intransigência dos empresários. Inclusive, estamos aqui chamando a atenção e queremos que os governos estadual e municipal contribuam para que esse processo se resolva o mais rápido possível.

Os trabalhadores estão dispostos a fazer um diálogo, hoje, e a terminar com esse movimento que prejudica, com certeza, os catarinenses e os florianopolitanos e que precisa chegar ao fim. E para isso precisa haver conversação e não se tratar como caso de polícia ou de justiça; é um caso que deve ser resolvido politicamente e com diálogo.

Então, quero chamar a atenção e esperamos que esta Casa possa contribuir na perspectiva de resolvermos esse problema.

Outro tema que quero trazer aqui como apoiador, como participante e como agricultor familiar, é um ato importante que acontece hoje em Brasília, e que também aconteceu ontem em Curitiba, no Paraná: o lançamento do Plano Safra, e hoje ao lançamento do Plano Mais Alimentos.

Ouvimos nesta semana pronunciamentos contundentes. Inclusive ontem foi falado sobre a problemática dos alimentos no Brasil e no mundo. Queremos dizer, deputado Marcos Vieira, que o governo federal está fazendo um investimento extraordinário na política agrícola brasileira. São mais de R\$ 60 bilhões na agricultura familiar, um aumento significativo na política para a agricultura familiar: de R\$ 10 bilhões para mais de R\$ 13 bilhões este ano para o Plano Safra, inclusive tirando a classificação no Pronaf de várias categorias de agricultores e fazendo uma política para o tamanho do investimento que o agricultor irá fazer. A diferenciação será feita pelo volume de recursos que o agricultor irá buscar, e os juros subsidiados serão de 2% ao ano.

Esse é um investimento extraordinário e já neste ano será feito investimento em torno de R\$ 6 bilhões para a ampliação do Programa Mais Alimentos, justamente para atacar a questão central do Brasil. Com o aumento do consumo, com o aumento da massa salarial e a melhora do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros que estão consumindo carne e leite, com certeza o estado de Santa Catarina vem-se beneficiando muito, porque é um grande produtor de carne e leite, inclusive é um grande exportador.

Então, o programa é importantíssimo para o investimento da agricultura familiar. Além disso, temos outra política importante que foi feita este ano - inclusive temos algumas críticas para fazer sobre a renegociação da dívida, porque entendemos que há setores que buscam os recursos para a agricultura e não investem no setor. Agora a grande maioria com certeza vem investindo fortemente na produção do nosso

Brasil, seja no setor de alimentos ou de outros produtos que hoje vão para o biocombustível, com o qual o Brasil vem-se destacando.

A renegociação de R\$ 72 bilhões de dívidas é importantíssima para que agricultores que têm dificuldades, que não conseguiram fazer seu saldo da dívida e estão em atraso, possam regularizar a sua situação com os bancos e continuar com a sua atividade.

Assim, essas medidas que foram anunciadas ontem, ou seja, a renegociação de dívida, R\$ 65 bilhões para a agricultura empresarial; a renegociação de mais de R\$ 70 bilhões de dívidas dos agricultores; hoje o lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar de mais de R\$ 13 bilhões; e mais o investimento no Programa Mais Alimentos - que deve, este ano, nesta safra, investir R\$ 6 milhões -, são importantíssimas para atacar a questão central, que é o aumento do consumo no nosso país. E isso demanda um aumento da produção de alimentos. E também, claro, a questão dos biocombustíveis coloca uma questão central, que é o papel da agricultura familiar na produção ainda maior de alimentos.

Praticamente 70% dos alimentos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar, e ela pode rapidamente dar o retorno. Em poucos meses, com um bom investimento, já teremos alimentos produzidos pela nossa agricultura familiar.

Temos aqui um conjunto de deputados que vivem em regiões de pequenas propriedades, que vivem em regiões de agricultura familiar e que sabem da importância do investimento público e agora de investimento num programa para compra de tratores, de máquinas pelos agricultores para facilitar o trabalho, que é penoso, na agricultura familiar.

Junto com isso vem um programa também de reajuste dos preços mínimos, e essa é uma das grandes problemáticas da agricultura familiar: não ter garantidos os preços na época da venda.

Teremos, então, um reajuste grande dos agricultores familiares nos produtos agrícolas em torno de 17% a 30% nos preços mínimos, seja no feijão, que aumentou significativamente o preço mínimo, o milho, o arroz e outros produtos que são essenciais na produção agrícola. Um dos problemas do feijão, hoje, com o aumento de preço, é a falta de incentivo e de controle da produção, pois quando o preço está ruim, os agricultores não produzem. Ai acaba faltando o produto e o preço aumenta. Mas se tivermos uma política de preço mínimo garantindo renda aos agricultores, não haverá mais falta de produto.

Para finalizar, quero abordar um tema que, inclusive, hoje vai ser anunciado, que é a questão da produção de insumo para agricultura familiar, principalmente o adubo.

Deputado Décio Góes, nós sempre condenamos a privatização no Brasil e, infelizmente, a venda das empresas estatais que produziam insumos e que controlavam o preço, a exemplo do que faz a Petrobras, hoje, com a gasolina, deixou-nos na mão das grandes multinacionais.

Hoje, 70% dos nossos insumos são importados, estão na mão de grandes multinacionais, monopólios que nós vimos denunciando que se vêm criando aqui no Brasil. E se o Brasil tiver, de fato, a capacidade de entrar - como o nosso presidente Lula tem certeza de que vai dar certo - nesse programa de produção de insumos, nós, com certeza, no futuro, não estaremos dependentes como hoje estão o Brasil e a agricultura familiar, infelizmente.

Esses programas com certeza vão dar um novo incentivo para a agricultura familiar e para a agricultura empresarial poderem ampliar, em muito, a produção de alimentos no país e dar condição para os trabalhadores poderem consumir um produto de qualidade, um produto do Brasil que de fato tenha valor agregado e esteja produzindo renda...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Gostaríamos de agradecer a presença dos alunos da 7ª série da Escola de Educação Básica Edite Gama Ramos, que vêm acompanhados pela professora Margarete Borba Rodrigues. Sejam todos muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidente e srs. parlamentares, quero ocupar a tribuna nesta manhã para trazer um assunto que está afligindo o município de Blumenau, que vem preocupando a comunidade no último mês e que realmente está trazendo um transtorno muito grande para toda cidade. Estive lendo matérias de alguns jornais e vários trazem esse assunto que me traz à tribuna hoje.

Nos últimos doze meses, ou seja, há um ano consecutivo, vários escândalos aconteceram no Presídio Regional de Blumenau. Foi um ano de polêmica, torturas, uso de viaturas por presos, facilitação de fugas, desvios de verbas das oficinas que estão sendo denunciadas. Ou seja, vários problemas acontecem no Presídio Regional de Blumenau e estão trazendo uma insegurança muito grande para a comunidade.

Eu fiz questão de pegar alguns jornais e começar a verificar várias questões que aconteceram ultimamente, e vi alguns assuntos muito estranhos. Por exemplo, há no *Jornal de Santa Catarina* a seguinte manchete: "Presos pulam o muro e ninguém vê". Como pode um preso pular o muro de um presídio e ninguém verificar isso, ninguém ver o preso pulando?

(Passa a ler.)

"Com tábuas de madeira, pedaços de ferro e seis lençóis amarrados, três presos escalaram o muro de aproximadamente seis metros de altura e fugiram do Presídio Regional de Blumenau." [sic] Isso no dia 26 de junho.

Outra denúncia:

(Passa a ler.)

"Dois presos são torturados

Dois presos são tirados da cela na galeria D por dois agentes prisionais. Em seguida, são jogados na galeria feminina A. As detentas recebem a ordem: 'batam neles'" [sic].

Essa organização de um presídio é realmente lamentável.

Deputado Moacir Sopelsa, no jornal *A Notícia* há a seguinte manchete: "Agentes mandam presas torturarem dois detentos".

Na *Folha de S.Paulo*, virou notícia nacional: "Agentes são suspeitos de incitar presas a torturar presos".

Trago aqui algumas capas de jornais: "Terror do lado de lá do portão". Falando a respeito dessa questão do presídio. "Mais quatro suspeitos de tortura abalam presídio". "Polícia indicia 12 por tortura".

Ora, srs. deputados, a comunidade de Blumenau e do Vale do Itajaí está aflita. Não quero aqui utilizar esta tribuna para defender os presos, mas quem está do lado de fora do presídio está com medo, pela insegurança, pela incapacidade dos agentes prisionais, do diretor do presídio. E mais ainda, pela incapacidade de algumas pessoas da secretaria de Segurança Pública, que não querem tomar uma providência definitiva, porque nos últimos 12 meses muitos problemas vêm acontecendo.

Eu quero ocupar esta tribuna para pedir, encarecidamente, ao secretário de Segurança que determine uma providência imediata! Não é possível, não é admissível que a população, que está fora do presídio, tenha mais medo da situação do que quem está dentro do presídio.

E aí nós passamos por várias situações e é importante que se mude o modelo que está sendo adotado.

(Passa a ler.)

"As seguidas denúncias envolvendo o presídio de Blumenau são fruto de um sistema falido [...]."

E aqui eu quero trazer uma declaração de uma professora que lida diretamente com isso.

(Continua lendo.)

"Com a autoridade de quem acompanha a realidade da estrutura há 14 anos, a professora acredita que o grande erro é admitir agentes prisionais despreparados. Ela critica a seleção dos profissionais, feita com base em uma prova escrita que, segundo a professora, não qualifica nem treina os agentes.

- O problema é a própria prisão, que corrompe e destrói o resto dos valores morais da pessoa. Não adianta só aumentar o número de vagas para detentos ou melhorar a estrutura. A situação exige uma mudança da própria função do presídio. [...]" [sic]



Ou seja, profissionais estão dizendo o que tem que ser feito, qual o encaminhamento a ser tomado. E eu lamento que algumas pessoas não tomam as devidas providências. Enquanto a população de Blumenau, do Vale do Itajaí, fica preocupada com a situação do presídio, algumas pessoas simplesmente o utilizam em benefício próprio, ou utilizam a estrutura em benefício próprio.

Por isso quero utilizar esta tribuna nesta manhã, srs. parlamentares, para pedir uma providência imediata, não só para garantir o direito, como ser humano, do detento, mas, acima de tudo, para garantir que o cidadão que fica do lado de fora do presídio não se sinta tão preso, tão vulnerável quanto quem está do lado de dentro.

É inadmissível essa situação e eu entendo que a secretaria de Segurança Pública tem que tomar uma medida imediata e não permitir que aconteça no próximo ano o que vem acontecendo nos últimos 12 meses.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Quería me associar ao discurso de v.exa., deputado Jean Kuhlmann, e dizer da preocupação, também, da região do alto vale com relação ao presídio.

Nós temos, no centro de Rio do Sul, um presídio gerando insegurança e efetivamente não cumprindo com o seu papel de ressocializar as pessoas que cometeram algum crime, alguma infração.

Portanto, a sua preocupação também é nossa, e queremos fazer coro com v.exa., em função de que também lá na nossa Rio do Sul, no nosso alto vale, sentimos essa necessidade.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero agradecer, deputado Carlos Hoegen, e dizer que realmente a função do presídio tem que ser muito mais do que apenas deter as pessoas e acomodá-las num ambiente; deve ser também da reeducação. Temos que ter no presídio um local de reeducação do preso para garantir que a sociedade esteja segura e que o preso, quando terminar de cumprir a sua pena, não passe novamente a cometer outros delitos.

Para os senhores terem uma idéia, nos últimos 12 meses dois diretores do presídio foram afastados e a situação não foi resolvida. Será que o problema está na direção? Será que está no sistema? Será que está no conjunto? O importante é que seja tomada alguma medida e que possamos ter esse problema resolvido, porque a população, o povo não merece tanta insegurança. As pessoas que vivem em volta do presídio não merecem mais passar por esse medo.

E quero pedir novamente à secretaria da Segurança Pública que busque a solução, que resolva esse problema, porque nós não podemos mais conviver com essa insegurança. Espero que tenhamos uma atenção especial e que se possa punir os responsáveis e buscar uma solução.

Espero que realmente a população do vale do Itajaí, e não só de Blumenau, porque o presídio atende a todo o vale do Itajaí, possa ter no presídio um ambiente seguro e um local de recuperação do detento. Mas também um local onde o bandido seja colocado e a população, que está do lado de fora, não sinta medo. Porque, hoje, infelizmente, as pessoas que moram na região têm que colocar grades nas suas casas, equipamentos de segurança nas suas residências e contratar seguranças. Por quê? Porque vivem com muito mais medo e insegurança do que quem cometeu o delito. E isso é prejudicial à sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Inscrito o deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, srs. deputados, meu líder desse grandioso e sempre glorioso PP, regressamos de uma longa passagem pela nossa região, em que aproveitamos o tempo em que estávamos licenciados deste Poder. Tivemos a honra de transmitir o nosso cargo, nesse espaço de dois meses, ao eminente cidadão catarinense lá do oeste, o deputado Altair Silva, que nos substituiu aqui e desempenhou um papel muito importante nesta Casa.

Quero dizer que o deputado realmente soube aproveitar o tempo em que aqui esteve, trazendo para esta tribuna, por exemplo, o sério problema da água, que nós já conhecíamos lá no município de Chapecó. Infelizmente, não tive condições de estar presente, mas foi realizada uma audiência pública para tratar desse assunto tão importante e que estava relegado a terceiro ou quarto plano pela administração tanto estadual, quanto municipal. Nós constatamos o problema e o então deputado Altair Silva levou o assunto ao conhecimento de toda a comunidade chapecoense, mostrando o que estava acontecendo e que água estavam tomando.

Por isso, além de outros pleitos, o deputado Altair Silva teve uma passagem por aqui muito importante para a nossa região, principalmente para a região oeste catarinense.

Mas, aproveitando a nossa visita a mais de 60 municípios, lamentavelmente constatamos aquilo que há muito tempo venho propalando nesta Assembléia, ou seja, o problema do desmantelamento, deputados Valdir Cobalchini e Moacir Sopelsa, da nossa Epagri e da nossa Cidasc.

Lamento, deputado Silvío Dreveck, porque são duas empresas de Santa Catarina que temos que tirar o chapéu. São duas empresas públicas que prestam um trabalho significativo para toda a sociedade catarinense, até porque a Epagri tem a grande responsabilidade nos experimentos, nas pesquisas e na extensão dos produtos agropecuários que nos alimentam. Essa empresa possui elementos com doutorado, com mestrado, qualificados tecnicamente para a pesquisa na fruticultura, no grão, na banana, no peixe, enfim em todos os segmentos do setor produtivo alimentar.

A Cidasc tem a grande responsabilidade de cuidar da sanidade animal e vegetal. Aonde nós íamos, perguntávamos aos agricultores, às cooperativas, às associações e aos sindicatos a atuação dessas duas empresas e raramente escutávamos alguém dizer que estava tudo bem, raramente deputado Moacir Sopelsa. Alguns diziam que tinham saudade de alguns anos passados. Por quê? Porque os equipamentos, deputado Moacir Sopelsa, que v.exa. mantinha ainda como secretário da Agricultura para a perfuração de poços artesanais, os tratores, as máquinas agrícolas que a Cidasc tinha, não tem mais nada!

A Epagri, a exemplo de Caçador, está vivendo as suas próprias custas. Está fazendo convênios particulares com algumas empresas, vendendo mudas, tentando se manter um pouco com que aquilo que eles produzem, porque não está havendo pleito nenhum para a melhoria. E os convênios, com os prazos terminados, não foram renovados com algumas empresas.

A Associação Brasileira de Produtores de Maçã, que sempre foi uma grande parceira na nossa região, também está bastante desanimada com a atuação da nossa Epagri. É triste, mas é uma realidade! Daí aquele material humano de alta qualificação está lá sem saber, muitas vezes, o que é que vão fazer de bom para Santa Catarina.

Srs. deputados, as pesquisas mostraram que a Epagri é uma das empresas do Brasil - e isso foi dito pela própria Embrapa - que mais têm prestado serviços na área de pesquisas e de extensão do setor produtivo alimentar, dando, inclusive, colaboração à própria Embrapa, em nível nacional.

Por outro lado, visitamos também os quartéis das polícias militares. Encontrávamos os policiais, conversávamos e perguntávamos como é que estava a segurança no seu município, como é que estava o desempenho do seu trabalho. A choradeira era uma só! E diziam que as horas extras haviam sido cortadas, que não havia gasolina para a ronda, que estavam à mercê daquilo que Deus quer; diziam que não tinham mais benefício nenhum, só excesso de trabalho, sem uma remuneração condizente.

Ainda na segunda-feira, às 23h, quando eu saí de Caçador com destino a Florianópolis, encontrei uma viatura num posto de gasolina e perguntei se ele iria encher o tanque. Ele respondeu que só se o tanque fosse um litro de coca-cola, pois era mais ou menos o que poderiam colocar no tanque. Então, é impossível!

Ontem, nós vimos aqui uma corporação louvável, com um pessoal altamente preparado e policiais treinados, oficiais que lutam, que mantêm a segurança ostensiva no nosso estado, mesmo aqueles que pertencem ao Corpo de Bombeiros Militar. Aproveite para lembrar que ontem foi o Dia do Bombeiro, e choradeira é a palavra correta! A choradeira dos militares em todos os sentidos é muito grande. Eu não sei o que está acontecendo! A imprensa tem mostrado muito pouco da realidade que nós vivemos no nosso estado!

Essa nossa viagem valeu a pena porque, deputado Silvío Dreveck, como o nosso trabalho parlamentar é realizado na segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira até o meio-dia nesta Casa, só temos os fins de semana para ir à nossa região e obter todas essas informações. Mas, felizmente, nesses meus dois meses eu tive condições de girar pela minha região.

Outra coisa chamou-me a atenção - e vou fazer um alerta, não uma denúncia, em absoluto. Quem estava aqui em 1977 deve se lembrar que nós entramos com uma ação contra o Detran e o Siredoc, que estavam cobrando uma taxa sobre o valor do veículo para o registro dos contratos de alienação fiduciária junto aos cartórios, cobrando 1% do valor do veículo. Paire no ar que existe um movimento para que volte a cobrança dessas taxas pelos cartórios em Santa Catarina.

Nós vamos ficar atentos para que isso não ocorra, pois por duas vezes entramos na Justiça e nas duas vezes a cobrança dessas taxas foi considerada inconstitucional.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Gostaria de registrar, com muito pesar, o falecimento, nesta semana, de duas personalidades da cidade de Blumenau: o advogado Luiz Sérgio e o sr. Rodrigo Carneiro Mussi, que era de Florianópolis, mas tinha escritório em Blumenau.

Quero aqui transmitir as minhas condolências às famílias enlutadas.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de ocupar o tempo do nosso partido nesta manhã para fazer um convite a todos os parlamentares e à sociedade catarinense.

Srs. deputados, sabemos muito bem que, como representantes da população, temos o dever de trazer assuntos de grande interesse para todos. E nós não podemos esconder que o assunto que mais aflige, e que tem sido trazido a esta tribuna por vários deputados, é a questão da retomada dos índices da inflação.

Por isso, o nosso partido estará realizando, nesta tarde, a partir das 14h30min, na Sala de Imprensa, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o Feirão da Inflação. Vamos mostrar, até por iniciativa do deputado Paulinho Bornhausen, a questão da inflação e como isso vem atingindo a nossa sociedade, através dos produtos que são trazidos à mesa do consumidor, principalmente com relação à cesta básica.

Se pegarmos o jornal *A Folha de S.Paulo*, para alguns não dizerem que é uma questão política ou que isso é mentira - e isso já foi trazido à tribuna por outros deputados também -, veremos que a cesta básica teve um aumento de até 52%, deputado José Natal, nos últimos 12 meses!

Quem é o mais atingido com esse aumento do valor da cesta básica? Com certeza a população mais carente, as pessoas que mais precisam desses alimentos, deputado Carlos Hoegen, é a mais atingida por esse aumento. Infelizmente, o governo muitas vezes prefere deixar a inflação subir a cortar alguns gastos que poderiam ser cortados e que com certeza minimizariam a questão da inflação.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - De fato passa a ser uma preocupação de todo o cidadão brasileiro a questão da inflação, principalmente para aqueles que já viram esse filme em anos anteriores. Não sou economista, mas lembro que uma das lições aprendidas no curso de Administração, nas aulas de economia, foi exatamente essa de que não se pode controlar a inflação com a taxa de câmbio. E é isso que está acontecendo, hoje, no Brasil, porque fazendo isso, a especulação será favorecida. E é a especulação que vai em detrimento dos investimentos na área social, da educação, da saúde e da infra-estrutura.

Acho que esse debate precisa, mais do que nunca, ser feito, trabalhado e acolhido entre nós, parlamentares.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos, esse debate tem que ser levantado.

Deputado José Natal, em janeiro a cesta básica custava aproximadamente R\$ 164,00. Hoje custa mais de R\$ 200,00, e isso afeta diretamente o bolso da população.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, no mês de maio assomei à tribuna para fazer um pronunciamento sobre o início da disparada da inflação, um alerta de que o governo federal deveria se preocupar com relação ao assunto. Sabemos o que isso tem causado para a conjuntura nacional e como tem repercutido em nosso país.

Ontem, vi o presidente Lula fazer um discurso, um daqueles politiquinhos que sabe fazer muito bem pelo país afora, dizendo que a Oposição está torcendo pela inflação. Isso é para ter discurso, porque não é realidade, deputado Pedro Uczai. A Oposição está cumprindo o seu papel de alertar para que ele tome providências, através da sua equipe econômica, para que esse processo inflacionário não seja desencadeado.

Srs. deputados, nós perdemos a estabilidade que o governo Fernando Henrique Cardoso, queira ou não, deixou neste país. Agora estamos começando a perceber a incompetência de não conseguir frear a inflação no início. O meu líder irá trazer isso à tona daqui a pouco e eu também assumirei à tribuna.

Mas quero, com certeza, com v.exa. e com a maioria da população brasileira, associar-me a essa preocupação, que é normal. Isso não é um discurso de Oposição, mas, sim, de quem realmente está preocupado com o país, de quem o colocou nos trilhos e agora estão deixando sair.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nobre deputado, quero agradecer e dizer que aquilo que v.exa. disse foi justamente o que o próprio deputado Ismael dos Santos já falou, ou seja, se o governo não cortar na sua carne, infelizmente quem vai sangrar será a população brasileira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Nobre deputado, é pertinente e providencial o pronunciamento que v.exa. faz na tribuna desta Casa.

Vou ocupar o espaço destinado ao PSDB e casualmente vou mostrar a mesma *Folha de S.Paulo* que v.exa. mostrou, assim como outras matérias de jornais do país.

Agora, o que me chama a atenção, nobre deputado, é que o líder do PT, o deputado Pedro Uczai, não ocupa a tribuna desta Casa em defesa da população brasileira, exigindo do presidente da República, do presidente do seu partido, medidas enérgicas para conter a inflação no país. Mas a Oposição está fazendo o seu trabalho.

V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nobre deputado, infelizmente ele não ocupa nem vai ocupar a tribuna para falar sobre o assunto porque o seu grande líder, o ministro Guido Mantega, teve o disparate, a cara-de-pau de dizer que há um exagero no noticiário. Provavelmente ele não vai ao mercado fazer compras porque não sente no seu bolso os 52% do aumento da cesta básica!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento!

Quero dizer que este governo perdulário e gastador vai mostrando a sua cara. E tem mais: para acelerar todo esse processo, ainda pensa em criar mais uma contribuição, ou seja, sugar do poder produtivo para infestar o seu cofre e poder cada vez mais se esparramar nas suas nomeações, nas suas gratificações, enfim, na festa deste governo perdulário e gastador.

Parabéns pelo discurso, pois essa é a preocupação de todos nós. E o ministro Mantega, por certo, não conhece a legítima inflação, pois nunca pegou um carrinho e foi ao supermercado; nunca teve que pagar aluguel; nunca teve que fazer as compras que por certo a sua assessoria ou os seus serviços fazem.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Carlos Hoegen. Quem não vê em um ano, srs. parlamentares, um aumento na cesta básica de mais de 50%, infelizmente não vive neste país!

Quero aqui realmente só reafirmar o convite para hoje, às 14h30min, no Feirão da Inflação, parabenizar o deputado Paulinho Bornhausen pela iniciativa e convidar não só os srs. parlamentares, como toda a população catarinense, para acompanharem e fiscalizarem a inflação, porque se nós não fizermos a nossa parte, o governo Lula, infelizmente, não cortará as despesas e não irá fazer a sua parte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, deputado Valdir Cobalchini, assomei à tribuna porque não o vi. Mas dividirei o tempo com v.exa. e agradeço por isso.

Vou trazer hoje à tribuna dois assuntos. Primeiramente, quero dizer que foi feita, ontem, aqui, uma bela homenagem aos 40 anos da Fetaesc - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. Foi uma homenagem proposta pelo deputado Herneus de Nadal e aprovada por todos os deputados desta Casa.

Eu ouvi aqui o pronunciamento do deputado Jean Kuhlmann sobre a inflação que ronda as nossas casas, os brasileiros e sobre a questão dos alimentos. E a Fetaesc estava aqui, ontem, representada por mais de 150 presidentes de sindicatos, com mais de 200 pessoas ligadas exatamente à agricultura.

Um estado como Santa Catarina, que tem um pouco mais de 1% do território do país e é o sexto produtor de alimentos, precisa, srs. deputados Professor Grando e Carlos Hoegen, dar o devido valor à nossa agricultura. Em cada pequena propriedade temos uma microempresa produtora de alimentos. Um estado que se coloca como o primeiro produtor de suínos no país, como o segundo produtor de aves do país, que está entre os primeiros na produção de maçãs, na produção de cebola e de alho, precisa, de fato, dar o devido valor à sua agricultura.

Eu vi aqui o deputado Reno Caramori preocupado com a situação da Epagri e da Cidasc. Nós caminhamos muito nos últimos anos e o *status* sanitário que Santa Catarina conseguiu foi graças ao trabalho do nosso produtor e da Cidasc. Mas é preciso que o estado continue investindo e melhorando esse setor. Precisamos olhar a agricultura de Santa Catarina como modelo para o país. Ela é exemplo e pode ser comparada com os países mais desenvolvidos do mundo. Da mesma forma, o trabalho da Epagri. Eu venho de família da agricultura, vivi a minha vida toda na agricultura e sei a importância que a Epagri teve para o desenvolvimento tecnológico do setor no estado de Santa Catarina.

É claro, deputado Reno Caramori, que precisamos continuar investindo, mas eu também concordo que são poucos os investimentos feitos na agricultura, pelo tanto que representamos. Sei que é difícil, o governo tem se preocupado com isso e, através do Programa Microbacias, foi feito um investimento de mais de R\$ 100 milhões, sendo que 50% desses recursos foram desembolsados dos Cofres do governo do estado e os outros 50% foram conseguidos através de financiamento. Eu sei também do investimento que está sendo feito na sanidade animal, com a participação das indústrias, para situar melhor o nosso estado dentro dessa questão, a fim de buscarmos novos mercados que possam pagar melhor os nossos produtos.

Outro assunto que nós discutimos ontem foi com as cooperativas. Neste próximo sábado, as cooperativas festejarão o Dia Mundial do Cooperativismo. Nós também sentimos a necessidade de que haja uma lei para as cooperativas em Santa Catarina. Eu tenho certeza de que podemos contar com os 25 deputados que assinaram o requerimento, deputado Joares Ponticelli, para criar aqui a Frente Parlamentar Cooperativista que vai trabalhar nessa direção. Por quê? Porque eu acho que é outro setor que ajuda a organizar o nosso produtor, que ajuda a fazer com que o nosso produtor tenha mais tecnologia e produza mais.

Então, são ações realmente que precisam ser feitas. Eu tenho certeza de que a grande maioria dos deputados que está na Assembléia Legislativa vem de regiões do interior do estado de Santa Catarina e conhece a agricultura, sabe da sua dificuldade. E aqueles que não são dessas regiões produtoras têm conhecimento disso porque sabem da importância que tem a agricultura para o nosso estado.

Por isso quero deixar aqui registrado, no dia de hoje, o meu reconhecimento aos 40 anos da Fetaesc e dar os parabéns às cooperativas que comemoraram agora, no próximo sábado, o Dia Mundial do Cooperativismo.

Antes de encerrar, sr. presidente, eu queria registrar a presença, nesta Casa, do meu amigo e presidente do PMDB do município de Xanxerê, dr. Adenilson Biazus, como também do assessor jurídico da prefeitura de Faxinal dos Guedes, dr. Edson Valgói. É um prazer recebê-los neste Parlamento.

Eu deixo o restante do tempo ao deputado Valdir Cobalchini.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, o restante do tempo será destinado ao deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, eu gostaria de dizer da satisfação de termos aprovado aqui, ontem, matérias importantes, algumas de origem do Poder Judiciário e outras do Ministério Público, sendo que uma delas eleva comarcas de entrância intermediária para a final. São 11 comarcas, uma delas em Caçador, que eu reputo da maior importância, até porque isso vai permitir que os magistrados possam construir a sua carreira na própria região.

Muitas vezes os juízes são, por exemplo, aqui do litoral, mas começam a sua vida no extremo oeste do estado e demoram muitos anos para regressar à sua origem. E o que tem acontecido é que eles permanecem muito pouco tempo nas comarcas, atrapalhando sobremaneira a prestação jurisdicional que deveria ser melhor.

Com isso nós vamos também, com a criação dos cargos de juiz que ontem esta Casa aprovou, permitir que sejam instaladas varas em várias comarcas, varas que já foram criadas, mas que dependiam da criação desses cargos de juiz para que fossem instaladas. E assim essas comarcas que foram elevadas à entrância final poderão finalmente instalar essas varas com a criação desses cargos de juiz, dando por certo maior celeridade aos processos, fazendo com que haja menor tempo, desde o protocolo, da petição inicial, até o julgamento.

Por isso quero cumprimentar o Poder Judiciário e o Ministério Público pelo envio desses projetos e esta Casa que, de forma madura e rápida, aprovou as respectivas matérias.

Outro projeto que, ontem, também aprovamos, de autoria do deputado Professor Grandó e relatado pelo deputado Pedro Uczai, modifica os critérios de distribuição de bolsas de estudo do art. 170, permitindo, assim, deputado Pedro Baldissera e demais membros da comissão de Educação da qual faço parte, com muito orgulho, que se possa estender o benefício da bolsa de estudo para mais alunos. Temos um exemplo lá em Caçador, onde dos cerca de três mil estudantes da UNC, 81 deles reivindicam as bolsas de estudo.

Infelizmente, esta é a realidade da nossa região, deputados Carlos Hoegen e Ismael dos Santos: apenas pouco mais de 300 alunos foram contemplados, até porque, pelo sistema antigo, a bolsa concedida era no mínimo 50% do valor da mensalidade. Com essa mudança, permitindo que haja uma redução em até 25%, pelo menos o dobro dos alunos será beneficiado.

Então, eu me senti muito feliz, particularmente, pelo fato de ver, enquanto estou aqui na Assembléia Legislativa, uma das minhas bandeiras serem atendidas.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero cumprimentá-lo e dizer que essa é uma conquista coletiva, é uma conquista do Parlamento que se sensibilizou com a importância de permitir mais jovens terem acesso ao ensino superior.

Eu, que fui autor da regulamentação do art. 170, busquei, junto com os demais deputados, esse entendimento do substitutivo global para que mais jovens tenham acesso à universidade. Eu não tenho dúvida nenhuma de que a melhor herança que um pai e uma mãe deixam aos filhos é a educação. E nós, agentes públicos, nós, deputados, temos que garantir que cada vez mais jovens tenham acesso à educação.

Parabéns pela crença de v.exa. também na importância do ensino superior, na importância de o nosso Sistema Acafe ser fortalecido.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Outro assunto que já tive a oportunidade de defender logo no primeiro dia em que assumi na Assembléia Legislativa diz respeito ao ensino público gratuito.

Em nossa região, se fizemos a relação da população e alunos matriculados, não teremos sequer 5% da população frequentando o ensino superior. Por isso eu acho que há necessidade urgente de ser instalado um *campus* da Udesc em nossa região.

Eu e o deputado Marcos Vieira, srs. deputados, tivemos a oportunidade de ter uma audiência com o governador Luiz Henrique, com o secretário da Educação, com o reitor da Udesc e com representantes da UnC para levarmos esse pleito que, felizmente, caminha e dá-nos a expectativa de vermos brevemente instalado lá na nossa cidade, na nossa região, um *campus* da Udesc.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Parabéns, deputado Valdir Cobalchini. Levar a Udesc para Caçador, esparramá-la por este estado afora deve ser uma missão de todos os governos. Afinal de contas, é propiciar às pessoas, que não têm e que não terão jamais a oportunidade de estudar, o conhecimento, através do ensino público e gratuito.

É uma quimera, um sonho, que um dia isso aconteça para todos, mas o governo pode fazer a sua parte. E recentemente tivemos a instalação da universidade em Ibirama e a transformação social já começou, deputado Valdir Cobalchini.

Portanto, parabéns pela sua luta!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Carlão.

Quanto à Udesc, eu sei que outras regiões do estado também têm o pleito nesse mesmo sentido. Mas eu acho que há ainda um vazio da Udesc, que começou no litoral, em Florianópolis, em Joinville, em Lages e mais recentemente no oeste de Santa Catarina, em Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos, depois em Ibirama e agora em Laguna, no meio-oeste catarinense. Eu entendo que Caçador, sendo a maior cidade do meio-oeste, tendo as maiores dificuldades, sofrendo ainda por certas chagas do Contestado, necessita, até como estratégia de ação de estado, ter esse instrumento para o desenvolvimento da nossa região.

Vamos continuar trabalhando, deputados Marcos Vieira e Reno Caramori - e v.exas. vêm dessa região e estão aqui há muitos anos também -, num grande esforço de levarmos a Udesc para a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Valdir Cobalchini.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo esta tribuna para falar, no horário do nosso partido, sobre dois temas.

Primeiramente, sobre o discurso da Oposição, que está ocupando esse espaço para construir um diálogo com o governo federal. Eu acho que isso é positivo porque ela tem que construir um processo de discussão e de compreensão sobre a realidade que estamos vivendo.

Mas não pode, por outro lado, escamotear, esconder e nublar a compreensão do fenômeno do preço dos alimentos. É ingenuidade ou má-fé imaginar que a comunidade européia, ontem, aumentou as taxas de juros em função do aumento dos alimentos e quem sabe a responsabilidade é do governo Lula. Os Estados Unidos têm aumentado o preço e os juros porque há lá a inflação também dos alimentos, como na Europa, na Ásia, na América Latina e no Brasil.

É ingenuidade, falta de informação, e a isso chamo de ignorância, ou má-fé imaginar que a responsabilidade do aumento dos alimentos não tenha efetivamente como causas profundas - não a política econômica do presidente Lula - esse cenário do aumento do preço do petróleo, que aumenta os fertilizantes, o transporte e o preço dos alimentos.

Não é possível imaginar que a especulação imobiliária nos Estados Unidos tenha passado para outro setor. A crise imobiliária dos Estados Unidos passou esse recurso para investimento em *commodities* agrícolas, em minérios e também no petróleo, como forma da especulação, como causa do aumento do preço dos alimentos e da inflação.

Terceira causa - questão climática, questão de safra, que está produzindo também o aumento dos alimentos. Em quarto lugar, o aumento do consumo no mundo, na Ásia, na China, na Índia e também no Brasil, e isso também provoca o aumento dos alimentos.

Cada país está buscando algumas respostas, e o governo do presidente Lula - para preocupação da Oposição, que vai ter, logo à frente, que reduzir o discurso que está fazendo agora - no dia de ontem, anunciou mais R\$ 78 bilhões para produzir mais alimentos na safra 2007/2008. Aumentou o limite de crédito e reduziu a taxa de juros construindo o quê? A possibilidade real de aumentar mais 18 milhões de toneladas de alimentos.

Essa é a resposta para o aumento do preço dos alimentos: produzir mais alimentos. Os neoliberais do PSDB e do PFL, que ocuparam esta tribuna, não sabem que não se acaba com a lei da oferta e da procura com lei em Parlamento, e sim aumentando a oferta para reduzir o preço do alimento. Aumentando a oferta no mercado, conseguiremos segurar o preço.

Por isso nenhum parlamentar da Oposição do PSDB e do PFL vai conseguir acabar com essa lei, enquanto houver capitalismo vivenciado e experienciado no país, e irão perceber que esse é o caminho.

Portanto, a Oposição, com o seu discurso - e como diz o presidente Lula, a Oposição está apostando no quanto pior melhor -, vai quebrar a cara, porque no ano que vem vai haver uma safra maior de alimentos com esse crédito de até R\$ 100 mil, com três anos de carência e com dez anos para pagar. Será nova safra, novos recursos, novos créditos, com redução da taxa de juros. E com certeza isso irá permitir o aumento da produção e será uma das respostas à perspectiva da redução de preço dos alimentos.

O governo do presidente Lula constrói uma política séria de aumento de preço, de aumento de salário, de aumento do poder de compra e de poder aquisitivo, inclusive computador para as classes "c" e "d". Nunca se comprou tanto computador! Isso está demonstrando que aumentou o poder de compra, o poder aquisitivo.

O governo Lula e nós estamos preocupados com o preço dos alimentos? Sim! É realidade? Sim! Agora, a diferença é a compreensão dessa realidade, e não olhar enviesado para mostrar que a única causa é a política econômica. É justamente ao contrário. A política econômica está buscando dar uma resposta ao aumento dos alimentos.

Em segundo lugar - e o PSDB e o PFL estão aqui no governo do estado -: qual é a posição do governo do estado para diminuir o preço dos alimentos? Qual é política agrícola do governo do estado de Santa Catarina para dar a possibilidade... Pergunto ao PSDB e ao PFL, que estão fazendo discurso aqui: quanto vai ser o orçamento da agricultura em Santa Catarina nos próximos quatro anos, deputado Silvio Dreveck? Dezesseis milhões por ano! Só para a agricultura familiar, teremos R\$ 1,5 bilhão para Santa Catarina, que virão do governo federal. Do governo do estado foram apenas R\$ 437 milhões em todo o orçamento da agricultura em 2003, e terminou em 2005, 2007 em R\$ 395 milhões, e parte dele nem foi investido.

No PPA, que foi votado nesta Casa, R\$ 16 milhões; R\$ 66 milhões em quatro anos. Esse é o investimento que o governo do PSDB, PFL e PMDB irá fazer aqui em Santa Catarina! E agora vêm fazer o discurso, quando o governo Lula anuncia R\$ 78 bilhões, só para Santa Catarina será R\$ 1,5 bilhão para a agricultura familiar, além de R\$ 3 bilhões ou R\$ 4 bilhões para a agricultura patronal, para o agronegócio no estado.

Portanto, fica difícil fazer discurso de oposição por oposição. Não tinham mais discurso para fazer contra o governo Lula. Mas vejam parlamentares do PSDB e do PFL que sobem à tribuna: a palavra é séria, a palavra é responsabilidade! Perguntam ao governo de vexas. o que ele está fazendo para a reduzir o preço dos alimentos e qual é a responsabilidade? Não! Estão preocupados - claro que não têm tempo para se preocupar com o preço dos alimentos aqui no estado - com as denúncias porque o Nei Silva agora está solto, pode falar e vai trazer mais gravações.

O secretário Ivo Carminati, hoje, nas gravações, já começa a mostrar. Ele disse há um mês na CBN: "Nem conheço esse cara, é um caso de polícia". Agora já existe gravação da conversa dele e já existe preço discutido, negociado: "Não são R\$ 350 mil; são R\$ 50 mil, R\$ 40 mil. Não, mas já recebeu R\$ 120 mil". Ou seja, negociação! É extorsão ou negociação? Eu acho que todos os dados, deputada Ana Paula Lima e deputado Joares Ponticelli, mostram que a extorsão, quem sabe, foi o inverso! Tentaram extorquir no dia para evitar a publicidade, evitar a publicação! A extorsão inverteu agora! Estão lá os dados, está lá o ex-juiz aposentado dizendo: "É realidade o que está no livro". Ou seja, é verdade o que está no livro!

Por isso não há preocupação de investir nos alimentos aqui em Santa Catarina. Por isso, quando vemos a entrevista...

Eu acho que é o maior cara-de-pau. Eu não sou advogado, mas os advogados, muitas vezes, vão construindo um discurso para mais esconder do que revelar, e acho que essa é a tarefa. Quem sabe seja essa a tarefa. E quando ouço aqui determinadas falas: "Porque não prestou nenhum trabalho obedecendo às normas da legalidade". Vejam o que o Carminati diz! Claro, foi caixa dois! Foi patrocínio das empresas estatais! Foi secretário conversando com empresas privadas para dar caixa dois, para sustentar publicidade de um governo. Claro, confirma! Não há legalidade! Mas claro que não há! Como é que vai haver legalidade?!

Mas esteve lá o secretário Armando Hess, que diz que foi ingênuo. Mas a entrevista que ele deu aumentou a ingenuidade. Confirmou que o projeto era bom, enviou e-mails para todos os secretários Regionais, mandou que eles conversassem com todos da região para conseguir o dinheiro para sustentar a publicidade do governo do estado.

Quem sabe aí exista menos preocupação com alimento em Santa Catarina, com a agricultura, e haja mais preocupação com publicidade e propaganda deste governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito o brigada, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente e srs. deputados, não poderia ser diferente que o tema a predominar na tribuna desta Casa seja a alta da inflação, pois é o custo de vida, é menos dinheiro no bolso do trabalhador, é menos comida na mesa da população.

Ingenuidade ou má-fé? De quem, deputado Pedro Uczai? Acho que o senhor está misturando alhos com bugalhos. Foi o presidente Lula que disse tempos atrás: "Não se preocupem, a crise internacional não vai afetar o Brasil. O Brasil tem estacas sólidas, tem bases sólidas". Deputado Pedro Uczai, foi o presidente Lula quem disse isso! Ou será que foi o ministro Mantega que buzinou isso no ouvido do presidente Lula, deputado José Natal?

Ingenuidade ou má-fé? De quem? Agora, uma certeza nós temos: foi o presidente Fernando Henrique Cardoso que implantou o Plano Real no Brasil. Foi o presidente Fernando Henrique Cardoso, junto com o Democratas, que estabilizou a economia no país! E agora? E o PMDB ajudou, estava lá. O senador Neuto De Conto foi o relator do Plano Real. Agora, o governo Lula não está sabendo manter a estabilidade econômica?! O governo Lula está tirando a comida da mesa do trabalhador, deputado Pedro Uczai?!

Um jornal de âmbito nacional traz a seguinte manchete: "Cesta básica sobe até 52% em 12 meses"! Meu Deus do céu! Em 12 meses, 52%; se dividirmos por dois, temos 25,5%. Mas só nos últimos seis meses, deputado Ismael dos Santos, já subiu 29%! Então, a previsão é de 60% em um ano! Só que Florianópolis aparece, desgraçadamente, como uma das capitais mais caras do país. Está aqui no topo do ranking!

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!



O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. não quer responsabilizar o prefeito Dário Berger porque Florianópolis é a mais cara, não é?

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, para fazer justiça, dizer que o Plano Real é do ex-presidente da República Itamar Franco, que teve continuidade com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e depois com o presidente Lula. Mas eu acho que nós vamos controlar a inflação.

Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Edison Andrino, o que mais me chama a atenção é que paralelamente à alta da inflação, há alta do custo de vida, há menos comida da mesa do trabalhador. Vejam, sras. deputadas e srs. deputados, o que é mais grave: a importação do Brasil é recorde e o saldo caiu 44%!

Vejam, *Folha de S.Paulo*, no estado de São Paulo, no caderno de economia do dia de ontem:

(Passa a ler.)

"As importações brasileiras registraram no primeiro semestre de 2008 a maior taxa de crescimento desde 1995, quando o real tinha paridade com o dólar. As compras internacionais cresceram 50,6%." [sic]

Ou seja, deputado Professor Grandó, está-se trazendo mais produtos do exterior do que levando a nossa produção ao exterior. Isso significa o quê? Menos produção no Brasil e mais desemprego, menos comida na mesa do trabalhador.

Mais especificamente aqui em Santa Catarina, em Florianópolis:

(Passa a ler.)

"Sras. e srs. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, a cesta básica em Florianópolis já subiu 25%.

A subida acelerada dos preços dos alimentos foi, hoje, tema das manchetes dos principais jornais, rádio e televisões do país inteiro. E o motivo de preocupação para a dona-de-casa, que não sabe mais como driblar a inflação, é a alta dos preços nas gôndolas dos supermercados. Nem o feijão, nem o arroz estão escapando dessa marcha dos preços. Aqui em Florianópolis, o feijão preto teve um aumento de 15,75%; a batata, mais de 10%; o arroz quase 10%."

E o deputado Dirceu Dresch, quando ocupou a tribuna no dia de hoje, disse que o povo está comendo mais. Isso não é verdade! É só o senhor ver as entrevistas das donas-de-casa percorrendo os corredores dos supermercados e saindo com os carrinhos cada vez mais vazios. É verdade isso, deputado Carlos Hoegen! V.Exa. e a sua esposa sabem disso, nós sabemos disso.

E o ministro Guido Mantega, mais uma vez, veio hoje, em entrevista no *Bom Dia Brasil*, dizer: "Fiquem tranquilos, não é necessário fazer estoques". Ai me veio à cabeça o que ele disse há três meses: "Não se preocupem, está tudo normal". Um ministro mentindo para a população brasileira? O que é isso, ministro Guido Mantega? Há três meses o senhor disse que estava tudo normal, para a população não se preocupar, e hoje vai para o *Bom Dia Brasil* e diz para a população não fazer estoques?! Vá cuidar do controle da inflação, ministro! Onde está o discurso de campanha do presidente Lula, que prometeu menos inflação e mais alimento na mesa do trabalhador.

Como anda o programa Fome Zero do governo federal? Os deputados do Partido dos Trabalhadores têm que vir à tribuna desta Casa fazer um relatório desses anos todos em que foi instituído o programa Fome Zero no país. O que foi concedido para a população? Onde está?

A explicação é uma só: quando governo gasta muito e gasta mal, a inflação aumenta. Para as Câmaras Municipais, para as Assembleias Legislativas, para o Congresso Nacional, para as prefeituras municipais e para os governos do estado existe Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado Joares Ponticelli, mas para o governo federal não existe. Não há controle, a maquininha de fazer dinheiro gira 24 horas por dia. E gastando muito e gastando mal. E cada vez que gasta muito e gasta mal, arrecada mais, deputado José Natal. É isso!

O governo tem que controlar os seus gastos, tem que gastar menos. E se cortar gastos dará um sinal positivo nesse momento, uma alternativa, alguma coisa estará sendo feita. Essa é a forma clássica de combater a inflação. Mas em ano de eleição isso é difícil. Vejam os programas eleitoreiros que estão por aí, é o governo se fazendo presente nessa eleição.

Deputado José Natal, só para v.exa. ter uma idéia, apenas nos quatro primeiros meses do ano, o governo federal arrecadou R\$ 33 bilhões a mais do que estava previsto no Orçamento da União. Mas mesmo assim os governistas dizem que é fundamental para a saúde ressuscitar o imposto dos cheques.

Existe dinheiro e há bastante para saúde; existe dinheiro e há bastante para a educação; existe dinheiro e há bastante para a infra-estrutura de rodovias; e o deputado Pedro Uczai vem para a tribuna perguntar o que o governo do estado está fazendo para a agricultura!

Deputado Pedro Uczai, v.exa. sabe qual é a resposta? Que o presidente Lula distribua o dinheiro que arrecada. O bolo não é dividido entre estados e municípios, deputado Pedro Uczai. Santa Catarina não recebe a cota que participa na arrecadação do bolo com o governo federal. Nós, catarinenses, contribuimos muito para que o governo Lula gaste muito e gaste mal. Dê dinheiro para Santa Catarina, presidente Lula!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, ex-prefeito de Florianópolis, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, hoje, no horário partidário do PPS, quero dizer que nós do PPS temos uma forma de fazer política e se v.exas. observarem os quadros, as lideranças do nosso partido nunca fazem crítica ou ataque a outros partidos. Por quê? Porque na política você não tem que ser contra alguém, você tem que ter propostas para serem inseridas. É muito mais difícil do que fazer política? É! Mas quem foi que disse que política é fácil?

Então, dessa maneira nós queremos dizer que a inflação não é culpa da questão externa, não é culpa da malversação do dinheiro. Existe uma realidade, só é revolucionário, só muda, só transforma, quem for realista.

Qual é a realidade? O mundo está globalizado, e se está globalizado - esta é a realidade - os senhores podem observar que nesse tempo as empresas não têm pátria, as negociações se dão em todas as direções. O que está acontecendo? A inflação com dois dígitos está para acontecer aqui e em muitos e muitos países, inclusive os considerados desenvolvidos! Está aí a comunidade européia, os Estados Unidos, o Canadá, enfim, os países asiáticos, como a China, o Japão e tantos outros tomando medidas que são novidades, porque até agora vinha através do Protocolo de Washington, o desenvolvimento se dava sem inflação. Tinha inflação no Sudão, no Zimbábue, que têm estabilidade política, mas no restante dos países do mundo, a começar pelos nossos países vizinhos, a inflação era até menor que a do Brasil que já era baixa. Só que esta realidade não conseguiu ser controlada pelo sistema comercial do mundo que se estabeleceu. É uma realidade muito mais profunda.

Sobre a questão do petróleo, nós sabemos que o preço não vai diminuir, ao contrário, vai continuar aumentando. Nós sabemos que aumentando o petróleo aumenta o transporte. Ora, as plantações, a produção de alimentos não está perto do centro consumidor, temos que percorrer quilômetros, quer dizer, aumentou o transporte, aumentou o produto. Nós sabemos que a alimentação de Florianópolis, muitas vezes vem lá de Urubici, de Aguas Mornas, de Antônio Carlos e até de outros estados, e isso tem um custo com o aumento do petróleo. Se aumentou o petróleo, aumentou o transporte, os insumos, os fertilizantes e, conseqüentemente, o preço dos produtos.

Ora, se o dólar está desvalorizando em função da má administração imobiliária americana, se o dólar desvaloriza 1%, o petróleo aumenta 1%. Houve uma série de calamidades mundiais que nós acompanhamos desde 2005, que foi o maior número de tufões, de vulcões, de tremores de terra e assim por diante. E isso fez com que o estoque alimentar, não só no Brasil, mas em vários países do mundo diminuisse.

Vejam por quantas razões a inflação está aumentando, assim como os preços dos produtos. E mais do que isso, inventaram a bolsa de futuros e venderam 8.450 milhões de barris de petróleo, que têm que ser entregues. Há um aumento do consumo do petróleo em função do desenvolvimento da China e da Índia, ou seja, a China consumia dois milhões de barris e produzia dois, hoje ela consome oito e produz quatro. Então, tem que comprar mais quatro. A Arábia Saudita só produz oito milhões e a China sozinha praticamente consome isso. Então, são esses fatores que nós temos que analisar numa nova ordem mundial.

Qual é a proposta do PPS? É a reforma agrária com função social para produzir alimentos dentro da lei, na qual a pessoa terá a terra e produzirá os alimentos que interessa a toda a sociedade e vai poder dar como herança aos seus filhos continuando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos para a Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0060/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon; Projeto de Lei n. 0063/2008, de autoria do deputado Darci de Matos; Projeto de Lei n. 0105/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima; Projeto de Lei n. 0119/2008, de autoria do deputado Darci de Matos e Projeto de Lei n. 0129/2003, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Comunica ainda que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0005/2008, de autoria de entidade social.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0038/2008; 0043/2008; 0050/2008; 0054/2008; 0061/2008; 0062/2008; 0063/2008; 0064/2008; 0065/2008; 0066/2008; 0067/2008; 0071/2008; 0072/2008; 0073/2008; 0074/2008; 0075/2008 e 0077/2008.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0125/2008, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que declara de utilidade pública a Associação Morιά, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0126/2008, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que declara de utilidade pública o Instituto Amea, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0127/2008, de autoria do deputado Júlio Garcia, que declara de utilidade pública o Grupo Galpão, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0128/2008, de autoria da deputada Ada De Luca, que declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Terapêutica da região da Amurel, no município de Laguna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Fundação Fênix de Apoio aos Portadores de Insuficiência de Órgãos, com sede no município de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0135/2008, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Toldo, com sede no município de Bela Vista do Toldo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0142/2008, de autoria do deputado Genésio Goulart, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - Apae, com sede no município de Capivari de Baixo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0143/2008, de autoria do deputado Jorginho Mello, que declara de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no município de Joaçaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0145/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0580/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública o Desafio Jovem Encontro com Deus, no município de Jaraguá do Sul.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0659/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto Consulado da Mulher, no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0038/2008, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que concede ao município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0248/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0249/2008, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0250 e 0251/2008, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Carlos Kinas Sobrinho, cumprimentando-o pelo recebimento do prêmio Destaques da Contabilidade pelo Conselho Regional de Contabilidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. diretor-presidente da Empresa Wetzel cumprimentando-o pelo prêmio da Ordem do Mérito Industrial, concedida pela CNI.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. diretor do Hospital Municipal São José de Joinville, cumprimentando-o por tornar-se o primeiro hospital público do país a receber o prêmio SEPSE Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Roberto Provesi, cumprimentando-o pela posse no cargo de membro do Conselho Estadual de Educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. vice-presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológicas Região Sul - Abipti, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, cumprimentando-o pela posse no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sistema Fiesc, cumprimentando-o pela reeleição no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Empresa Zanotti, cumprimentando-o pelo recebimento do prêmio da Ordem do Mérito Industrial concedida pela CNI.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Victor Fontana, cumprimentando-o pelo recebimento do prêmio da Ordem do Mérito Industrial concedida pela CNI.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral da Sociedade Educacional de Santa Catarina, cumprimentando-o pela inauguração do Campus Marquês pertencente à entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Jaraguá do Sul, Rio do Oeste, São João Batista, Abelardo Luz, Campo Erê, Rio das Antas, São José do Cedro, Ibiama, Frei Rogério, Santa Terezinha do Progresso, Grão Pará, Cunha Porã, Agrolândia, Jacinto Machado, Santo Amaro da Imperatriz, Corupá, Paial, Laguna, Alto Bela Vista, São Bernardino, Saltinho, Bom Jesus, Jupiá, Penha, Bom Jesus do Oeste, Praia Grande, Luis Alves, Palmeira, Bocaina do Sul, Maravilha, Ponte Serrada, Pouso Redondo, Trombudo Central, Irineópolis, Balneário Camboriú, Iomerê, São Lourenço do Oeste, Faxinal dos Guedes e Água Doce, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Esta Presidência pede ao deputado Narcizo Parisotto para também subscrever esses requerimentos.

(O autor aquiesce.)

Com a aquiescência do autor, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Bombeiro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senador Casildo Maldaner, cumprimentando-o pela posse no Senado Federal.

Esta Presidência pede ao deputado Antônio Aguiar para também subscrever este requerimento.

(O autor aquiesce.)

Com aquiescência do autor, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Treviso, Corupá, Paial e Alto Bela Vista, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-a pela passagem do Dia Internacional do Cooperativismo.

Esta Presidência pede à deputada Odete de Jesus para também subscrever este requerimento.

(A autora aquiesce.)

Com a aquiescência da autora, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao chefe da Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Bombeiro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fampesc, cumprimentando-o pela realização do 34º Encontro Estadual de Micro e Pequenas Empresas realizado em Piratuba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Bombeiro.

Esta Presidência pede à deputada Ana Paula Lima para também subscrever este requerimento.

(A autora aquiesce.)

Com a aquiescência da autora, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal João Matos, cumprimentando-o pela emenda federal para a construção de ponte no município de Ilhota.

Esta Presidência solicita ao deputado Adherbal Deba Cabral para subscrever este requerimento.

(O autor aquiesce.)

Com a aquiescência do autor, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, ao secretário de Infra-estrutura e ao secretário do Desenvolvimento Regional de Blumenau, cumprimentando-o pelo lançamento do edital da construção de ponte no município de Ilhota.

Esta Presidência também solicita subscrever este requerimento.

(O autor aquiesce.)

Com a aquiescência do autor, fica aprovado este pedido da Presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, solicitando a expansão da rede de telefonia fixa em Ilhota.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Ibama em Santa Catarina, solicitando informação sobre a data de liberação da licença referente ao projeto de construção do calçadão do Balneário de Gravatá, em Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, solicitando providências para viabilizar um túnel rodoviário no KM 318 da BR-101, no município de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador-geral da ANTT - Unidade Regional do Rio Grande do Sul -, solicitando providências urgentes em relação ao estado da ponte no KM 163 da BR-101.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os recursos financeiros retornados ao estado durante o período da vigência da Lei n. 10.336/2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Carlos Hoegen, oriundo da terra e da capital nacional da cebola, que já foi eleito duas vezes prefeito de Ituporanga, meu amigo, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Muito obrigado, presidente. Para mim é uma honra estar aqui nesta Casa sob a sua Presidência, pois conduz com muita competência este trabalho, assim como o faz como deputado e o fez como prefeito da nossa querida Ituporanga, que também teve a feliz oportunidade de conduzir.

Mas eu queria lembrar, srs. parlamentares e deputado Rogério Mendonça, que preside esta sessão, de uma importante reunião que nós teremos, na qual v.exa. estará por certo presente, no dia 11 de julho, às 10h, no DNIT. A Associação Comercial de Rio do Sul está convidando todos nós, deputados, como também os deputados federais, senadores e demais autoridades, para, junto com o superintendente do DNIT, o engenheiro João José dos Santos, participarmos dessa reunião, a fim de discutirmos a respeito de assuntos inerentes à nossa BR-470, de uma maneira muito especial o trecho do alto vale do Itajaí, pois, segundo informações que recebemos, estará fora de qualquer ação neste primeiro momento.

Eu gostaria de dizer, deputado Deba, que começo a ouvir já, na sociedade catarinense, algumas manifestações de que a Lei n. 11.705, a famosa Lei Seca, deva ser amenizada. Infelizmente, para este parlamentar, é uma grande decepção! É uma decepção, porque um país que assiste anestesiado a 35 mil de seus filhos serem mortos todos os anos, precisava urgentemente de algo que pudesse estancar esse sofrimento, essas lágrimas, o ranger de dentes das famílias deste país que perdem os seus entes queridos em acidentes nas nossas estradas. São 400 mil feridos, deputado Valdir Cobalchini, 1,5 milhão de acidentes, R\$ 22 bilhões gastos, todos os anos, apenas para suavizar o sofrimento daqueles que se envolvem em acidentes nas rodovias federais.

A Lei n. 11.705 vem efetivamente ao encontro da ansiedade da população, da vontade do povo brasileiro que via, com tristeza, deputado Ismael dos Santos, centenas de seus filhos serem mortos, deixando de fazer parte da sociedade, deixando de construir seus sonhos e sua história.

Eu, que sou de uma cidade pequena, deputado Ivan Naatz, cada vez que ficamos sabendo que morre alguém, cada vez que morre um filho daquela terra, daquela região, nós ficamos muito tristes, pois são amigos, parentes, familiares ou pessoas amigas. E eu tenho que registrar que lá, na região, nos últimos três anos, mais de 20 jovens perderam a vida vitimados por acidentes nas rodovias e nas estradas deste país.

Portanto, não acredito que a Lei n. 11.705 possa trazer algum prejuízo à população. Eu ouvi comentários de que ela pode diminuir o lucro, o resultado financeiro a alguns donos de bares, restaurantes e lanchonetes, mas nenhum deles irá falir por isso. Mas a Grã-Bretanha, o Japão, a Nova Zelândia, a França, a China, a Europa, os países árabes têm leis tão rígidas ou mais do que essa em relação ao consumo de álcool.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. deputado, eu quero me somar ao pronunciamento de v.exa. que falava muito bem da realidade em outros países, como, por exemplo, na Inglaterra, onde não se permite sequer o consumo de bebida alcoólica em público nas ruas da cidade.

Eu quero dizer que a nossa preocupação com os efeitos colaterais da lei federal me parece que não têm essa sustentação que a mídia está querendo dar. Há dez anos fundamos um centro de reabilitação na cidade de Blumenau - eu trabalho juntamente com dependência química - e por isso sabemos da realidade das famílias envolvidas com a questão do consumo do álcool. Ontem, inclusive, eu fazia um pronunciamento nesta Casa e dava entrada a um projeto de lei que espero encontre acolhida neste Parlamento, no sentido de que haja uma advertência em todos os *menus* dos bares, restaurantes e similares, para que efetivamente o motorista esteja alerta não só em relação à perspectiva de acidentes no trânsito como também em relação à questão financeira da multa.

Mas mais do que isso, eu entendo também que festas e eventos promovidos pelo poder público, seja na esfera municipal, estadual, federal, devam ter essa advertência no próprio copo de consumo. Talvez desta forma, cutucando o bolso do consumidor, nós possamos trazer um alerta maior à questão efetivamente dos prejuízos que isso vem trazer à população.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Parabéns pelos projetos, deputado Ismael dos Santos.

Eu não consigo entender qual é o benefício que o conjunto álcool e direção traz à população, para que vezes se levantem contra a Lei n. 11.705. A primeira coisa que devemos entender é que não há país que não tenha reduzido o número de acidentes após ter diminuído a tolerância. "Agora na prática a tolerância é zero, mesmo no Brasil", diz Alberto Sabbag, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego.

Gostaria de citar a manchete do *Diário Catarinense* - "Onze morrem em acidentes em Santa Catarina". Eu fiz um programa policial durante os 15 anos que fui do meio da comunicação e todos os dias fazia o registro de um jovem, de uma família que chorava. Havia um cidadão que tinha perdido os seus filhos ou pais tragicamente assassinados por motoristas bêbados e irresponsáveis.

Portanto, não há como questionar a importância dessa lei. Aliás, é a primeira vez, deputado Pedro Uczai, que vejo os poderes no afogadilho legislarem e resolverem uma questão que não traz nenhum prejuízo à população. Geralmente quer-se resolver as coisas no afogadilho, deputado Joares Ponticelli, e no afã de querer acertar tudo são cometidos alguns erros. Mas eu não vejo absolutamente nenhum erro desta lei, porque álcool e direção não combinam.

Quem já viu o choro de uma mãe? Quem já abraçou um pai? Quem já teve um familiar, um amigo morto em um acidente? Por certo quem já teve não terá nenhum reparo a fazer à Lei n. 11.705. Além do que, os jornais trazem o seguinte: "Semestre fecha com recorde de venda de carro".

Na Inglaterra, na França, na Europa, quando você vai a uma danceteria ou a um bar ou a um *pub*, o mais comum é ver as pessoas chegando de bicicleta, deputado Ismael dos Santos. V.Exa. já esteve lá e pôde observar isso: eles vão de bicicleta! As pessoas não querem, através do carro, deputado Deba, ostentar, mostrar a sua fortuna, mostrar o seu dinheiro, o que é muito comum aqui no Brasil. As pessoas enchem a cara e saem destruindo sonhos, castrando ideais, matando gente, celfando vidas e transformando em lágrimas, em choro, em ranger de dentes aquilo que era uma família, aquilo que era até então um jovem que poderia empreender e ajudar a transformar este país numa grande nação.

Portanto, deixo este registro aqui da minha indignação em relação às vezes que se manifestam contrárias a uma lei. Claro que no Parlamento e na democracia tenho que entender isso, mas não posso deixar de me indignar quando ouço vezes que se levantam para defender o conjunto álcool e direção.

Nesse campo, temos que saber também, além de uma lei que não resolve única e exclusivamente o problema, que não basta apenas criar, desde o ensino médio, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que é da área, uma agenda específica para que sejam discutidos esses problemas. Que sejam publicados livros contando as histórias dessa gente que foi assassinada no trânsito aos nossos jovens estudantes; que o estado insira dentro da grade curricular uma matéria como essa para começar a mudar as opiniões das pessoas, para que efetivamente elas entendam que não basta lei, é preciso consciência, é preciso respeito à vida. Porque é uma insanidade, é uma tragédia vidas serem apenas contadas em índice, em estatísticas, em letras mortas, deputado Deba.

Não podemos assistir a tudo isso e não podemos de maneira alguma ser coniventes com essas coisas! Nenhuma festa vai acabar se tivermos a continuidade dessa lei. Pelo contrário, por certo teríamos mais alegria, mais satisfação, mais respeito à vida, mais respeito ao semelhante e mais certeza de que este país respeita a dignidade humana.

Nesse campo também quero apresentar a esta Casa, em breve, o projeto que obriga o governo do estado, em cada uma das suas ações que forem desenvolvidas em termos de rodovias, de convênios com os municípios, a implantar as ciclovias, a facilidade da mobilidade urbana, deixando de lado o carro, para que possamos ter outras formas de mobilidade, a fim de efetivamente também darmos uma contribuição nesse campo.

Muito obrigado, srs. deputados!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sr. deputado Carlos Hoegen, eu pediria a v.exa. que nessa reunião do próximo dia 11, no DNIT, em relação à BR-470, que fizesse o favor de justificar tanto a minha ausência como a do deputado Jailson Lima, porque viajaremos à China a convite do governo daquele país. Agradeço a v.exa., se puder fazer isso.

Ainda dentro do horário destinado à Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Ivan Naatz, que fez uma permuta com o deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Nós o faremos com grande prazer, até porque não poderemos realizar audiências públicas neste espaço de eleições, mas pediria, sr. presidente, que oportunamente motivasse uma audiência pública lá no alto vale, na nossa Pousa Redondo, em Rio do Sul, para que nós conhecêssemos quais são as ações que estão encetadas neste campo, o que foi feito, o que pode ser feito, o que está sendo feito, por onde caminha a duplicação de Indaial a Curitiba, que nós tanto sonhamos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Boa sugestão, e faremos o encaminhando desta audiência. Mas sobre esse encaminhamento já pode ser feito um requerimento neste período em que v.exa. está como deputado, mesmo que ela aconteça a posteriori.

E na seqüência, portanto, o deputado Ivan Naatz, que representa Blumenau e toda região, e que está fazendo um bellissimo trabalho aqui nesta Casa. Meus parabéns, deputado Ivan Naatz, pela sua atuação, eu não o conhecia pessoalmente, mas vejo que sem dúvida esta Casa precisaria muito da sua presença permanentemente aqui conosco pelo bom trabalho que realiza.

Com a palavra, o deputado Ivan Naatz por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente deputado Rogério Mendonça, Peninha, quero dizer que sairia daqui muito frustrado se não tivesse v.exa. na Presidência de uma sessão da qual eu pudesse participar.

Gostaria de dizer que a comunidade de Blumenau reconhece muito o seu trabalho, a sua dedicação pela região da Gaspar, de Ilhota, de Blumenau, enfim, de toda aquela região da Grande Blumenau, e isso é resultado do seu trabalho que tem aparecido nas urnas, em votos que a comunidade deposita em v.exa., e espero em muito breve vê-lo presidente titular desta Casa, pois v.exa. merece.

Srs. deputados e sras. deputadas, sr. presidente, eu venho a esta tribuna hoje para elogiar a administração do prefeito Dário Berger, e do PSDB nesta cidade, que não fazem do meu partido, não há coligação, muito pelo contrário, pois o Partido Verde está em outra coligação aqui neste município, mas o que é bom e inteligente é preciso ser enaltecido.

Eu digo isso porque, com muita alegria, os jornais noticiaram essa semana que a administração pública completou 23 quilômetros em ciclovias, deputado Ismael, no município de Florianópolis. E outros 15,5 quilômetros de ciclovias estarão sendo implementados neste município nos próximos meses. Significa que Florianópolis terá uma malha viária em ciclovias que não é ideal, mas é suficiente, de quase 40 quilômetros de faixas para utilização de bicicletas neste município, deputado Professor Grandó.

A ciclovia que é uma bandeira do Partido Verde e que estava no programa no nosso candidato Gerson Basso, nas eleições de 2004, e está no programa de todas as candidaturas do Partido Verde do país, precisa se tornar uma realidade.

Não é possível que convivamos com esta inoperância em termos de transportes alternativos, transportes que não sujam o meio ambiente, energia limpa, produção limpa de transporte coletivo em grande massa.

Eu fiz uma pesquisa na legislação existente nesta Casa, a respeito da obrigatoriedade de implantação de ciclovias no estado de Santa Catarina, e tive o prazer de encontrar um projeto de lei que tramita nesta Casa, de número 0139/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, a quem eu quero aqui também fazer uma referência elogiosa, porque o projeto do deputado chama à responsabilidade da implantação das ciclovias em toda rede estadual que será instituída daqui para frente, em termos de transporte. Toda a rodovia, no estado de Santa Catarina que for construída a partir da aprovação deste projeto deverá estar prevendo, obrigatoriamente, a construção de ciclovias.

O deputado Darci de Matos coloca com muita propriedade a justificativa para a aprovação do seu projeto, porque é uma questão de saúde pública. A implantação de ciclovias não é mais um pedido, é uma urgência necessária, é uma questão de saúde pública, e o deputado Darci de Matos coloca muito bem.

Então estamos todos convergindo para um único raciocínio. Deputado Décio Góes, v.exa. que tem experiência no Executivo e que voltará ao Executivo, com certeza tem consciência da necessidade da implantação de ciclovias. Nós, que seremos futuros administradores, prefeitos, governadores, presidentes da República, precisamos nos conscientizar que esta é uma questão que não admite mais controvérsias.

Precisamos estar, todos, unidos na luta pela implantação de ciclovias. E aí é preciso enaltecer e parabenizar aqueles que efetivamente implantam essa política que faz parte do programa do Partido Verde, que são as ciclovias nos municípios.

Por isso quero registrar com alegria os 23 quilômetros de ciclovia completados pela prefeitura de Florianópolis, pela administração municipal, e os quase 16 quilômetros que serão implantados em breve, uma atitude inteligente e sensata, a atitude de um administrador que efetivamente está preocupado com a saúde pública, como muito bem colocou o deputado Rogério Mendonça na sua justificativa de voto, para que tenhamos ciclovias em toda a nova rede de transportes no estado de Santa Catarina.

Muito bem colocado, é com medidas inteligentes como essa que nós vamos chegar muito rapidamente a um mundo mais perfeito e mais digno para as pessoas viverem. Ciclovia é questão de saúde pública e precisam ser implantadas com urgência.

Quero também aproveitar esse espaço que me sobra, para parabenizar o deputado Carlão que colocou muito bem que é preciso que vozes se levantem contra essa tentativa de interromper esse encaminhamento da Lei Seca. Hoje pela manhã ouvi em uma entrevista no Rádio Bandeirantes que um juiz foi preso, no nordeste, e teria sido solto. Entrou por uma porta e saiu por outra. Essas atitudes é que começam a conduzir ao descrédito, e a delegada falava na entrevista que ele compareceu espontaneamente, portanto não haveria motivo para mantê-lo detido.

Nós temos que começar a cuidar para que essas vozes contrárias não induzam ao descrédito da lei. É preciso colocar, como o deputado Carlão colocou muito bem: "as vozes que são a favor da lei precisam se levantar e dizer que não é bem assim". E quem está comprometido na fiscalização da Lei Seca não pode permitir que atos de poderes intervenham para que pessoas mais pobres sejam tratadas de uma maneira, os mais ricos e os mais poderosos de outra, e os menos poderosos de outra.

A lei deve ser cumprida por todos, ela precisa ser implantada para que todos, efetivamente a cumpram; para que possamos chegar às estatísticas do final deste ano e do próximo ano e dizer: depois da implantação da Lei Seca nós tivemos "tantas" prisões, "tantas" cassações de carteira, "tanta" redução de acidentes de trânsito, porque esse é o índice que interessa. O índice que interessa não é o da arrecadação com multas, não é o de carteiras apreendidas. O índice que nos interessa apresentar é o índice da redução dos acidentes de trânsito.

Eu, como advogado criminalista na cidade de Blumenau, já tive a oportunidade, muitas vezes, de me deparar com processos judiciais em que pessoas que cometeram crimes graves, dolosos contra a vida, homicídios, embriagados, foram completamente absolvidos por uma legislação frágil, uma legislação que tende a proteger os criminosos em função de um estado inoperante que não consegue cumprir efetivamente o que está na lei.

Nós precisamos dessa lei e precisamos ter força para que a impunidade não consiga derrubar. Vamos cobrar, deputado Carlos Hoegen, para que a lei seja aplicada com rigor, doa a quem doer.

E para concluir, deputado Ismael dos Santos, quero dizer que v.exa. pode contar com o nosso apoio no seu projeto. Precisamos divulgar, quanto mais cartazes, quanto mais letras, quanto mais pessoas souberem da existência da legislação, dos malefícios que há na ingestão de bebida, maiores serão os resultados.

Parabéns deputado Ismael dos Santos. Vamos fazer o possível para aprovar, para ter conhecimento e aprovar o projeto de v.exa. o mais rápido possível.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Deputado Ivan Naatz, eu estive recentemente na Holanda, visitando uma universidade em Groningen, uma cidade com 180 mil habitantes onde mais de 80% da população faz o seu deslocamento com bicicleta. Vi, na universidade, o reitor chegando de terno, gravata e de bicicleta. Portanto, grande parte da população usa bicicleta, o que facilita muito o trânsito numa cidade de 180 mil habitantes, uma cidade de pequeno, de médio porte. Fiquei impressionado também pela grande utilização das bicicletas e também das ciclovias.

Na seqüência, ainda dentro do horário de Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, deputado do nosso alto vale, de Pouso Redondo, que fará uso da palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente deputado Rogério Mendonça, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL.

Eu solicito à assessoria que possa disponibilizar, dentro do meu tempo, uma matéria exibida pela RBS TV no dia de ontem.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Muito obrigado!

Como nós estamos vendo srs. deputados, essa não é nenhuma armação e nenhum devaneio da Oposição, é uma reportagem exibida ontem pela RBS TV, que eu acredito seja da credibilidade de todos nós. Não é imprensa marrom, não é nenhum informativo de bancada, não é nem a língua comprida da Oposição, deputado Décio Góes, é o primeiro ministro do governo, dr. Ivo Carminati, mostrando os serviços do porão. E aí vem o doutor Ivo Carminati para a imprensa, a partir de ontem, com uma nova versão dizendo que ele, como advogado criminalista, estava dando corda para o Nei se enforçar. Dr. Ivo eu sei que o senhor deve ter vários assessores me assistindo neste momento, mas não deboche dos catarinenses, porque isso é um deboche, deputado Sargento Amauri Soares, isso é subestimar a inteligência do povo.

Em qualquer republiquetta de bananas séria, o primeiro ministro Ivo Carminati já teria, no mínimo, pedido a exoneração até terminarem as investigações, ou se o governante não tivesse o comprometimento também o teria exonerado. Se o governador não exonerou ainda o dr. Ivo Carminati é porque deve estar comprometido também.

O governador titular, não o que está em exercício, porque o que está em exercício eu reconheço como uma das pessoas mais íntegras da história do Judiciário catarinense.

Em homenagem à biografia do governador em exercício, o desembargador Francisco de Oliveira Filho, quero comunicar a este Plenário, porque o exercício do cargo tem ônus e bônus, ele é o governador de fato e de direito, e como tal, quero comunicar que a nossa bancada estará protocolando junto à sede do governo um expediente ao excelentíssimo sr. governador do estado, pedindo o imediato encaminhamento à comissão de Ética do governo, para que se processe uma investigação sobre a atuação do primeiro-ministro, assim chamado pelos seus, Ivo Carminati. Se até a ministra Dilma Rousseff, poderosa ministra do governo federal, foi submetida à investigação de uma comissão de Ética, o dr. Ivo Carminati também tem que ser.

O governo deve ter uma comissão de Ética, em homenagem ao senador Pedro Simon, um dos peemedebistas de maior credibilidade e de respeito neste país, que solicitou em diversos governos a abertura de investigações sobre membros do seu próprio partido junto às comissões de Ética.

Eu quero reafirmar que nós estaremos protocolando até o início da semana o pedido de providências por parte do governador, para que as ações do primeiro-ministro, assim chamado, Ivo Carminati, sejam apuradas por uma comissão de Ética que o governo deve constituir. Mas que seja apurado e que se dê conhecimento à sociedade catarinense. É profundamente lamentável o que estamos vivendo, mas nós vamos continuar insistindo até que se apure e esclareça a verdade.

Dando continuidade à leitura diária que farei do livro, ontem eu parei na metade do capítulo "Frustração geral em Gravatal". E foi naquela reunião de Gravatal, deputado Décio Góes, que foi apresentada a revista chamada *Força do Sul*, na qual aparece a fotografia do presidente do PMDB, dr. Eduardo Pinho Moreira, 23 vezes e na contracapa a propaganda do BRDE.

Srs. deputados, consta do livro que o dr. Ivo Carminati disse o seguinte, quando lhe foi entregue a capa da revista: "Eu não acredito que ele não viu o anúncio do BRDE." O Pavan colocou fogo, Ronaldo Benedet e Ivo Carminati também. O governador o chamou e disse: "Ivo, isso pode dar problema". Ao invés de minimizar, o Ivo respondeu: "Por muito menos nós cassamos o Décio Góes, em Criciúma."

Constam do livro, deputado Décio Góes, as palavras do primeiro-ministro, que precisa ser investigado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero me somar aqui aos deputados Carlos Hoegen e Ivan Naatz e, com certeza absoluta, esse deve ser o pensamento da maioria dos deputados desta Casa e da população brasileira, que tem responsabilidade, que tem preocupação consigo e principalmente com a vida dos outros, no que se refere à questão da Lei Seca.

Deputado Ivan Naatz, assisti a entrevista ontem na TV Bandeirantes, que mostrou aquele juiz que se apresentou, segundo a delegada, que estava dirigindo alcoolizado, que entrou pela porta da frente e saiu pela porta dos fundos. Isso é lamentável, porque se fosse um cidadão comum, ele já teria ficado naquele momento sem a sua habilitação e pago a multa de R\$ 900,00, que é o valor para ser liberado logo em seguida. Mas nada disso foi falado a respeito dele. Isso é temeroso, porque se é um infrator, não interessa o seu grau de instrução ou o seu *status* social. Nós devemos realmente fazer cumprir a lei. Não queremos que isso se descaminhe, porque num período bem curto do nosso país, haveremos de contar os resultados favoráveis com a implantação da Lei Seca.

Nós temos visto todos os dias pessoas irresponsáveis por questões diversas dirigirem embriagadas, celfando vidas e, na maioria das vezes, por incrível que pareça, eles sobrevivem, lamentavelmente. Quero me somar a v.exa. e à voz realmente de todos aqueles que pensam que a lei deve ser cumprida com todos, não interessando o seu *status*.

Quero começar parabenizando o jornalista Moacir Pereira, pela sua coluna Visor, do *Diário Catarinense*, quando coloca que a greve realizada no dia de ontem pelo transporte coletivo foi contra o povo. Fiz minha colocação ontem durante a reunião da comissão de Trabalho, da qual faço parte, dizendo que foi um ato irresponsável praticado por quem comanda o Sindicato dos Transportes Coletivos da Grande Florianópolis.

Srs. deputados, pegar as pessoas desprevenidas não é realmente a solução para buscar resolver o seu problema junto à classe patronal ou junto aos órgãos competentes que administram o transporte coletivo da capital, que é a prefeitura municipal de Florianópolis.

Foi um ato de selvageria, no meu entendimento, praticado na cidade, ontem. Por quê? Porque como em todas as greves quem realmente paga são as pessoas de menor poder aquisitivo. Elas que não têm um parente para trazê-las ao serviço ou a um hospital, a uma consulta médica e não têm como realmente conseguir uma carona, porque geralmente quem tem carro sai das suas casas, chega a Florianópolis e não sabe o que está acontecendo. Lamentavelmente, repudio totalmente.

A greve é justa, mas o ato praticado ontem, concordo com o jornalista Moacir Pereira, não foi contra os patrões, contra o prefeito Dário Berger, mas, sim, contra a população da Grande Florianópolis que ficou à margem desses cidadãos que se dizem representantes de uma classe que deveria raciocinar. Isso é triste e vai continuar acontecendo enquanto posições mais enérgicas não forem tomadas por parte do Judiciário. A greve deve ser legal, sim! Vamos entrar em greve a partir de amanhã, aí tudo bem! Mas pegar a população desprevenida?! Reitero que as pessoas de menor poder aquisitivo é que são as mais penalizadas. Fica o meu repúdio a essa classe.

Quero agora tocar na questão, que foi levantada na parte da manhã, sobre a saúde no país, só para mostrar como este país, a cada dia que passa, é mais difícil de entender e as pessoas continuam a ter problemas na área da Saúde, na área da locomoção e por aí fora.

Srs. deputados, o presidente Lula e a maioria dos administradores brasileiros ainda colocam a saúde em segundo, terceiro, quarto ou quinto plano. E isso é uma calamidade.

Quem assistiu o *Globo Repórter* da semana passada, na rede Globo de Televisão sobre um hospital do Rio de Janeiro totalmente equipado para cirurgias neurológicas em todas as áreas, para recuperar pessoas que estavam praticamente com os sentidos perdidos, que tinham tumor no cérebro, viu um hospital daqueles, colocado à disposição da sociedade brasileira e o SUS ainda não o havia credenciado para isso. Mas eles estão fazendo algumas cirurgias e levando qualidade de vida às pessoas que precisam da saúde e que a cada dia que passa são mais marginalizadas por parte de todos os poderes. É realmente triste!

Quero trazer aqui uma informação para a juventude brasileira: hoje se encerra a inscrição do ProUni, um programa implantado pelo governo federal que acho justo, totalmente justo. Sou contra a cota, mas quanto à questão de fazer uma prova para participar do programa, sou realmente favorável porque os candidatos estão competindo através do seu conhecimento.

Hoje está encerrando o prazo para as inscrições. Das 72 mil vagas oferecidas, conforme veiculado pela imprensa nos jornais de hoje, 42 mil vagas ainda estão abertas, não foram preenchidas pelos estudantes brasileiros. Então, faço aqui um alerta para quem pretende se inscrever ou realmente se capacitou: hoje é o prazo final para os senhores galgarem ao ensino superior que tanto é clamado através do mercado de trabalho.

Quero reiterar aqui o que foi colocado na parte da manhã por alguns deputados e pelo líder da minha bancada, deputado Marcos Vieira, sobre a questão da inflação no nosso país, que assusta a todos nós, com certeza absoluta. E venho novamente tocar no ponto que a população carente é penalizada e é quem sofre com a questão da disparada da inflação no nosso país. Nós, legisladores, devemos colocar essa questão, aqui, realmente, da tribuna desta Casa, como um alerta para o governo federal como um todo, para que tome cuidado.

Lembro-me muito bem quando a inflação estava em alta no país, no passado e os governantes diziam, inclusive do meu partido, que a inflação estava no patamar que estava porque o dólar, a cada dia que passava, subia cada vez mais. E nós temos assistido diariamente o dólar despencando em nível mundial. O que é bom, e toda vida rezei por isso, podem acreditar. Mas se o dólar está despencando é porque a inflação no nosso país está realmente disparando. E o governo federal não tomou algumas precauções que deveria ter tomado, e continua gastando e gastando muito.

Srs. deputados, esse é um país de um governo cheio de corrupção, como todos os dias vêm à tona uma questão nova de corrupção, de desvio de dinheiro da sociedade em diversas situações. E isso só leva ao caminho da inflação porque o dinheiro da sociedade não está sendo bem conduzido pelo governo central deste país.

Então, srs. deputados, nós não queremos isso. O meu governo e a sociedade brasileira vivenciaram esse momento. Nós mostramos o caminho de como manter a inflação estagnada, mas o governo federal não está sabendo controlar. Espero que não venhamos a ter, num momento muito próximo, aquela corrida ao supermercado para estocar comida em casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o deputado Professor Grandó, ex-prefeito de Florianópolis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Companheiros deputados, deputadas, fui delegado observador brasileiro na conferência de Bali sobre o aquecimento global. Lá, várias propostas foram apresentadas e se estabeleceu inclusive um cronograma de atividades porque o Protocolo de Kyoto, que vence em 2002 era muito tímido nas suas propostas de redução do dióxido de carbono.

Uma das propostas que nós mostramos no relatório apresentado, quando voltamos para esta Casa - e discutimos com a delegação brasileira - era criar um fundo no sentido de que pudessemos ser beneficiados, como país em desenvolvimento, uma vez que protegemos o nosso meio ambiente e a nossa floresta, não como deveríamos, mas ainda possuímos grandes extensões de terras que se mantêm preservadas.

Então, aqui nós temos uma notícia boa, que é o cumprimento dessas obrigações: (Passa a ler.)

"(...)O Conselho do Banco Mundial aprovou ontem a criação de dois fundos cujo objetivo é ajudar os países em desenvolvimento a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e a se adaptarem ao aquecimento global. Os CIFs (Fundos de Investimento no Clima, na sigla em inglês) devem alcançar US\$ 5 bilhões, vindos de países doadores. Sua criação foi proposta no ano passado, na conferência do clima das Nações Unidas em Bali, e integra as negociações de regime climático que virá após o Protocolo de Kyoto - que expira em 2012."[sic]

Então, aí está uma proposta que foi discutida lá, e que está sendo executada, colocada em prática. E vale à pena a luta, pois conseguimos que os países desenvolvidos criem uma linha de crédito para os países em desenvolvimento.

Sr. presidente, mais uma vez trazendo essa notícia e lutando contra o aquecimento global, não poderia também deixar de registrar o aconteceu ontem com relação ao projeto da Polícia Militar, que foi algo muito emocionante, pelo diálogo, pelas negociações havidas entre os poderes Legislativo e Executivo, e o papel dos parlamentares e de todas as lideranças na negociação, sem ter havido necessidade do confronto. Por isso, a experiência nos diz que temos que esgotar o diálogo o máximo possível e conseguimos! Não foi a forma ideal, mas satisfação ambas as partes. Então, o primeiro objetivo foi conseguido.

Mas o que nos emocionou foi vermos depois toda a Polícia Militar, de pé, cantando a canção da PM de Santa Catarina. Foi um ato bonito e não poderíamos deixar de registrá-lo, porque foi consequência de uma grande negociação, que só foi possível através do diálogo. Quem sabe como funcionam os poderes e tem a prática dos poderes, sabe que o melhor é não desgastá-los, pois não há necessidade de confronto ou greve - que é um direito - mas se deve primeiro esgotar sempre todas as formas de diálogo, até porque começar uma greve é fácil, mas difícil é terminá-la. E greve sempre acaba desgastando lideranças e pessoas, e não é esse o objetivo. Mostramos que é possível dar segurança para Santa Catarina, sem haver desgaste, mas com diálogo. Achar a solução, intermediar é o papel desta Casa.

Então, estão de parabéns todas as partes!

Outra questão que não poderia deixar de falar, que entendo ser uma proposta política, que não é correta, é sobre o subsídio para o transporte, projeto enviado à Câmara. Esse subsídio, na ordem de R\$ 600 mil mensais, não é uma ajuda às pessoas mais humildes, a nossa dona-de-casa, a nossa empregada doméstica, às pessoas mais humildes, ao trabalhador, ao estudante, mas esse valor vai para os empresários, para o sistema de transporte. Por que isso se existe um conselho municipal de transporte e se existe a negociação?

Por que eu falo isso? Porque fui prefeito quatro anos e nunca utilizei dinheiro público - e o subsídio é o dinheiro do IPTU e dos impostos que o cidadão paga - para dar aos empresários de ônibus. Nunca! Nunca foi preciso! E mais do que isso, os empresários colocaram ônibus nos morros sem custo para o município, por haver uma política, uma diretiva de prioridade. Eles colocaram o caroninha, que era para levar e trazer as crianças para a escola, de graça! Programa inédito no país. O nosso estudante da rede municipal não pagava para ir à escola - e isso é importante -, pois aproveitávamos o fluxo e o refluxo.

Srs. deputados, sabemos que a greve é algo, como falei anteriormente, de direito da classe trabalhadora. Nós tínhamos o segundo maior salário, e isso v.exas. podem consultar no sindicato dos motoristas, podem consultar os próprios motoristas da nossa época. O segundo melhor salário do país, perdendo somente para São Paulo. E tínhamos um dos preços da passagem mais baratos. O que nós fazíamos? Negociávamos. Ponderávamos ao Conselho de Transporte, de forma transparente, todas as questões. Sem caixa preta!

Mas mais grave do que isso tudo, companheiros deputados, é que foi feito um investimento público muito grande, inclusive foram utilizados recursos do BNDES subsidiados para investimento de atendimento a políticas sociais. Três terminais da nossa cidade estão, desde o governo passado e desde este governo, desativados. Foram construídos e não foram usados! Quem vai para o aeroporto passa no aterro do Saco dos Limões e vê lá um terminal bonito, construído, que não está sendo usado. Você vai a Capoeiras e vê outro terminal não usado para nada. Você vai ao Jardim Atlântico e lá há outro terminal abandonado. Olha só o que fizeram com o dinheiro público! Imaginem v.exas. se eu fosse prefeito e tivesse feito isso, o que aconteceria?

Mas isso tudo está lá à prova! E eu, como humilde deputado da nossa Grande Florianópolis, especificamente de Florianópolis, fiz nesta Casa uma indicação e a enviei à prefeitura, pedindo que fossem aproveitados esses terminais desativados que não foram usados no Sistema Integrado, que custaram mais de R\$ 6 milhões ao município na época. Isso foi dinheiro público! Que nesses terminais fossem feitas oficinas de aprendizagem, em convênio com o Sebrae, com o Senai, com o Sesc, com o Senac. Enfim, que todas as entidades, universidades pudessem dar cursos profissionalizantes de conhecimento, de informática aos jovens, principalmente no Saco dos Limões, onde temos comunidades carentes nos morros, que poderiam lá estudar. Está lá ainda aquele prédio. A mesma coisa em Capoeiras e no Jardim Atlântico.

Mas, caros deputados, voltamos a dizer que nós inclusive dávamos passagem de graça aos nossos estudantes da rede municipal, o famoso Projeto Caroninha, aproveitando o fluxo e o refluxo. Hoje, mais de 250 mil pessoas estão sofrendo. Como toda greve, vai ter o seu fim, mas questiono politicamente esta questão do subsídio. Não era necessário, poderíamos ter a passagem mais barata sem ter necessidade disso.

Com relação à questão de linhas diretas, nós colocamos ônibus saindo do Abraão, passando por toda parte, poderíamos dizer, vindo do continente. Poderia também vir pela Ivo Silveira, outros saindo de Barreiros, vindo do continente, saindo do sul, de forma direta até a universidade, sem passar pelas estações de transbordo. Está-se estudando a questão e chegou-se à conclusão de que ainda é a melhor forma.

Então, por que fizeram tudo isso com o dinheiro público? Quais são os interesses? Qual era a caixa preta que estava por trás disso tudo?

Portanto, nós esperamos que os trabalhadores que são conscientes, que as autoridades públicas façam a negociação e realmente cheguem a um bom consenso, porque R\$ 600 mil dão no mínimo para fazer seis quilômetros de rua pavimentada por mês, com drenagem e com sistema de esgoto.

Vamos respeitar o dinheiro público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, nascido na princesinha do vale, na capital catarinense do milho verde, Imbuia, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Peninha, pela referência à nossa cidade de Imbuia, no alto vale do Itajaí.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados aqui presentes, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores públicos que nos acompanham nesta sessão.

Eu queria também ressaltar a aprovação, na tarde de ontem, do projeto de fixação do efetivo da Polícia Militar e frisar alguns pontos fundamentais que naquela ânsia terminamos esquecendo como, por exemplo, por que é importante esse projeto? Só para agradar aos policiais, tantos os oficiais quanto os praças que aqui estavam ontem? É uma demanda corporativista? Nós entendemos que não. Nós entendemos que há interesse público, uma vez que nós estamos trabalhando para fortalecer a Segurança Pública, fortalecer a instituição, a partir, deputado Peninha, da qualificação dos servidores da segurança.

O que nós fizemos ontem foi proporcionar àquele soldado que está há mais de 20 anos trabalhando lá em Imbuia, em Ituporanga, assim como em todo o estado de Santa Catarina, fazer o curso de cabo, qualificando-se para trabalhar melhor para a população. Que o cabo possa se qualificar através do curso de sargento e atender melhor a população.

O projeto visa que no futuro toda a cidade do estado tenha, pelo menos, um sargento trabalhando, porque ele terá uma quantidade de informação e qualificação maior e com certeza irá prestar melhores serviços para a sociedade catarinense. Se já somos uma das melhores polícias do Brasil, e eu ouço frequentemente aqui elogios dos deputados e de várias pessoas, nós queremos ser a melhor, não só do Brasil, mas a melhor do mundo.

Este tem que ser o desafio de todo o servidor público, de todo o profissional: qualificar-se mais, preparar-se mais para atender melhor a população que paga a sua estrutura e paga o seu próprio salário.

Então, este é o nosso desafio e nós queremos agradecer, mais uma vez, a todos os colegas deputados que, por unanimidade, aprovaram ontem essa importante conquista para os policiais militares de Santa Catarina. Posteriormente, teremos que rediscutir a mesma questão no Corpo de Bombeiros, porque agora está separado. Mas mais uma vez quero parabenizar o Corpo de Bombeiros, pois ontem foi o Dia do Bombeiro, e esta é a semana de prevenção ao incêndio.

Quero parabenizar todos esses irmãos de farda, de combate ao fogo, em defesa da vida, de resgate da vida, de salvamento, que estão em defesa da população nas calamidades públicas.

Gostaria de falar também sobre a audiência pública que nós vamos realizar amanhã, na comissão de Educação da Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores de Itajaí, para discutir a crise na Univali - Universidade do Vale do Itajaí. Uma crise que já levou à demissão de 400 trabalhadores, entre professores e servidores, no ano passado, que ameaça demitir mais 600 trabalhadores agora, já para o segundo semestre deste ano.

É uma crise que ameaça fechar os *campi* aqui de São José, da Univali e o da cidade de Piçarras. Na verdade, é uma crise que não é só da Univali, é uma crise do sistema universitário brasileiro, que vem progressivamente, através das décadas, optando pela educação privada. O próprio estado está optando em financiar a privatização do ensino superior, com uma política de incentivo, de facilitação, de flexibilização do aumento de oportunidade para qualquer aventureiro criar uma faculdade privada em cada esquina deste país.

Isso tem levado e está levando à crise do sistema Acafe, porque é só uma parcela da população que pode pagar mensalidade, e aí essa parcela tem limite, uma hora termina, ficando, assim, as vagas ociosas.

As universidades, infelizmente as melhores, porque são aquelas que investem mais em pesquisa e em extensão, as melhores do sistema Acafe que entram em crise, porque não trabalham só com cuspe e com giz, aventuram-se em trabalhar com pesquisa e extensão e acabam não conseguindo, através do sistema de cobrança de mensalidade, se sustentar, sobreviver, além do sistema de gestão que também precisa ser pensado.

O último ponto que eu não poderia deixar de passar é a greve, mais uma vez, dos trabalhadores do transporte coletivo da Grande Florianópolis.

A greve, srs. deputados e demais pessoas que nos acompanham, é total, tem força absoluta e por que acontece? Porque me indigna ouvir e ler que os trabalhadores fazem greve porque são irresponsáveis, que o trabalhador gosta de fazer greve! Isso em absoluto é verdade!

Eu acompanhei o processo de negociação dos trabalhadores do sistema de transporte coletivo da Grande Florianópolis há duas semanas. Eu participei da assembleia-geral deles que discutiu a proposta dos patrões, acompanhando cada frase, cada vírgula dos dirigentes do sindicato, que fizeram todo o esforço para garantir que a categoria aceitasse a proposta vinda dos patrões e da prefeitura, proposta essa em que seriam dados 8% de reajuste.

Eu estava na assembleia-geral no dia 18 de junho e a categoria aprovou pela aceitação da proposta patronal com o aval da prefeitura e estava marcada a data de 1 de julho para a assinatura do acordo coletivo. Foi um esforço fazer isso porque a categoria queria ir para a greve.

Chegou o dia 1 de julho, na última terça-feira, e na reunião marcada os patrões disseram que não tinham nada para assinar porque dependia da prefeitura o subsídio, deputado Professor Grando, ou seja, os patrões só reajustam, só repõem o salário se o poder público bancar. Isso é uma barbaridade! V.Exa. tem toda razão: o lucro dos empresários do sistema de transporte não entra nessa discussão.

Outra coisa que precisa ser dita é que todo ano, reiteradamente, os patrões vão lá e discutem algum índice de uma casa só de reajuste e 15 dias depois anunciam um novo aumento para as passagens, botando o custo, sim, nas costas do usuário.

É uma pouca-vergonha, um desrespeito, porque eles não tinham que remarcar a data de começar a greve, pois já estava marcada há 15 dias. Já estava marcada há 15 dias!

Os patrões, infelizmente, com o aval da prefeitura, enrolaram os trabalhadores e a greve começou a partir do momento em que quebraram o acordo. Eles têm o apoio total e não é qualquer decisão, o juiz não pode incriminar um movimento legítimo com força integral e total de uma categoria tão importante para a sociedade.

É preciso haver negociação! Agora eles estão em greve, pois querem fazer valer os seus direitos. E se estava difícil aceitar os 8% sem a greve, agora que estão em greve, por que vão aceitar esses 8%? Os patrões têm obrigação de negociar, mas a caixa-preta continua fechada, como foi dito aqui, e continua fechada, uma vez que há convivência do poder público, pois existem também os familiares das autoridades, dos prefeitos dessa região que possuem empresa de ônibus. A caixa-preta não vai ser aberta porque eles todos estão fazendo um conchavo!

É isso que precisa ser dito: que o sistema, que o transporte é caro, que os trabalhadores ganham mal, que os patrões desrespeitam os trabalhadores e, portanto, precisam respeitar agora, porque eles têm 100% de adesão à greve. É isso que precisa ser dito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, que representa Caçador e toda aquela região e que, pela segunda vez, retorna a esta Casa, por até dez minutos.

Meus parabéns, deputado Valdir Cobalchini, pelo seu trabalho, conheço-o há muito tempo e sei da lisura de seu caráter e sua belíssima personalidade.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Peninha.

É um orgulho estar aqui na Assembléia Legislativa e tê-lo, neste momento, como presidente. Também o conheço há muitos anos e a sua estada aqui, durante vários mandatos, é fruto do trabalho que começou como prefeito de Ituporanga, depois como presidente da Epagri e mandato após mandato tem aumentado o seu número de votos. Mas é porque o seu trabalho está sendo aprovado pela comunidade, não só da região do alto vale, como de todo o estado.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, eu, nos últimos cinco anos e meio, estive no comando da secretaria Regional em Caçador e nesse período a Oposição ao governo Luiz Henrique ficou completamente esvaziada, ao ponto de na eleição a média, deputado Carlão, de votos obtidos pelo governador Luiz Henrique ficar em torno de 65%.

Ele operou uma verdadeira transformação em obras, espalhando-as em todos os municípios, independentemente do partido a que pertencesse o prefeito municipal. E chegando aqui à Casa, na Assembléia Legislativa, constato que realmente é difícil a vida de oposição, especialmente tendo à frente um governador como o governador Luiz Henrique que, sem dúvida alguma, no segundo mandato, ainda tendo mais dois anos e meio pela frente, já se constitui no maior governador de todos os tempos em Santa Catarina.

Vejo agora, nos últimos dias, que a Oposição encontrou como se fosse uma tábua de salvação, através das ações da revista *Metrópole*. O inquérito policial já foi concluído, sendo encaminhando ao Ministério Público, que já fez a denúncia, levando-a para a Justiça, constituindo-se agora num processo que certamente chegará ao final, onde se comprovará a extorsão, que já é a acusação formulada pelo Ministério Público.

Se a revista entende que há algum crédito em relação ao governo, por que não busca a execução, por que não busca a cobrança judicial? É muito estranho que se queira transformar este episódio numa ação que busque tirar do foco tudo o que este governo tem feito.

Eu mesmo, deputado Carlão, fui vítima. Recebi a visita do cidadão dizendo-se representante da revista, o qual me propunha que eu sugerisse empresas na nossa cidade, na região de porte, para que pudesse mostrar o potencial econômico da nossa região. E se o fez comigo, fez também em várias outras regiões. E de pronto eu listei, sim, empresas na nossa cidade, na nossa região, que eu entendia que pudessem merecer destaque na sua revista.

Em nenhum momento existiu dinheiro público, em nenhum momento insinuei, como secretário regional, que daria a ele um tratamento privilegiado por ser um órgão de imprensa, até porque, com todo respeito à revista *Metrópole*, quem sabe dez edições tenham circulado pela nossa cidade, ela não convenceu absolutamente nenhum eleitor a votar no governador Luiz Henrique da Silveira em função dessa ou daquela matéria. Está sendo dada uma dimensão muito maior do que é a realidade.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. faz com conhecimento de causa, pois estive no governo, um depoimento muito claro a respeito do assunto.

O que eu começo a pensar, deputado Valdir Cobalchini, é como alguém se propõe a fazer um negócio com o custo de R\$ 1,4 milhão sem nenhum documento, sem nenhum papel assinado, sem um contrato, sabendo que para fazer uma ação no poder público há necessidade de licitação e há necessidade de cumprir a Lei n. 8.666. Portanto, nós começamos a duvidar.

Eu já começo a pensar, deputado Adherbal Deba Cabral, que antevendo o sonoro "não" que as urnas iriam posteriormente confirmar, pudesse haver ali dedo, inclusive, da Oposição, montando aquilo que poderiam ser as provas para solidificar uma possível ação na Justiça para tentar reverter o mandato que o povo outorgara a Luiz Henrique da Silveira.

Começo a entender, haja vista a concatenação das idéias da Oposição, que me parece ser algo arquitetado que começou a nascer já com uma idéia. As pesquisas mostravam que aquele grupo não voltaria ao poder com tanta facilidade e a sede, a ganância, a vontade de mandar de forma personalista no estado por certo faria com que houvesse a necessidade de construir algo diferente da democracia, e aí os vemos com tanta vontade, com tanta ansiedade, com tanta frequência a exaltar um crime chamando-o de publicação.

O deputado mesmo citou... Essa revista, alguém conhecia antes? Não entendo como alguém pode dar tanto valor a um fato que... Mas é natural, deputado Valdir Cobalchini, que a Oposição agora queira solidificar aquilo que ela construiu como prova para um processo que a Justiça está discutindo.

Mas, v.exa. colocou com muita propriedade: o caso está, deputado Adherbal Deba Cabral, onde merece estar, na Polícia, na Justiça, no Ministério Público, e por certo teremos um veredicto final que vai confirmar o não envolvimento do governador e das principais personalidades que estão sendo citadas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado deputado Carlos Hoegen, eu diria que além de ter sido arquitetado ele foi premeditado. Vejam que ele teve o cuidado de gravar todas as conversas usando pessoas de boa-fé, como foi o meu caso há três anos.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Nobre deputado Valdir Cobalchini, realmente hoje esta Casa está sendo alvo dessa discussão no caso do livro do jornalista Nei Silva, que também é o proprietário da revista *Metrópole*.

Naquela mesma oportunidade, deputado Valdir Cobalchini, nós exercemos em Itajaí o cargo de diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional e o jornalista teve a oportunidade, também à época, de procurar o nosso secretário, que hoje exerce a função de vereador em Balneário Camboriú, para que também pudesse ajudá-lo em empresas. O nosso secretário Regional não aceitou aquela condição, até porque a nossa função na secretaria de Desenvolvimento Regional, claro, é descentralizar os serviços do governo do estado...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - V.Exa. dispõe de mais 30 segundos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Então eu acredito que o caso está no judiciário. Compete à Justiça realmente levantar esses fatos. Tivemos pessoas de boa-fé, como foi o caso do nobre deputado que realmente atendeu a revista, porque tinha conhecimento e conhecia toda a região.

Eu acho que realmente está se levando para um plano político, nós sabemos que o nosso governador é um homem sério. Nesses quase 40 anos de vida pública que o nosso governo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, ainda em Explicação Pessoal, o sr. deputado Décio Góes, que já foi prefeito de Criciúma a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com a sua aquiescência, eu gostaria apenas de fazer um registro.

No próximo dia 5, sábado, estaremos relebrando os 25 anos da tragédia que se abateu sobre o vale de Itajaí, inclusive sobre o alto vale, que v.exa. representa tão bem. Os 25 anos da trágica enchente de 1983. Blumenau vai estar relebrando nesse sábado essa que foi a maior catástrofe do século XX no estado de Santa Catarina. Foram 31 dias de angústia, quando o rio Itajaí subiu cerca de 15 metros, 30% das casas em Blumenau foram atingidas, foram mais de 50 mil desabrigados só na cidade de Blumenau, com danos de mais de um bilhão de dólares.

E eu espero que neste próximo sábado esse momento de reflexão, esse momento de memória, sirva também para todos nós, em especial para nós, deputados do vale do Itajaí e do alto vale, para que nos mantenhamos alertas, em especial...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - V.Exa. tem toda razão, e eu vivi aquele momento muito de perto, na época lá em Ituporanga, socorrendo, participando não só em Ituporanga, mas também na cidade de Rio do Sul que também foi muito atingida por essa catástrofe.

Com a palavra o Deputado Décio Góes por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Eu quero primeiro, sr. presidente, justificar a minha ausência na sessão de ontem. Estive em Brasília, junto com o prefeito de Criciúma, em audiência com o ministro da Saúde, para que pudéssemos encontrar uma saída para o convênio para a execução do Hospital Santa Catarina, um convênio de 1999 e os subseqüentes que a cidade ainda não conseguiu prestar contas e está criando problemas para o município. O prefeito falou comigo, relatou o problema e eu solicitei, através da senadora Ideli Salvatti, essa audiência com o ministro, que nos atendeu maravilhosamente bem.

Como havia uma divergência de diversos setores, cada departamento tem um parecer, isso impedia que houvesse um desfecho final para aquele convênio, o ministro criou um grupo de trabalho com os diversos setores para esclarecer a situação. Nós solicitamos uma auditoria em Criciúma, e pedimos para o Ministério Público acompanhar e verificar que os recursos foram todos aplicados no Hospital Santa Catarina, que é um hospital infantil que atende toda a região, para poder esclarecer e concluir essa parte de obras. Também já iniciamos um processo de discutir com o ministério a viabilidade da manutenção do hospital, porque em dez anos ele foi construído num esforço da sociedade em parceria com o governo estadual, com o governo federal e com o próprio município.

Agora o hospital precisa se colocar a serviço da sociedade e precisa de recursos para a manutenção daquele importante equipamento para a saúde das crianças de toda a região carbonífera.

Tivemos essa audiência que foi extremamente produtiva. Mas no debate de hoje...

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero elogiar v.exa. que juntamente com o prefeito Antonelli, ambos de partidos diferentes, tem essa maneira de fazer política, priorizando o poder local. Vejo muito bem que além de serem aliados em nível federal, mas não estadual, essa é uma política em que a comunidade ganha, esse é um exemplo que nós vimos hoje aqui, que alguns citam ser contra, mas esquecem que podem fazer muito mais se unidos, e v.exa. deu esse exemplo, portanto os meus parabéns.

Essa é a maneira correta de fazer política: colocar os interesses da comunidade acima das questões partidárias, e saber que em nível federal são aliados. Apesar do meu partido não ser, entendemos que essa é a maneira correta de fazer política.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado, deputado Professor Grando. Entendo que há espaços propícios para fazer o debate de Oposição, o debate eleitoral, há época para isso, mas temos tarefas públicas a desempenhar e precisamos defender o nosso município, a nossa região, o nosso estado e para isso devemos unir todas as forças em prol do desenvolvimento da nossa sociedade.

Mas hoje eu estava aqui observando os debates que aconteceram, principalmente da Bancada do PSDB que falou, falou, e depois se ausentou, não está mais aqui.

Mas eu entendo a preocupação, olhando, analisando as pesquisas da CNI e Ibope, e agora também a pesquisa da Vox Populi, que aponta o PT como o partido preferido do eleitorado, onde 67% dos brasileiros estão satisfeitos com o Brasil; 63% acham que o país melhorou nos últimos dois anos, e 58% acham que o Brasil vai melhorar ainda mais nos próximos dois anos. O PT tem 25% da preferência partidária, seguido pelo PMDB com 7%, pelo PSDB com 6% e o DEM com 2%. O PT é o partido mais lembrado por 36% do eleitorado, e para 63% do eleitorado o PT ajuda o Brasil a crescer. O PT é considerado um partido de esquerda e que 47% da população é favorável à fidelidade partidária e considera que o mandato pertence ao partido pelo qual o candidato se elegeu; 84% avalia positivamente o desempenho do presidente Lula; para 34% a principal realização do governo Lula é a implantação dos programas sociais e para 20% é a política econômica. Destaque para o programa Bolsa Família citado por 27% dos entrevistados.

Esses são alguns dados revelados pela pesquisa de opinião realizada através do Instituto Vox Populi em todo o território nacional, que confirma essa pesquisa da CNI, da Confederação Nacional da Indústria, que foi feita através do Ibope, que mostra elevados índices de avaliação e aprovação e a popularidade mantida pelo presidente Lula.

São índices extremamente favoráveis, 80% confirmam que 2008 está muito bom, e assim são vários dados da pesquisa que mostram os indicadores de avaliação do governo federal, do governo do presidente Lula, capitaneado pelo PT.

Cinquenta e oito por cento avaliam o governo como ótimo e bom; cresceu na região sul, na periferia das cidades e na faixa de renda de até um salário mínimo por mês, por isso o desespero do deputado Marcos Vieira.

Vários dados permanecem. A maneira de governar do presidente Lula que permanece elevada, com 72% de aprovação.

Por isso o desespero da bancada do PSDB e acho que eles não estão preocupados com a inflação e com os recursos governamentais. Aliás, com relação aos recursos governamentais, nunca tanto foi aplicado aqui em Santa Catarina e isso é reconhecido pela sociedade, pelos órgãos governamentais.

Nós estamos duplicando a BR-101 no sul, a BR-282, a BR-280. Todos os portos catarinenses recebem investimentos; redes de transmissão estão sendo construídas; programas no saneamento básico, várias cidades catarinenses foram extremamente contempladas, ajudando a sair dessa ridícula posição que o estado de Santa Catarina ocupa no saneamento. O governo federal tem sido um grande parceiro de Santa Catarina.

Acho que ele devia estar mais preocupado com as denúncias do livro; com o art. 170 que não se paga; com a falta de recursos, sim, para políticas agrícolas e rurais de Santa Catarina por parte do governo do estado e com o desleixo nas questões ambientais.

Acho que há um conjunto de problemas que deveriam pautar o debate, para podermos ajudar a resolver os problemas de Santa Catarina e fazer um debate saudável, um debate sério, inclusive sobre a questão da inflação. Esse debate precisa ser feito com seriedade para que não se exija o remédio errado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - De acordo com o art. 108, do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 53ª sessão ordinária de 8/7/2008: Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s 0114/2008; 0262/2007 e 0546/2007.

Esta Presidência encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Cézar Cim - Clésio Salvaro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Refere-se à criminalização dos movimentos sociais.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Fala sobre Festival do Strudel em Jaraguá do Sul; discorre sobre alianças realizadas nos municípios e o papel do presidente dos partidos políticos.

**DEPUTADO IVAN NAATZ** - Tece considerações sobre o fato de um médico cobrar para prestar serviço que é feito pelo SUS; aborda teste de honestidade aplicado pelo CQC da Rede Bandeirantes.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Aborda denúncias que envolvem o secretário Ivo Carminati.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra presença das vereadoras de Campo Alegre.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Refere-se à ampliação das bolsas de estudo do art. 170; manifesta-se sobre o fato de que estrangeiros estão comprando terras de brasileiros.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Relembra as enchentes de 1983 ocorridas em Blumenau; alerta sobre a questão da modernização do sistema de telemetria.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (aparte) - Lembra o abandono das barragens na região do alto vale do Itajaí.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Agradece pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Campo Alegre; tece considerações sobre projeto de sua autoria que institui a Semana Estadual à Valorização da Vida; faz divulgação do CVV - Centro de Valorização à Vida.

**DEPUTADO HENATO HINNIG** - Fala da atividade de representar a Casa na reunião do Parlasul em Campo Grande, em que foi discutida a integração do Corredor Bioceânico.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Aborda importância do Corredor Bioceânico.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Rebate acusações com relação ao governo do estado.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Manifesta-se sobre o alto custo de vida e a volta da inflação.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Lamenta palavras do ministro, ao dizer que o povo não vai sofrer com a volta da inflação.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Fala sobre as denúncias da propaganda da descentralização e das denúncias de extorsão.



**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, do presidente da Câmara de Rio do Campo e do presidente do DEM, bem como do prefeito de Salete.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Refere-se à audiência pública da comissão de Educação que seria realizada na Câmara de Itajaí.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (pela ordem) - Esclarece a forma correta com que os servidores ligados à comissão de Educação fizeram o seu trabalho com relação à audiência na Câmara de Itajaí.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** (pela ordem) - Solicita que a realização de audiências seja comunicada com mais antecedência.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Registra presença do prefeito e vereadores de Iraceminha.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Registra entrevista concedida pela jornalista Márgara ao colunista César Valente.

Ordem do Dia

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Discute requerimento, de sua autoria, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Coordenação e Articulação Política, Ivo Carminati, para comparecer à Assembléia Legislativa em sessão especial.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Discute requerimento do deputado Joares Ponticelli, que convida o secretário Ivo Carminati para comparecer em sessão especial na Assembléia Legislativa.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Posiciona-se contrário ao requerimento do deputado Joares Ponticelli que solicita a vida do secretário Ivo Carminati à Assembléia Legislativa para participar de sessão especial.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Manifesta-se favorável ao requerimento do deputado Joares Ponticelli que solicita a visita do secretário Ivo Carminati ao Parlamento para esclarecimentos.

**DEPUTADO IVAN NAATZ** - Aborda requerimento do deputado Joares Ponticelli que solicita o comparecimento do secretário Ivo Carminati para participar de sessão especial.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Critica colocações do deputado Ivan Naatz com relação ao caso Nei Silva.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Critica colocações do deputado Manoel Mota que pede a visita do secretário Ivo Carminati para esclarecimentos.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Aldérico José Dana, de Campo Alegre.

**DEPUTADO CARLOS HOEGEN** - Critica comentário do deputado Ivan Naatz sobre os suplentes; critica requerimento do deputado Joares Ponticelli que solicita a presença do secretário Ivo Carminati para esclarecimentos.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Registra a presença de vereadores do município de Campo Alegre.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Solicita votação nominal ao requerimento do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (pela ordem) - Encaminha voto contrário ao requerimento do deputado Joares Ponticelli.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Registra a vinda de Nei Silva ao Parlamento para esclarecimentos.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Comenta vinda de Nei Silva à Assembléia para esclarecimentos.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda capítulo do livro *A Descentralização no Banco dos Réus*; critica a não-aprovação do requerimento, de sua autoria, que solicita a presença do secretário Ivo Carminati para uma sessão especial.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Registra o falecimento do terceiro-sargento da reserva, Kunrath, de Maravilha.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Aborda a Lei n. 11.718, que trata do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Comenta o aumento do preço dos alimentos.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Aldérico José Dana, de Campo Alegre.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Aborda o livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Critica colocações de deputados da Oposição com relação ao livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Refere-se ao livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Reporta-se à greve dos trabalhadores da maternidade Dr. Carlos Corrêa; critica a Câmara de Vereadores de Itajaí por negar espaço para realização de audiência pública sobre os problemas da Univali.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Tece críticas à postura da Oposição com relação ao caso Nei Silva.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli com relação ao livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje se refere ao que acompanhamos através dos veículos de comunicação, no que diz respeito à criminalização dos movimentos sociais pelo país afora.

Entendemos que, a partir do governo do presidente Lula, tem cessado a criminalização dos movimentos sindicais, que viveram longos anos de repressão, de violência. Até mesmo o próprio Exército em muitos momentos se colocou contrário à mobilização, à reivindicação de direitos que perpassam os movimentos sociais.

Agora, em dezembro de 2007, o Conselho Superior do Ministério Público gaúcho - e aqui é importante que se possa frisar - designou equipes de promotores para promover uma ação civil pública com vistas à dissolução do MST e, ao mesmo tempo, declarando o movimento através da ilegalidade dele.

É interessante que o Ministério Público, no estado do Rio Grande do Sul, tome um encaminhamento tão equivocado quanto esse. Por que não o mesmo Judiciário pedir o fim do latifúndio? Aliás, diga-se de passagem, o latifúndio, tanto no estado de Santa Catarina, quanto no nosso país ou em nível mundial, é aquele que proporciona uma série de consequências na sociedade em que vivemos.

Por isso que decidir pela intervenção nas escolas do Movimento dos Sem Terra é uma medida totalmente equivocada, exatamente pela autonomia e pelas lutas históricas dos nossos movimentos sociais, como o MST, o próprio MAB, o MPA, a luta da Fetraf, a luta das mulheres e de tantas outras organizações, que lutam por uma sociedade mais justa, mais igualitária, pela descentralização do poder e, de maneira muito especial, por direitos sociais que são abertamente contemplados na Constituição deste nosso país.

Acompanhando um pouquinho toda essa situação, percebemos a violência aumentando assustadoramente nos grandes centros urbanos. E, por outro lado, a contradição, ou seja, a expulsão do homem da roça, seja através do latifúndio ou do grande capital, que se concretiza e realiza-se através da expropriação de inúmeras famílias atingidas pelas barragens. Este é o grande equívoco que vivemos, hoje, na nossa sociedade: a concentração da terra, da riqueza e do poder. E percebemos, por outro lado, os cinturões das grandes cidades aumentando e tendo uma série de consequências à luz de tudo isso.

Criminalizar os movimentos sociais, desfazer a luta histórica, por exemplo, do MST, é desconhecer a realidade e a luta de muitas famílias, que não tiveram acesso a inúmeras políticas públicas, durante longos anos de histórias. Criminalizar os nossos movimentos sociais é não reconhecer a sua luta. Aliás, deveríamos até mapear algumas de suas conquistas que foram frutos da organização e da luta dos nossos movimentos sociais, como, por exemplo, o voto das mulheres, a legislação trabalhista, o Sistema Único de Saúde, a questão das aposentadorias. Enfim, foram muitas conquistas.

E, aliás, hoje acompanhamos as fraudes pela imprensa, quando utilizam aquilo que é público para enriquecer ilícitamente. O estado não está cumprindo o seu papel, e ainda, de forma descarada, está contrariando a própria gravação apresentada pelo veículo de comunicação.

Portanto, o estado brasileiro tem uma dívida histórica com essas famílias, com essas pessoas que se organizaram, que lutaram, que se colocaram à frente contrapondo-se a essa dura realidade de discriminação e de isolamento das mais diferentes e variadas políticas públicas fundamentais para a construção da cidadania de milhares e milhares de pessoas.

Nós percebemos que, mesmo com todo o avanço que houve no governo do presidente Lula, com o incremento de recursos na tentativa de manter mais pessoas na atividade da agricultura camponesa e familiar, existem milhares de propriedades que não deixam um sucessor para continuar a atividade na roça.

Portanto, vivemos muita coisa equivocada e errada ao longo de todos esses anos de história e de vida. É preciso avançar e o poder público tem um papel extremamente importante para que possamos, através das diferentes atividades públicas, devolver mais dignidade, mais cidadania e, claro, a inclusão social de milhões e milhões de brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrita para falar a deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado Clésio Salvaro, muito nos honra tê-lo aqui presidindo esta sessão nesta tarde de terça-feira; demais integrantes da Mesa; sras. deputadas; srs. deputados; amigos fiéis que acompanham a atuação de seus parlamentares, tenho três assuntos para falar. Um deles, deputado Ismael dos Santos, é sobre o Festival do Strudel, em Jaraguá do Sul.

Esta deputada é autora do projeto que denomina a cidade de Jaraguá do Sul como a Capital do Strudel. Estive na festa, comendo strudel, enfim, participando, porque, afinal de contas, deputado Renato Hinnig, v.exas. aprovaram aqui neste Parlamento e também nas comissões que Jaraguá do Sul, deputado Professor Grandó, seja a Capital do Strudel.

Eu não poderia deixar de estar lá também participando junto com aquela gente maravilhosa, quando pudemos compartilhar, recordar e confraternizar com alguns aniversariantes daquele lugar. Então, esse é um assunto que não poderia deixar de registrar.

O segundo tema que me traz a esta tribuna são as alianças realizadas nos municípios. E nós temos muitas histórias para contar. Mas gostaria de falar do papel do presidente dos partidos políticos. O presidente, no meu entender, é o cabeça e os demais integrantes da sua Executiva também fazem parte dessa cabeça. E essa cabeça tem que estar muito boa, muito legal, muito harmoniosa para fechar as alianças, para não fazer bobagem. O papel fundamental do presidente é conversar com todas as agremiações partidárias, e ele não pode ficar só de um lado.

Nesta Casa, sou Oposição à base! No entanto, conversei no meu gabinete e recebi companheiros de outras agremiações partidárias. Neste momento, não podemos ter inimigos políticos! Nós temos adversários, mas não inimigos. Não podemos fechar as portas, e foi o que fizemos.

Conversei longamente com o PMDB (e eu quero que isso fique registrado neste Parlamento), pois tenho o direito de fazer isso, conversei com vários integrantes do PMDB. "Deputada, o que v.exa. acha desse município?" Aí eu disse: "Ah, vamos ver, vamos analisar". Porque é analisando que podemos chegar a um consenso. O meu partido ainda está crescendo. Eu tenho que discutir, pois quero o bem do meu partido, assim como v.exa., deputado Ivan Naatz. V.Exa., que é do Partido Verde, quer que o seu partido cresça, como o PP, o PT, o PDT e outras agremiações.

Então, eu conversei com todos, pois não fecho a porta para ninguém! Vieram bater na minha porta e eu disse a todos que eram bem-vindos, recebendo-os com cafezinho. Eu atendo bem porque isso é fazer política, deputado Jandir Bellini. Até com v.exa. eu conversei.

Enfim, eu quero dizer a v.exas. que conversei com todos de cabeça erguida, com muita alegria no coração porque isso, graças a Deus, eu tenho, e muita responsabilidade. Eu quero ver os meus candidatos eleitos e vou trabalhar para isso. E o presidente - e eu quero voltar a falar sobre ele - tem que agir, não pode dormir! Este é o seu papel.

O presidente não pode dormir nesse momento! Ele tem que conversar a qualquer hora, em qualquer instante. Ele tem que discutir, tem que conversar, deputado Pedro Baldissera, porque nessa hora é a matemática que funciona. E tem que ver onde há possibilidade para o seu candidato ganhar, vencer, pois a política é a arte do diálogo, da discussão de trazer melhorias para a população. Não adianta ter mandato e ficar esquentando as cadeiras. Nós temos que agir, brigar em prol do necessitado, trazer benefícios à população.

E o presidente não pode barrar os seus candidatos! Não pode, de maneira alguma, barrar, impedir que o candidato progrida, discuta; não pode deixar de conversar com as outras agremiações. Ele tem que conversar com todas as agremiações partidárias. Esse é o verdadeiro papel do presidente de uma agremiação partidária.

Então, srs. deputados, existe presidente que se ausentou do processo e tirou férias, deputado Pedro Uczai! Cadê a responsabilidade, meu Deus?!

O nosso não é um partido de gaveta. Ele não é partido de aluguel, que só aparece para eleger o prefeito! Não! O partido está trabalhando para eleger seus vereadores. O momento agora é de nós trabalharmos para eleger os nossos vereadores. Não vou citar nomes, nem posso, mas tenho que falar do papel do presidente. O presidente tem que ter responsabilidade. Ele não pode pendurar as chuteiras porque agora é o momento de uma grande competição: eleger representantes que venham beneficiar a população, trabalhar em prol da viúva, do órfão, da criança, do adolescente, da empregada doméstica, do jardineiro; trabalhar em prol de toda a população, do branco, do preto, do pobre, do bonito, do feio, não importa quem seja.

Muitas vezes esta deputada teve que fazer, deputado Silvio Dreveck, papel de presidente, sem ser, em vários municípios; sair aí atropelando, a qualquer hora ou às 5h, para salvar o partido.

Enquanto eu estiver aqui, irei defender a minha bandeira do Partido Republicano Brasileiro, o número 10. E vamos à luta! Nós não podemos, neste momento, cruzar os braços. Temos que arregaçar as mangas e seguir em frente.

E o papel do presidente municipal foi fundamental, mas houve muitos que tiraram férias. Que pena! Mas voltarei com este tema em outra oportunidade.

Muito obrigada, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ivan Naatz, por até dez minutos. Em seguida fará uso da palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, os noticiários desta semana trouxeram mais um fato lamentável: um médico cobra para prestar um serviço que é feito pelo SUS. E não é pouco, o valor de R\$ 3 mil foi cobrado de uma família carente do estado de Santa Catarina.

Lamentavelmente, parece-me que essa não foi a primeira vez que aconteceu isso nem será a última, deputado César Cim - e v.exa. já foi promotor de Justiça e conhece as leis. Mais uma vez, a classe menos favorecida, o pobre chega para ser atendido no hospital e é furtado por um mau profissional da Medicina, um homem que envergonha a classe, um homem que envergonha todas as classes de profissionais.

É preciso que o Conselho Regional de Medicina tome providências urgentes. Não é possível que isso fique apenas na questão da sindicância, porque estamos acostumados, deputada Odete de Jesus, a ver as sindicâncias terminarem em nada. As imagens foram claras, ele cobrou por um serviço que é feito pelo SUS - e não cobrou pouco -, aproveitando-se de uma situação difícil. O Conselho Regional de Medicina deveria suspender imediatamente a credencial desse profissional.

Então, é mais um fato lamentável que atinge os mais pobres, os menos favorecidos que necessitam do trabalho daqueles profissionais que são pagos para prestar um bom trabalho. E isso é um reflexo da sociedade.

Srs. deputados, eu gostaria de dizer também aqui que assisti, ontem, ao Programa CQC - e quero sugerir que todos os deputados, que toda comunidade catarinense assista a esse programa que passa nas noites de segunda-feira, na Rede Bandeirantes. E esse programa, então, fazia um teste de honestidade. Havia um cidadão que se passava por cego, que deixava cair do bolso uma nota de R\$ 50,00 para testar as pessoas que ali estavam. Lamentavelmente, até um policial militar de Brasília nesse teste, deputado Sargento Amauri Soares, ao ver a nota de R\$ 50 cair do bolso do ator, juntou-a do chão e colocou-a no seu próprio bolso. O ator, então, voltou para a cena onde ele tinha perdido a nota, como se estivesse procurando-a, e perguntou para o próprio policial militar se ele teria visto cair ali uma nota de R\$ 50 e ele disse, srs. deputados, que não tinha visto. Esse policial militar da capital federal teve a coragem de mentir, estando com a nota de R\$ 50,00 no bolso que tinha juntado do chão três minutos atrás.

Logo em seguida, o mesmo cego foi a uma quitanda e comprou um café e um salgadinho. A conta foi de R\$ 3,00. Quando o ator, fingindo-se de cego, puxou da carteira uma nota de R\$ 50,00 e perguntou à mulher da quitanda se era uma nota de R\$ 10,00 que ele estava entregando, ela disse que sim. Então, a mulher devolveu-lhe R\$ 7,00 de troco, guardando os R\$ 40,00.

Depois o ator, mais uma vez, fez de conta, ao tirar o celular do bolso, que tinha caído novamente no chão uma nota de R\$ 50,00. Um cidadão que passava ao seu lado catou a nota, deputado Joares Ponticelli, e a colocou no bolso na frente do cego e foi embora!

Srs. deputados, nós vivemos um momento de tristeza e a sociedade catarinense culpa os deputados, culpa os políticos! Nós, políticos, é que somos ladrões! Nós, políticos, é que damos o mau exemplo. Então, a nossa sociedade está necessitando de reflexão. A sociedade é que precisa dar exemplo de honestidade, não cobrando apenas de uma só classe, e sim de toda a sociedade.

A medida que as pessoas enganam um cego, à medida que as pessoas enganam a sociedade, à medida que as pessoas não praticam atos de honestidade, para onde caminharemos? Para onde caminhará essa sociedade?

Em Santa Catarina, os jornais noticiaram que uma denúncia gravíssima contra o secretário foi novamente arquivada por falta de interesse do estado em investigar denúncias.

Então, aonde vamos parar com essa falta de fiscalização, com essa falta de honrabilidade, com essa falta de honestidade?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Ivan Naatz, na linha da manifestação de v.exa., tenho aqui a coluna do jornalista Prisco Paraíso, de 7 de julho de 2008, portanto, de ontem, com a seguinte nota intitulada: "Atrapalhado como nunca".

Na mesma linha, o eminente jornalista Moacir Pereira, também na sua coluna do *Diário Catarinense*, do dia 5 de julho, sábado, escreve a nota da primeira parte com o título "A Força do Secretário" e a segunda parte com o título "Enforcamento".

Da mesma forma, o jornalista Roberto Azevedo, também do *Diário Catarinense*, o jornalista Paulo Alceu e centenas de outros jornalistas, radialistas, membros da imprensa, a sociedade catarinense como um todo clamam há dias, especialmente depois dos acontecimentos da última semana que envolvem diretamente o mais forte homem do atual governo chamado nos bastidores de primeiro-ministro Ivo Carminati, num escândalo nunca antes noticiado neste estado.

Quem imaginava que o governo Paulo Afonso havia sido um governo escandaloso, fica perplexo diante do que está mostrando a face do governo Luiz Henrique da Silveira. Eu diria até que os crimes que são imputados ao Paulo Afonso já podem ser remetidos ao Tribunal de Pequenas Causas, pois virou coisa de trombadinha, de batedor de carteira, diante da gravidade, da complexidade das denúncias que envolvem este governo por inteiro.

Cumprindo o nosso papel, deputado Jandir Bellini, de partido de Oposição, na ânsia de buscarmos os esclarecimentos que a sociedade catarinense clama, fizemos, ontem, mais uma tentativa de propor ao governo do estado que investigue, no âmbito interno, no âmbito administrativo, o sr. secretário.

O dr. Francisco José de Oliveira Filho, desembargador-presidente do Tribunal de Justiça, de pronto acolheu e encaminhou o expediente ao secretário da Administração para providências, mas eis que, num despacho rápido, já apelidado pela imprensa de despacho *the flash*, o referido secretário determinou o arquivamento da matéria sem poder constitucional e legal para isso.

O secretário Ivo Carminati diz que conversa todos os dias com o governador fujão - porque novamente o governador foge na hora da crise, como fugiu no caso Marlene Rica, como fugiu quando o delegado foi preso em Joinville. Ora, se o governador está de férias, por que o Ivo Carminati fala com ele todos os dias? Para saber se o sol está bom?

É tudo isso, deputado Ivan Naatz, que a sociedade espera esclarecer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu e o deputado Sílvio Dreveck queremos anunciar a presença, nesta Casa, das vereadoras de Campo Alegre Rosane Gispiela Santos Cubas, Alice Bayerl Grosskopf e Ana Lúcia Piski e da diretora-geral Betina Moreira da Silva.

Depois, no meu pronunciamento, vou tecer comentários sobre a Câmara de Vereadores de Campo Alegre.

O SR. PRESIDNETE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência registra, com muita alegria, a presença das ilustres visitantes nesta Casa.

Ainda em Breves Comunicações, inscrito para falar o deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até cinco minutos, porque depois entraremos no horário destinado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputadas, no horário do Partidos dos Trabalhadores, vou falar nesta tribuna sobre um assunto que está tomando conta de vários espaços na imprensa catarinense, que é ainda o escândalo da descentralização, da publicidade e da extorsão. É dentro das Breves Comunicações, porque tenho somente cinco minutos, quero falar sobre dois assuntos muito rapidamente.

Eu fui autor da regulamentação do art. 170 nesta Casa, que propunha que a educação fosse um direito, diferentemente do ex-deputado Paulinho Bornhausen, que defendia crédito educativo, financiamento da educação, emprestar e depois devolver, porque educação é uma mercadoria para o PFL, para os neoliberais, para os liberais.

E a educação sendo um direito, o povo paga imposto e esse imposto podia se transformar em universidade pública, em escola técnica federal ou podia se transformar, no caso do art. 170, em bolsa de estudo. E conseguimos. Na época, 60% do nosso projeto foi vitorioso e, posteriormente, transformou-se 100% em bolsa de estudo. E ainda bem que nunca foi regulamentado o restante que era proposição do ex-deputado Paulinho Bornhausen.

Então, já conhecemos a história liberal e neoliberal desse partido que se colocou aqui nesta Casa à época contra e que foi, felizmente, derrotado. Mas qual é a boa notícia? Eu peguei os dados, deputado José Natal, de 1999 até 2007, com relação ao art. 170, e constatei que os recursos do estado permitiram que 154.794 estudantes fossem contemplados com bolsa de estudo; R\$ 213.866.536,00 foram disponibilizados e destinados para bolsa de estudo, garantindo o direito ao ensino superior, o direito à universidade. Se foi gratificante ter passado por este Parlamento em outro mandato, de 1997 a 2000, foi por ter feito essa lei que regulamenta o art. 170, que permitiu que 154 mil jovens tivessem acesso ao ensino superior. Mas mais do que isso, garantiu a permanência do aluno na universidade.

Eu estou dizendo isso porque agora aprovamos a ampliação dessas bolsas para que mais alunos recebam os benefícios do art. 170, o que permitirá que, já no segundo semestre, mais jovens tenham acesso ao ensino superior, na medida em que permitimos que sejam concedidas bolsas de estudo do art. 170 a partir de 25%.

Temos que comemorar. Esse Parlamento tem que comemorar porque essa é mais uma conquista para o jovem ter acesso ao ensino superior. E é uma das ações mais gratificantes que tive como deputado, como parlamentar desta Casa, e por isso não poderia deixar de comemorar neste momento.

Em segundo lugar - eu só tenho dois minutos -, gostaria de me referir à *Folha de S.Paulo*, que diz que os estrangeiros estão comprando as terras dos brasileiros. Também quero fazer essa denúncia como a *Folha de S.Paulo* fez. Nós temos as melhores terras, temos a maior quantidade de água, temos a maior quantidade de sol do mundo, deputado Manoel Mota, mas se não cuidarmos, os brasileiros vão perder essa condição, vão perder as terras para os estrangeiros, enquanto não se permitir o acesso à terra, pois há milhões de brasileiros que não têm terras porque ainda precisamos aprofundar a reforma agrária.

Nós temos que denunciar e promover um requerimento nesta Casa para que o governo federal modifique urgentemente os marcos regulatórios e legislativos, não permitindo que os estrangeiros comprem as nossas terras. Porque eles vão produzir biodiesel, energia renovável, em nome de resposta ao efeito estufa, ao aquecimento global, mas, por outro lado, vão comprar a nossa soberania, a nossa riqueza e vão dominar a terra, a tecnologia, a mercadoria e o mercado mundial.

Por isso nós temos que nos posicionar para que o governo federal promova uma regulamentação urgente do ponto de vista jurídico, impedindo que os brasileiros vendam as terras aos estrangeiros.

Vejam: só no Mato Grosso, um corretor de imóveis diz: "Estou aguardando um grupo de uruguaios, um pessoal da Grécia. Há ainda argentinos, americanos, australianos, gente de Portugal e da Espanha comprando as terras".

Quarenta mil quilômetros quadrados já são dos estrangeiros, deputado Moacir Sopelsa, nós não podemos permitir esse avanço! É preciso denunciar e rever esse processo!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um registro histórico e necessário. No último sábado, dia 5 de julho, Blumenau relembrou os 25 anos daquela que talvez tenha sido a maior catástrofe em terras catarinenses do século XX, que foram as enchentes do ano de 1983.

Essa catástrofe, que durou pelo menos 31 dias, deputado Ivan Naatz - e o senhor acompanhou, em Blumenau, quando o rio Itajaí atingiu 15 metros -, deixou mais de 40 mil desabrigados só na cidade de Blumenau. Foram cerca de 300 mil desabrigados no Vale do Itajaí, deputado Manoel Mota; cinco mil casas foram inundadas, o equivalente, na época, a 30% das residências. Setenta por cento da cidade de Blumenau ficou alagada. Segundo o comandante do 23º BI, na época dando o seu depoimento, tivemos pelo menos 65 óbitos nas enchentes de 1983. Isso sem falar dos danos materiais que, segundo as estimativas, chegaram a US\$ 1 bilhão.

É claro que há o lado positivo, em especial o destaque aos voluntários que atuaram naquela época, nossos rádios amadores, o próprio 23º BI, que nas ilhas que havia - 23 ilhas -, elevados na cidade, supriram a população com alimentos, roupas e medicamentos.

Mas, srs. deputados, em especial o deputado Jean Kuhlmann, que atuou naquela época, o fato é que o excesso de chuvas pode voltar a ocorrer. E aí surge a indagação que faço nessa tarde: após 25 anos, deputado Carlos Hoegen, será que nós estamos preparados?

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Deputado Ismael dos Santos, é justamente em relação a isso que eu gostaria de me referir. É um momento que não temos nenhuma satisfação, nenhuma alegria, nada para comemorar; apenas relembrar essa tragédia e relembrar, claro, o esforço da sociedade para se reerguer: dos clubes de serviços, das entidades, de toda a sociedade organizada, que fez um grande esforço.

Mas é bom que lembremos também, nesse dia e nesse momento, o abandono das nossas barragens. Na região do alto vale do Itajaí há duas importantes barragens que foram construídas para conter as cheias e, por consequência, uma tragédia como essa, mas que continuam abandonadas, continuam entregues a sorte e sem, por certo, havendo uma enchente como essa, poder cumprir o seu papel.

Então, é bom lembrarmos esse fato, mas lembrarmos também - tomara a Deus que não mais ocorra - que, se isso ocorrer, que estejamos preparados!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado pelo seu depoimento, deputado. Sem dúvida, há uma constatação de que a tragédia seria muito maior. Hoje, o vale do Itajaí, com um milhão de pessoas, ficaria à mercê, sobretudo por causa do desmatamento das margens.

Eu quero apenas fazer um alerta, cumprimentando também o deputado Kennedy Nunes, que nos visita nesta tarde, sobre a questão da modernização do sistema de telemetria que aguarda novos equipamentos, deputado Jean Kuhlmann - v.exa. muito lutou com essa bandeira, e nós ainda insistimos nessa questão. Mais do que isso, sabemos que uma das comportas da barragem de José Boiteux, que, infelizmente, foi danificada pelos índios em março de 2005, ainda hoje aguarda conserto.

Diante disso, sr. presidente e srs. deputados, eu estou encaminhando, através desta Casa, um pedido de informação à Defesa Civil do estado de Santa Catarina, com três indagações:

(Passa a ler.)

[...]

"1 - quais os motivos que não permitiram, até a presente data, o conserto de uma das comportas da barragem, no município de José Boiteux, danificadas pelos índios em março de 2005?

2 - qual a data prevista para o início das obras de reconstrução e recuperação dos equipamentos? e

3 - Quais as mediadas que estão sendo tomadas a fim de proteger os municípios do Vale, numa eventual enchente, tendo em vista que a barragem não oferece a segurança desejada?..."[sic]

Espero que este 5 de julho, quando se completou 25 anos das enchentes em Blumenau e no vale do Itajaí, possa, de uma forma ou de outra, ser um momento de reflexão, mas também de alerta para todos nós.

Obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputadas, srs. deputados e povo catarinense, gostaria de fazer um agradecimento especial ao município de Campo Alegre, especialmente à presidente da Câmara de Vereadores, que está aqui presente. Quero agradecer pela homenagem a este deputado, que receberá o título de Cidadão Honorário de Campo Alegre.

Sra. presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, leve a todos os vereadores e à população daquele município o nosso agradecimento, o nosso muito obrigado.

Gostaríamos, também, de apresentar, hoje, um projeto de lei, pois como médico quero instituir a Semana Estadual à Valorização da Vida. Esse Projeto de Lei n. 0202/2008 diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual à Valorização da Vida.

Parágrafo Único - A semana prevista no *caput* deste artigo será na segunda semana do mês de maio.

Art. 2º - A Semana Estadual à valorização da Vida terá como diretrizes:

I - Alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas, utilizando veículos de comunicação de grande acesso à população.

II - Promover o encontro com especialista na área para debater o assunto.

III - Elaborar e distribuir cartilhas didáticas para órgãos públicos, tais como: escolas, hospitais, capacitando funcionários para lidar com pessoas que tenham pensamentos suicidas.

Art. 3º - Compete ao Poder Executivo a administração e a gerência dos programas criados para a efetivação da política de que trata esta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo conscientizar a população sobre a atenção que se deve dar as pessoas que pensam em romper com a vida. Santa Catarina ocupa hoje a 2ª posição no *ranking* e apresenta a taxa média de suicídios, atrás apenas do Rio Grande do Sul, segundo levantamento feito pelo IBGE e Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o estudo, duas regiões figuram no *ranking* das taxas de suicídio, no Estado: o Vale do Itajaí e o Oeste. No ano passado, chegou a 423 ocorrências. A Organização Mundial da Saúde - OMS - considera alto o índice de suicídio que supere 10 para cada 100 mil habitantes. Devemos evitar que a mortalidade por suicídio continue crescendo, e a Semana Estadual à Valorização da Vida é um mecanismo para informar as pessoas, explicando comportamentos suicidas e formas de prevenir uma possível tragédia. Algo que já se tornou um problema de saúde pública deve receber uma atenção especial do Estado de Santa Catarina. Desta forma, uma vez que se objetiva zelar pela saúde pública, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição."[sic]

Quero dizer aos catarinenses que essa lei visa diminuir os suicidas no estado de Santa Catarina. Nós, que estamos no segundo lugar no *ranking* dos estados brasileiros, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, temos que nos preocupar com o índice de suicidas em nosso estado.

Há o CVV - Centro de Valorização à Vida -, uma entidade sem fins lucrativos que representa o espírito humano em salvar vidas. O CVV atua em Florianópolis e só no ano de 2007 atendeu a mais de 8.971 telefonemas. É uma entidade que existe e atua através de voluntários que vão até lá para atender os telefonemas de pessoas desesperadas, angustiadas, ansiosas e que estão prestes a cometer atos impensados.

Para isso contamos com um serviço 24 horas, através do número 141 e com o telefone 3222-2411, que também atende 24 horas. Já temos aqui em Florianópolis um serviço que presta esse tipo de atendimento a pessoas desesperadas, pessoas quem quem se suicidar, que querem perder a vida.

A CVV é uma entidade que faz esse alerta à população, às autoridades, aos catarinenses para esse serviço que se destina a pessoas que o procuram, e oferece apoio emocional em momentos difíceis, facilitando o desabafo e aliviando o sofrimento, com a finalidade de neutralizar idéias autodestrutivas e prevenir o suicídio. É um serviço totalmente gratuito e sigiloso. O atendimento é prestado por telefone, pessoalmente ou por correspondência, e não há vínculo religioso, político ou de qualquer espécie. É uma entidade que ajuda o ser humano no momento difícil, no momento em que vai agir inadequadamente.

Por isso fazemos a divulgação da CVV, que cuida da vida. Parabéns a essa entidade! Temos certeza de que a CVV vai fazer com que Santa Catarina ofereça, na sua vanguarda, um apoio especial às pessoas que estão desesperadas e precisam, naquele momento, de uma palavra amiga, uma palavra de conforto e de carinho.

Era o que tínhamos a dizer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, nos minutos restantes do horário reservado ao PMDB, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo este espaço, na data de hoje, para passar informações a respeito da atividade que tivemos na última semana, representando esta Casa Legislativa por ocasião da reunião do Parlasul em Campo Grande, Mato Grosso.

O Parlasul tem como finalidade promover a integração latino-americana e o desenvolvimento dos povos. Nessa ocasião, estavam presentes parlamentares da Argentina, do Chile, do Uruguai e dos quatro estados do sul do Brasil. E foi discutida, como pauta principal, a questão da integração do Corredor Bioceânico, que ligará o Chile ao Brasil, passando pela Argentina e pelo Uruguai, numa luta já de várias décadas no sentido de possibilitar uma nova ligação comercial entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.

Essa ligação é muito importante porque vai propiciar uma redução significativa no custo dos fretes, promovendo a possibilidade de este país ter uma oportunidade no novo corredor para incrementar o comércio exterior com todo o planeta.

Também, sem dúvida nenhuma, esse Corredor Bioceânico gerará oportunidades de desenvolvimento de negócios ao longo do seu transcurso para todas as comunidades que serão beneficiadas com esse importante investimento.

Vi uma oportunidade muito grande de todos os parlamentares se empenharem para que sejam debatidos e encontrados mecanismos de adequação das legislações para podermos efetivamente promover uma integração mais profunda não só na parte comercial, mas também no aspecto de circulação das pessoas residentes nesses países, assim como no aspecto cultural, que é muito importante para que as populações possam ter uma perfeita integração.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputado, há três anos, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, estivemos com o governador de Misiones, o sr. Rovira, que foi prefeito de Posadas. E na época em eu fui prefeito aqui em Florianópolis, fundamos as cidades do Mercosul, as mercocidades.

Essa rota interessa aos dois países. Imagine v.exa. que, estando em Posada, no estado de Misiones, e queira mandar algum produto, como a madeira, que são produtores, para a Europa. Tem que se descer mais de dois mil quilômetros até Buenos Aires para pegar no porto e levar à Europa. E isso poderia muito bem ser feito pela BR-282, ligando os 42 quilômetros de Peperi-Açu até a Rota 14. Poderia vir por essa rota e chegar aos Portos de Itajaí e de São Francisco ou ao novo Porto de Itapoá ou de Imituba, onde quer que seja.

Então, interessa enviar os produtos de lá para a Europa e para nós interessa essa rota para enviar produtos à China, ao Japão e a tantos outros países da Ásia. Portanto, é essencial e primordial.

Deputado, v.exa. pode ver que por via aérea, quem sai de Posadas, tem que descer até Buenos Aires para pegar o avião até São Paulo para vir até Florianópolis. Veja, então, quanto ainda falta de intercâmbio, de legislação, de interação entre os países do Mercosul.

Então, o Parlasul é importante por isso. Realmente, essa novidade da prática, da parceria, é importante, inclusive com relação a esse trecho de estrada ser financiado pelo BNDES. Já havia entendimento entre Lula e Kirchner, na época. E quem sabe agora se dê continuidade.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Com certeza estamos no caminho.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Vou ser rápido, pois o tempo de v.exa. está-se esgotando.

O deputado Joares Ponticelli veio ainda há pouco fazer algumas acusações com relação ao governo do estado de Santa Catarina. É do feitio deles. No governo de Casildo Maldaner, era a questão da ponte e a cada eleição eles arrumam uma coisa para falar. Antes era a Ponte Pedro Ivo Campos, que hoje é o que salva a nossa capital; no governo Paulo Afonso era a questão das letras, e agora é a questão do livro, do dossiê. Não sei por que foi encomendado para fazer aquele negócio. Quer dizer, arrumam sempre alguma coisa para tentar atacar o governo, e são aqueles que não têm planejamento, que não sabem construir absolutamente nada e que só aprenderam a destruir e a falar mal! Por isso Santa Catarina não aceita mais! É lamentável a sociedade estar ouvindo ainda esse tipo de pronunciamento vazio, leviano, sem conteúdo e que vai cair no descrédito da comunidade. O povo catarinense não acredita mais, e aí o resultado é o desespero total dos eminentes deputados.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Manoel Mota, concordo com v.exa. a respeito do assunto aqui levantado. Em época eleitoral acaba sempre acontecendo esse tipo de movimentação, esse tipo de discurso demagógico, visando atingir àquelas pessoas que estão procurando desenvolver o seu trabalho.

Mas fica para outra oportunidade relatar outros importantes assuntos tratados por ocasião da reunião do Parlasul. E tive a oportunidade também de participar de uma reunião que envolveu o corredor interoceânico, que é outra importante ligação entre o Chile e o Brasil, passando pela Bolívia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que tem tomado conta da imprensa nacional nada mais é do que a alta do custo de vida e a volta da inflação. Os mais velhos já começam a fazer voltar à sua mente a velha maquininha de remarcar preços nos estandes dos supermercados. A inflação, quando volta, atinge muito mais os pobres do que os ricos. E é verdade! A inflação afeta sempre mais quem recebe menos, principalmente quando a alta dos preços é de alimentos, que têm um peso maior no orçamento dos mais pobres. É verdade!

O item alimentação pesa muito no orçamento dos menos abastados.

(Passa a ler.)

"A Fundação Getúlio Vargas fez a conta da inflação de quem ganha até dois salários mínimos e meio e concluiu que ela foi, em 12 meses, de 9,1%. Enquanto isso, a inflação da classe média é de pouco mais de 5%. Ou seja, os mais pobres perderam quase 10% da sua renda. E pior: a inflação de alimentos no período é de quase 19%. Está ficando cada vez pior para os pobres.

O prato típico do brasileiro, o feijão com arroz está cada vez mais salgado. O feijão foi o produto que mais subiu no prazo de um ano, cerca de 137%. O arroz subiu 46% no mesmo período. Os preços das carnes acumulam elevação de 44,13%."

Eu vou pedir à assessoria da Mesa Diretora para passar no vídeo da TV AleSC a matéria que saiu ontem no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que mostra as dificuldades do consumidor em driblar a inflação.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Srs. deputados, senhoras e senhores telespectadores, o deputado Jean Kuhlmann, que também, evidentemente, tem seus eleitores sofredores, traz ao plenário e presenteia este deputado com um quilo de feijão, com uma placa dizendo: "Subiu 173%". Deputado Herneus de Nadal, v.exa. que é de uma área altamente produtora, o oeste de Santa Catarina, veja que o feijão nosso de cada dia subiu, nos últimos 12 meses, 173%.

E os jornais do país inteiro, deputado Clésio Salvaro, trazem manchetes como: "Brasileiro busca opções na batalha contra a inflação".

Disse o ministro Guido Mantega, há uns 90 dias, deputado Manoel Mota - e palavras dele, não são minhas -: "A população brasileira pode ficar tranqüila, nada vai acontecer. A população não vai sofrer nada de mais grave".

Recentemente, na semana passada, deputado Manoel Mota, fiz a leitura de algumas palavras do ministro, ditas na televisão: "Não, não, precisa fazer estoque; não precisa fazer estoque! Fiquem tranqüilos! Não vai faltar alimentos! Não precisa fazer estoque".

Eu leio o jornal *O Estado de S. Paulo*, no domingo, e o mesmo ministro da Fazenda diz o seguinte: "Economia não vai levar uma cacetada".

O ministro da Fazenda dizendo isso, deputado Jean Kuhlmann?! A economia brasileira já levou uma cacetada, a inflação é a mais alta desde 2004! O povo brasileiro está sofrendo, está pagando o alimento mais caro, assim como o remédio, o plano de saúde, a escola, o transporte escolar, o transporte urbano, o combustível! Caro! E o ministro vem dizer que a economia não vai levar uma cacetada?! Então, quem vai levar uma cacetada é o povo brasileiro, com essa alta de inflação.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Marcos Vieira, quero, rapidamente, só dizer que realmente lamento muito quando um ministro vem dizer que o povo brasileiro não vai sofrer - e estão tentando fazer propaganda demais sobre o assunto. Talvez porque esse ministro não vá ao supermercado e não sinta o que o povo sente; porque talvez ele utilize o seu cartão corporativo para fazer compras e infelizmente o povo brasileiro não tem esse direito. Se o povo tivesse o cartão corporativo que algumas pessoas do governo têm, aí até pode ser que o povo não fosse afetado. Mas, infelizmente, o povo paga com o baixo salário que recebe.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Jean Kuhlmann, o Plano Real foi implantado no Brasil quando o ministro da Fazenda se chamava Fernando Henrique Cardoso e o presidente da República Itamar Franco. Ele estabilizou a economia, zerou a inflação, aumentou o poder aquisitivo da população, fez com que chegasse mais comida na mesa do trabalhador, barateou o transporte e a gasolina. E qual era o trabalho que o presidente Lula e o partido dos Trabalhadores tinham que ter? Somente o de manter a estabilidade econômica, deputado Ismael Santos. Só que parece que eles não aprenderam a lição, pois desde 2004 nós temos a maior inflação do país. E o exemplo está aqui: o feijão e o arroz subindo e a carne de segunda também. O trabalhador brasileiro está substituindo a carne bovina por sardinha e outros produtos. Não vai dar para agüentar! Ou o presidente Lula resolve a questão da inflação, ou a inflação vai tomar conta do país!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, este é o horário do Partido dos Trabalhadores e vou falar em nome da nossa bancada.



Nossa posição político-partidária é de muita responsabilidade, pois foi o povo, através das urnas, que nos colocou onde estamos, desde as últimas eleições. Quer dizer, democraticamente, nós nos constituímos Oposição aqui neste Parlamento, nós nos constituímos em agentes públicos da fiscalização do dinheiro público e, conseqüentemente, essa é uma das tarefas que nos cabe aqui neste Parlamento, porque fomos eleitos para tal.

Srs. deputados, volto à tribuna para continuar falando sobre o que os jornais não só da semana passada e retrassada, mas desta semana - e os de hoje e, particularmente, o próprio *Diário Catarinense* - vêm repercutindo quase que diariamente sobre a preocupação de um órgão de imprensa com um caso que não se pode colocar debaixo do tapete, mas que precisa de esclarecimentos do governo do estado e deste Parlamento.

Por isso nós, da bancada do PT, e com certeza os demais deputados da Oposição, gostaríamos que este Parlamento pudesse investigar todas as denúncias da propaganda da descentralização e as denúncias de extorsão que foram promovidas. E inclusive o Nei Silva foi preso há semanas.

Portanto, quando vemos vários anúncios nos jornais e as várias entrevistas, elas vêm confirmar cada vez mais os argumentos que trazia aqui, quando o deputado Elizeu Mattos, ofensivamente, dizia que o lugar do Nei Silva era na cadeia, que ele era pilantra e bandido. E eu dizia ao deputado Elizeu Mattos que nós, da Oposição, não queremos julgar ninguém, não queremos julgar o governo, mas queremos investigar se as denúncias têm ou não procedência, se elas são ou não verdadeiras, do ponto de vista das provas.

E agora, deputado Elizeu Mattos, quando vejo a entrevista da Márgara, do Ivo Carminati e do Armando Hess de Souza, começa a vir as confirmações das nossas perguntas. Que perguntas nós fazíamos? Naquele momento, diante da própria entrevista do Armando Hess de Souza, houve ou não essa operação? Está-se confirmando que houve a operação de publicidade. Houve ou não o envolvimento do centro administrativo da Agrônômica? Está ali a confirmação do Ivo Carminati, a confirmação da Márgara Hadlich e do próprio Armando Hess de Souza.

Em terceiro lugar, houve prestação de serviço? Houve. Se houve prestação de serviço, se houve publicidade, se houve propaganda, quem prestou serviço tem que receber. E aí a própria Márgara coloca as falas que vêm confirmar essa informação de que o próprio Armando Hesse pronunciou em entrevista.

Em quarto lugar, se houve serviço e não houve pagamento, quem extorquiu quem? O governo extorquiu o Nei Silva, não pagando pelo serviço prestado? A tese se inverte quando tem a receber e não recebe.

E agora temos mais informações: seis reuniões com secretários Regionais, na véspera de uma reunião com o colegiado, numa região em que estava lá o *outdoor* anunciando a propaganda da descentralização.

E o próprio Ivo Carminati disse: "Se contratar alguma coisa, tem que pagar". O Ivo Carminati, que é advogado, primeiro-ministro do governo, secretário de Articulação Política. Portanto, quem é que está extorquindo? De quem é aquele discurso de pilantra, de bandido? Vão recuar e fazer a autocritica aqui?

Eu dizia desta tribuna que nós não estamos julgando ninguém e este Parlamento tem que investigar, tem que esclarecer, inclusive o discurso dos deputados do governo, dizendo que era de bandido.

O que estamos percebendo agora é que são entrevistas atrás de entrevistas, que as falas do Nei Silva, que o livro que ele publicou ou deu publicidade foi confirmado por um ex-juiz ligado ao PMDB. Ele confirma as afirmações que estão lá no livro. Ou seja, por que não investigar? Por que não constituir uma CPI, quando o governo tem maioria aqui? Por quê? Porque vai-se demonstrando o primeiro discurso da armação da prisão. E se houve armação, alguém tem que indenizar o Nei Silva.

Como é que se deixa um cidadão preso, numa armação, em que um delegado de polícia, junto com o secretário de Articulação Política, monta um esquema para a prisão. Se for confirmado que o governo extorquiu o Nei Silva, não pagando a conta, quem irá pagar o tempo que ele esteve na prisão? Quem irá reparar o tempo da prisão do Nei Silva? Quem irá fazer autocritica? Por que colocar esse cidadão na cadeia? Ah, para resolver um problema político? Então, não importa a prisão do cidadão, não importa colocar alguém na cadeia que prestou um serviço, que veio a público que aquele serviço poderia ser ilícito, ilegal, caixa dois, caixa três?

Outra informação: as secretarias Regionais mostram eficiência. O que mais me impressionou na entrevista da Márgara, hoje, foi a eficiência dos secretários Regionais. A articulação deles foi de juntar 50 empresários para sustentar a publicidade do governo. Pelo menos 50 empresários, segundo ela, articularam-se juntos nas regiões.

Que venham os empresários aqui dizer se houve ou não contribuição. Quem sabe é caixa dois, caixa três, caixa quatro. Isso permite o quê? Investigar, esclarecer. O governo tem obrigação moral e política de esclarecer ao povo catarinense se houve dinheiro público, se houve estatais patrocinando, se houve articulações dos secretários Regionais, se houve empresários por pressão desses buscando dinheiro para sustentar uma revista e a publicidade. E se houve, por que isso não é esclarecido? Porque aí vai mostrar que há muita mentira.

Não é um caso de polícia, é um caso de política, de esclarecimento; é um caso de ética, de publicidade, de impessoalidade com o dinheiro público. É abuso do poder político de secretário Regional? É abuso do poder econômico? É abuso da autoridade para mandar *e-mails* para o secretário e dizer: "Receba e converse com os empresários para divulgar o projeto da descentralização".

Se era tão boa a descentralização, por que tanta propaganda? Se era boa, se era tão bem avaliada pelo povo, por que tanta propaganda, por que tanta publicidade? E publicidade feita na surdina, na noite, nas formas não lícitas e não legais. É isso que está em jogo na denúncia que está sendo feita, e por isso esta Casa precisa permitir o esclarecimento público do Ivo Carminati, do Nei Silva, da Márgara, do Gentil da Luz e de tantos outros secretários de Desenvolvimento Regional que devem vir aqui para o Parlamento esclarecer para nós e para o povo de Santa Catarina, porque o nosso papel é fiscalizar o dinheiro público, é fiscalizar o que está sendo feito com o dinheiro do povo catarinense. Esse é o nosso papel, fomos eleitos para isso, na democracia, na condição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Rio do Campo, sr. Antônio Pereira, o Duda; do presidente da Câmara de Vereadores, Paulo Correia; do presidente do nosso partido, Airton, como também do prefeito de Salete, Hugo Lembeck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta mesa registra a presença dos senhores e convida o representante do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, para fazer uso da palavra, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio

Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, na última sexta-feira nós tínhamos uma audiência pública da comissão de Educação marcada para as 19h, na sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, para discutir a crise na Univali, onde foram feitas demissões em massa de professores e demais servidores.

Nós tentávamos a possibilidade de realizar essa audiência pública no dia 30, mas não foi possível porque nenhum espaço da Univali Itajaí estava disponível para isso. Não foi possível também no Porto de Itajaí porque não havia espaço para a realização dessa audiência. Mas aí se conseguiu, através do secretário da comissão de Educação, nosso servidor da Casa, o Miguel, que ela fosse realizada na Câmara de Vereadores no dia 4. Quando os servidores da Assembléia chegaram lá, foram informados, às 16h, que não estava reservado o espaço para isso e que o presidente teria dito que a partir daquele momento não poderia conceder esse espaço a eles. E às 17h30min o prédio da Câmara de Vereadores foi fechado para que ninguém entrasse.

Mas a matéria feita pela equipe da TVAL mostra melhor essa situação e depois vamos debater novamente.

(Procede-se à execução de vídeo.)

Bom, nós temos aqui os documentos, o protocolo de fax e o ofício encaminhado à Câmara de Vereadores de Itajaí. Naturalmente que o Miguel, secretário da comissão de Educação, não iria sair daqui com o carro para ir a Itajaí para confirmar, porque já no dia 26 de junho estava marcado e confirmado o horário. Na verdade, o que aconteceu foi que, quando descobriram qual era o motivo, aceitaram a pressão da Univali e cancelaram a possibilidade da audiência pública lá.

Mas mesmo que ninguém tivesse feito contato nenhum antes, deputado Jean Kuhlmann e srs. deputados, mesmo que somente às 16h, na sexta-feira, o presidente da Câmara tomasse conhecimento de que a Assembléia Legislativa estaria lá para realizar uma audiência pública, ele poderia ter disponibilizado o espaço, assim como o prefeito Volnei Morastoni o fez, às 20h. Em 15 minutos ele disponibilizou o espaço na própria prefeitura, mas aí já era tarde demais porque estávamos atrasados em uma hora e até montar todo o equipamento atrasaríamos mais duas horas.

Vou voltar a falar sobre esse assunto em outro momento, e eu quero pedir desculpas aos nobres colegas deputados por isso porque eu só tenho cinco minutos. Mas no meu próximo pronunciamento de dez minutos nós voltarei a falar nesse assunto, pois quero entrar também no conteúdo desse debate, do porquê dessa situação, dessa pressa, que é vergonhosa.

É preciso que a Assembléia Legislativa se manifeste com relação a isso, não aceitando uma atitude dessas de um Poder Legislativo Municipal de impedir o debate de um tema tão importante para aquela cidade e para todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, eu gostaria apenas, na condição de presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, de fazer um registro e aqui esclarecer a todos os srs. parlamentares o fato ocorrido naquela audiência pública.

É importante dizer para todos os deputados que o documento foi enviado, que a Câmara de Vereadores de Itajaí tinha conhecimento disso, existe, inclusive, a comprovação, nos autos da comissão, do recebimento do documento por parte dela. E os servidores da Assembléia Legislativa ligados à comissão de Educação, Cultura e Desporto estavam lá às 16h, no período da tarde, e fizeram contato com o presidente dessa Casa, mas mesmo assim a Câmara negou o acesso por parte da Assembléia, mesmo sabendo também com a devida antecedência e não precisando utilizar aquele plenário para absolutamente outro evento.

Por isso quero aqui registrar a responsabilidade e a forma correta com que os servidores desta Casa, ligados à comissão de Educação, Cultura e Desporto, fizeram o seu trabalho.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, esse assunto está muito relacionado a este parlamentar, por ser um assunto da minha cidade, a qual tive a honra de governar por oito anos.

Acho que está de parabéns a comissão por ter convocado essa audiência pública para tratar de um assunto realmente de interesse de toda a sociedade, mas acredito que houve um equívoco na comunicação, porque eu só fui avisado da realização da audiência pública na quinta-feira, às 10h, aqui no meu gabinete, quando já me dirigia ao aeroporto, em viagem a Chapecó.

Então, eu pediria que essas audiências fossem comunicadas com mais antecedência, principalmente aos políticos e às lideranças daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Estão esclarecidos os fatos!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Iraceminha, Valci Dal Maso, que está acompanhando dos vereadores Nilo José de Marco e Luiz Carlos Zanella.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, ainda dentro do reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, conforme prometi, vou continuar hoje a leitura do famoso livro *A Descentralização no Banco dos Réus*, mas farei no segundo momento com o título "Diálogo Retornado". Este vai ser o capítulo de hoje. E farei no segundo momento porque agora eu preciso registrar também, nos anais desta Casa, a entrevista concedida pela jornalista Márgara Hadlich ao colunista César Valente, publicada neste final de semana, que se constitui em mais um testemunho desse verdadeiro escândalo que o governo catarinense está mais uma vez envolvido.

Diz o texto, diz a entrevista que, repito, não é de nenhum linguarudo da Oposição. É do respeitável jornalista César Valente, que conversou com a repórter Márgara Hadlich.

(Passa a ler.)

"Ela está no centro de uma das mais graves crises do governo LHS. Márgara Hadlich era funcionária da extinta revista *Metrópole* e foi designada, por Danilo Gomes e Nei Silva, para 'tocar' o projeto 'Descentralização'.

Todos os contatos com o governo, com o governador e com empresários, depois do início do projeto, foram feitos por ela (que aparece com LHS, nas fotos que ilustram este post, retiradas do livro). 'Não sou jornalista, era da área comercial, mas tinha que fazer de tudo, pegar as autorizações, gravar as entrevistas, produzir os textos e levar os bonecos para o governador aprovar', diz Márgara.

Conversei com ela ontem à tarde, por telefone. Ela me ligou para contar que decide, neste final de semana, como irá se posicionar publicamente. O que falamos está resumido nesta coluna."

Eu vou suprimir o primeiro parágrafo porque ele trata de um assunto pessoal, que não cabe a esta Casa discutir. Por ser matéria de cunho estritamente pessoal, eu vou suprimir o primeiro parágrafo da sua entrevista.

(Continua lendo.)

"Na quinta-feira (anteontem) Nei Silva a procurou para conversar pela primeira vez, depois da prisão. Márgara aproveitou para colocar, sobre a mesa, as principais pendências: além da questão das insinuações, no livro, Nei e Danilo devem, para ela, pelo menos R\$ 37.600,00 só em comissões, relativas aos anúncios vendidos para a revista. E isto desde que a revista fechou.

Do dinheiro que Nei diz, no livro, que recebeu de Armando Hess ou do PMDB (e que mostra fotos) depois do fechamento da revista (cerca de R\$ 120 mil), nem um centavo foi usado para pagar as dívidas com a Márgara. Ela só ficou sabendo que ele tinha recebido alguma coisa quando estourou a história do livro.

E ela acredita que Nei a procurou porque precisa de provas que ela afirma ter. 'São e-mails e outros documentos dirigidos a mim, que ele acha que podem ajudar na defesa dele', diz.

OS CONTATOS COM LHS

Nei e Danilo foram os autores da idéia do projeto, mas toda a execução ficou por conta dela. O começo, segundo ela se lembra, foi graças a uma amizade antiga que Danilo Gomes e Armando Hess tinham. O projeto, rejeitado na Secretaria de Comunicação, encantou o então Secretário de Planejamento (a pasta que estava encarregada de levar à prática a descentralização do governo).

'Logo depois do Armando ter se encarregado de conseguir autorização para o projeto, me mandaram ir à reunião do colegiado em Itá. E lá, no hotel Termas de Itá o governador já estava sabendo da idéia', lembra Márgara. Foi nessa ocasião, diante de todos os secretários presentes à reunião, que LHS teria se referido, em público, pela primeira vez, à revista e ao projeto. Ela diz que também teve uma reunião com LHS no apartamento dele, no hotel: 'Ele sempre me recebia muito bem'.

Márgara conta que conhece Luiz Henrique da Siveira desde o tempo em que ele era prefeito de Joinville. E que teria ajudado a filha dele, Márcia, em algumas ocasiões.

Enquanto ela estava na revista *Metrópole*, falava frequentemente com o governador, ele me ligava e eu ligava para ele, pra falar como o projeto estava indo. É só pegar minha conta telefônica pra ver a quantidade de contatos. Falava direto. Ele me ligava para convidar para participar das reuniões do Colegiado e para conversar sobre a revista', diz.

Ela afirma que os *outdoors* da 'Descentralização' começaram a ser expostos no dia em que o colegiado do governo se reuniria em Timbó. Tinha um bem na entrada da cidade. 'Quando cheguei pra falar com o governador ele disse, sobre o *outdoor*, 'que lindo, gostei'. E aí entreguei pra ele vários presentes que os secretários e empresários com que tinha conversado nas semanas anteriores mandaram para ele. Tinha até uma caixa de *Steinhaeger W*, conta.

Márgara afirma que os secretários regionais a conhecem muito bem: 'particpei de cinco reuniões do colegiado, dentro da sala, com eles'. E que muitos políticos que hoje dizem desconhecer o projeto, tiveram participação ativa.

'O deputado Manoel Mota, por exemplo, quando fui ao Sul fazer contatos com empresários, colocou carro à minha disposição, ajudou nos contatos, foi muito gentil e agora diz que não houve nada', diz ela, lamentando a mudança de atitude daqueles que, antes, a tratava bem.

O ESTRAGO DI PP

O ponto de ruptura, o momento em que 'a casa caiu' foi quando a coligação Salve Santa Catarina (de Amin) entrou com os processos pedindo a cassação do governador. De uma hora para a outra tudo mudou. Os empresários que ainda não tinham pago, deixaram de pagar. E as portas do governo se fecharam. 'O que era um negócio feito abertamente, com todos colaborando e ajudando, de repente virou uma coisa suja que agora chamam de 'caso de polícia' e até mandaram prender o Nei', afirma Márgara.

Das três edições da revista *Metrópole* 'Descentralização', apenas a primeira teve faturamento regular. As outras duas ficaram no prejuízo. A revista fechou, Márgara foi despedida e tratou de tocar a vida. Chegou a pensar em entrar com uma reclamação trabalhista, para cobrar o que lhe deviam, mas teve pena: 'eu não sabia que ele tinha recebido algum dinheiro depois que a revista fechou'.

Naquele fim de semana em que eu divulguei trechos do livro aqui, ela ainda não sabia de nada. 'O Nei me ligou por aqueles dias, dizendo que queria me mostrar algumas coisas (acho que era o livro) e disse que iria segunda-feira a Florianópolis para receber algum dinheiro e perguntou se eu não queria ir junto. Fiquei meio desconfiada e resolvi não ir. Escapei por pouco de estar com ele no momento da prisão', conta Márgara.

#### CONTAR OU NÃO?

A partir daquela sexta-feira (30 de maio) a vida de Márgara foi sacudida por um terremoto de surpresa e medo. Surpresa porque seu nome estava no livro sobre o qual todos comentavam. Eram inúmeros pedidos de entrevistas, repórteres de vários veículos procurando-a. A família estava em choque com as insinuações. E no trabalho o clima não estava lá essas coisas.

E medo porque 'o Nei mexeu com gente muito poderosa, eu não sabia o que poderia acontecer, com ele e comigo, que afinal estive envolvida com o projeto e tenho muitas provas'. Ontem ela me contou que as coisas estão um pouco melhor. O medo é menor, mas nada está resolvido.

Amanhã, domingo, Márgara vai se reunir com a família para tomar uma decisão importante: como irá se posicionar diante da situação. E principalmente diante do pedido, do ex-chefe, para que apresente as comprovações que ela tem, do trabalho que fez.

Na semana que vem é possível que ela dê uma entrevista 'contando tudo'. Mas essa exposição traz vários riscos, porque embora esteja, queira ou não, no centro da crise, começar a falar e colocará no centro de um furacão que não é possível prever que intensidade terá. 'É por isso que eu quero pensar bem, com calma, junto à minha família, pra ver o que farei', diz. "[sic] Muito obrigado!

#### (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos. Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0125/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0126/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0127/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0128/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0133/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0135/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0142/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0143/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0145/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0580/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0659/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0114/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à EEB Arnaldo Agenor Zimmermann, do município de Gaspar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0262/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a criação de programas de capacitação de pessoal pela secretaria de estado da Educação, voltados aos deficientes visuais, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0546/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que institui o programa de atendimento às crianças e adolescentes Sim à Vida, Não às Drogas e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0222/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0252, 0253, 0254 e 0255/2008 de autoria do deputado Ivan Naatz; 0256/2008, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0257/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0258 e 0259/2008, de autoria do deputado Ivan Naatz, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos professores e alunos do Cefet-SC, cumprimentando-os pela criação da máquina de distribuição de camisinhas, vencedora do Prêmio de Inovação Tecnológica, conferido pelo ministério da Saúde e Organizações das Nações Unidas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do Ibama, cumprimentando-o pela dedicação e empenho frente a essa superintendência em Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ivan Naatz, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do jornal *Folha*, do município de Blumenau, cumprimentando-a pela qualidade da informação prestada aos leitores.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ivan Naatz, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Rádio Menina de Blumenau, cumprimentando-a pelo programa *Bote a Boca no Trombone*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ivan Naatz, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Rádio Nereu Ramos e ao jornalista Paulo Cesar, do município de Blumenau, cumprimentando-os pelos serviços prestados à comunidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz e Bocaina do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria da Grande Florianópolis, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Panificador.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à administração municipal de Leoberto Leal, cumprimentando-a pela realização da Festa do Colono.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à administração municipal de São Bento do Sul, cumprimentando-a pela realização da 1ª Festa do Strudel.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção do Crea-SC, cumprimentando-a pela passagem do Dia do Engenheiro Florestal e do Dia do Engenheiro de Saneamento.

Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jorginho Mello, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes apelando para que sejam revistos os índices de repasse da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico determinados pelo decreto nº 6.446/08.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Florianópolis, pedindo providências para que seja desimpedida a entrada de veículos na servidão Euclides Barcellos, esquina com Servidão Corinthians, no Bairro Pantanal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Infra-Estrutura, pedindo providências para a inclusão de recursos no orçamento do estado referente ao convênio firmado entre o governo federal e o estado de Santa Catarina para a construção da ponte Navegantes/Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Deinfra, pedindo a elaboração de projeto para implantação de rotatória entre o km 0 e o km 1 da Rodovia Jorge Lacerda no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Coordenação e Articulação Política, Ivo Carminati, para comparecer à Assembleia Legislativa em sessão especial.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Srs. deputados, desde que estourou esse escândalo com a publicação do livro *A Descentralização no Banco dos Réus*; desde a prisão do jornalista Nei Silva, desde a divulgação, deputado Reno Caramori, de horas de ligações telefônicas havidas entre diversos membros do governo, notadamente para o secretário, chamado nas bases do governo de primeiro ministro, Ivo Carminati, tamanha a sua influência e poderio; escandalizados que estamos com a divulgação das últimas entrevistas fartamente veiculadas, publicadas, divulgadas pela grande mídia catarinense, especialmente através do *Diário Catarinense* e do *Jornal A Notícia*, e das infrutíferas explicações, várias foram as medidas que apresentamos para que o secretário pudesse explicar, para que o governo pudesse esclarecer todas as questões, todas em vão até aqui.

Alega o governo que procedimento administrativo já foi instaurado pela Polícia Civil. Nós sabemos disso, mas a Polícia Civil trabalhou única e exclusivamente na direção de colocar o governo na condição de vítima, de mocinho, e o Nei na condição de bandido. A Polícia, infelizmente, por aquilo que foi divulgado tratou o caso dessa forma, como se de um lado tivéssemos um cidadão que por conta própria elaborou trabalhos para o governo sem nenhuma autorização, divulgou, publicou *outdoors*, fez revista para homenagear coroados integrantes do governo, inclusive uma dirigida ao dr. Eduardo Pinho Moreira.

E agora as gravações telefônicas comprovam que os principais agentes do governo estavam completamente envolvidos e sabiam de tudo. E o que é pior, a entrevista com a repórter que acabei de ler revela que nada menos do que sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira tinha conhecimento de todos os passos. Há fotografias que comprovam a participação, o conhecimento e a aprovação do governador, há ligações telefônicas. A repórter Márgara disponibilizou inclusive a quebra do sigilo telefônico para comprovar que tratava do assunto diretamente com o governador. E existem as gravações telefônicas do chamado primeiro-ministro, Ivo Carminati com o Nei Silva, de dezembro do ano passado, ajustando as contas, acertando valores.

Srs. deputados, o Moacir Pereira, no sábado, na sua coluna colocou alguns questionamentos. Ora, se é verdade que o poderoso secretário Ivo Carminati estava dando corda para o Nei se enforcar, por que não denunciou isso antes? Por que ele não teria gravado? Ora, quem dá corda, quem faz uma gravação, grava! Por que ele não teria gravado? Por que não tomou providências se o governo era de fato vítima de extorsão? Evidente que não é! Evidente, que é o governo que está num todo envolvido.

E depois do procedimento de ontem, fomos ao governador em exercício solicitar que o governo, através de procedimentos internos, buscase esclarecimentos, a exemplo do que o governo Lula fez, permitindo que a ministra Dilma Rousseff fosse investigada. Todos sabem da importância que a ministra Dilma tem, e o governo poderia ter barrado a sua investigação. E aqui os membros do governo se cobrem com o mesmo manto e se protegem, o que demonstra o apodrecimento do governo. E o governador, ao invés de ficar para explicar, tirou férias inexplicáveis. Que férias despropositadas são essas? O governador que no ano passado foi o campeão nacional de permanência no exterior, que ficou mais de três meses no exterior - e quem publicou isso foi a revista *Veja* -, que tirou férias de sobra no ano passado?! Que crédito de férias são esses? Ou é porque ele sabia que as coisas iriam estourar neste momento?

Quando estourou o caso Marlene Rica, ele se mandou para o exterior; quando foi preso o seu delegado em Joinville, o governador também se mandou para o exterior e quando foi preso o seu assessor, Aldo Hey Neto, o governador ficou escondido, não deu explicação sobre ele e nem sobre o seu compadre Max Bornholdt. E agora o governador vai novamente para o exterior?

Srs. deputados, aí um secretário de estado determina o arquivamento do caso. Que poder é esse de determinar o arquivamento, sem nenhuma explicação? E o secretário envolvido, diretamente, até os cabelos neste negócio, que é o poderoso secretário Ivo Carminati, debocha de nós, catarinenses, dizendo: "Eu estava dando corda para ele se enforçar".

Por isso, é chegado o momento desta Casa cumprir com o seu papel: permitir que o secretário Ivo Carminati compareça a esse ambiente para dirimir as dúvidas. É o mínimo que esta Casa tem que fazer. E eu não tenho dúvida de que todos votarão, porque se não têm o que esconder, não têm porque fugir dos questionamentos. Se for verdade o que o governo e o seu secretário afirmam, permitamos, srs. deputados, que o secretário Ivo Carminati aqui compareça a bem da verdade, do resgate da verdade.

A sociedade catarinense espera essa atitude desta Casa Legislativa, até porque amanhã, pela manhã, deputado Pedro Uczai, estará nesta Casa, ninguém menos que o autor das denúncias. Portanto, é preciso que o governo permita que os seus se expliquem, e nada melhor do que neste ambiente, porque o Nei Silva aqui estará amanhã, e a Márgara Hadlich, repórter da *Revista Metrópole*, também será convidada, deputado Pedro Baldissera.

O Nei Silva precisa falar aqui, precisa deste ambiente democrático para falar. Permitamos, então, que o secretário Ivo Carminati aqui compareça para dirimir essas dúvidas, do contrário nós vamos continuar sendo chatos aqui todos os dias tendo que ler um novo capítulo do livro, porque se essa questão não for esclarecida nós vamos ficar cansativos, deputado Silvio Dreveck.

Mas nós, especialmente, da Oposição, ganhamos para esse fim, ou seja, é papel do parlamentar e talvez o mais importante, deputado Carlos Hoegen, que é o da fiscalização, nós temos o dever de fiscalizar. Um dos pilares que sustenta o nosso mandato é representar, é legislar e fiscalizar. E é isso que nós queremos fazer, já que o governo não quer nos deixar investigar através de uma CPI, que é o instrumento para esse fim, mas que nos permita pelo menos ouvir o secretário Ivo Carminati. Aqui ele vai poder esclarecer tudo isso, porque enquanto não esclarecer de verdade, nós vamos continuar alimentando as dúvidas e questionando.

Portanto, a sociedade catarinense espera essa nossa atitude. Vamos permitir que o secretário Ivo Carminati possa aqui comparecer para ser questionado, para esclarecer tudo e aí, sim, poderemos fazer outros debates. Do contrário nós permaneceremos, como diz o nosso deputado Kennedy Nunes, como sentinelas, cobrando diariamente até que o governo se explique com o povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o requerimento 0787/2008.

O Sr. deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, quero iniciar minha fala trazendo uma informação sobre as denúncias dos cartões corporativos do governo federal, falando também da minha responsabilidade e por que subo a esta tribuna.

A partir das denúncias do mau uso dos cartões corporativos feitas por vários funcionários do governo federal - e é a última informação que temos - isso permitiu reduzir em 43% os gastos com cartão corporativo. O que eu quero dizer com isso? Que muitas denúncias, CPIs e investigações permitiram aperfeiçoar a relação do público com o privado, a relação entre o que é do povo e o que é público, o que é do setor privado do que é do setor particular. Por que estou dizendo isso? Porque todas as denúncias feitas a um governo do estado, têm dois grandes objetivos: desgastar o governo - e para quem é Oposição é legítimo e é normal - e desgastá-lo denunciando, desqualificando, desestruturando o próprio governo.

Srs, deputados, as denúncias, as investigações permitem aperfeiçoar a relação do dinheiro público, das políticas públicas com o que é privado e tornar o governo transparente, assim como sua eficiência. Portanto, quando nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, assomamos esta tribuna é porque queremos que a gestão pública seja cada vez mais pública, cada vez mais transparente e que se transforme em programas para universalizar o dinheiro em forma de políticas públicas para a saúde, a educação, a segurança, enfim, em programas sociais e de desenvolvimento.

Por isso, quando a denúncia vem até aqui e nós queremos esclarecimentos há também este viés, esta preocupação, este horizonte, porque é dinheiro do povo, é dinheiro público que tem que ser investido para a sociedade catarinense. E é por isso que o secretário de Articulação Política, Ivo Carminati, poderá vir aqui, como outros secretários, de forma transparente, testemunhar a sua relação com o Nei, com a revista e com as denúncias feitas através da imprensa.

Srs. deputados, quais as perguntas que nós gostaríamos que fossem respondidas para a nossa bancada? Por que o secretário Ivo Carminati deixou a secretaria de Articulação Política se o Nei é um caso de Polícia? E se ele é um caso de Polícia, por que deixou a secretaria de Articulação Política do governo do estado? Outra pergunta: o secretário Ivo Carminati confirma parte das gravações que estão no livro, que foram publicadas pela imprensa? O secretário Ivo Carminati confirma suas afirmações à CBN, quando ocorreu a prisão do Nei? Ele confirma o que disse na entrevista à CBN ou o que ele falou foi emocionalmente instado a falar? É mentira o que ele falou? Se for verdade é uma coisa, mas se for mentira é outra!

Srs. deputados, queremos que o secretário Ivo Carminati possa nos trazer essas informações. E por que digo isso? Porque ele é secretário de um governo e tem um cargo público. E se tem cargo público, eticamente, moralmente e politicamente tem que esclarecer as suas ações, tem que esclarecer por que razão o fez, ou seja, junto com o delegado, permitir, articular e trazer o Armando Hess de Souza para Florianópolis para flagrar e produzir a prisão. Quais foram as motivações dele? Tinha crédito a receber? Qual a razão política? Foi somente pela razão política de produzir um fato chamado extorsão, para não produzir um efeito político ao governo do estado? Ele confirma isso ou não? O objeto da articulação ou da armação que produziu a prisão do Nei teve a motivação política de silenciá-lo, de impedir que sua fala tivesse idoneidade, que sua escrita, que seu livro tivesse valor? Por que descredenciá-lo, desqualificá-lo? O que motivou sua prisão por extorsão?

É isso que o povo de Santa Catarina e nós, da Oposição queremos saber! E mais do que isso, os deputados da base do governo precisam saber até para terem argumentos, para terem discursos para que não coloquem esse processo, esse episódio debaixo do tapete. E precisa ser esclarecido, se teve dinheiro público, qual a relação com os secretários Regionais? Queremos saber também se as falas e o depoimento da Márgara feitos hoje na imprensa têm veracidade. São verdadeiras? Porque senão, se vieram para cá, vamos ter que dizer que são verdadeiros. Que o livro foi escrito isso é verdade! Que o ex-juiz diz que é verdade o que está no livro, que a fala do Nei é verdadeira e que a Márgara fala a verdade, e o que o Ivo Carminati falou é mentira. E aí, sim, quem montou a extorsão tem que ser processado e condenado! Aí o Judiciário, o juiz, poderá se sentir enganado. O juiz que decretou a prisão do Nei poderá se sentir enganado, porque produziu a prisão a partir de determinadas informações.

Caso o sr. Carminati não venha para cá, vamos considerar tudo isso que está sendo falado como verdadeiro, porque ele não desconfiará, desconfiará aqui no Parlamento catarinense. E vamos considerar, se o requerimento não for aprovado aqui neste plenário, como verdadeiras as informações do livro; irei considerar verdadeiras as posições que o Nei tem denunciado na imprensa, a própria confissão do Armando Hess de Souza e vou aceitar como verdadeiras as informações da Márgara na imprensa do dia de hoje.

É nesta direção que queremos esclarecimentos para a questão da publicidade e das informações, porque senão, a partir da semana que vem, no meu discurso aqui, muito tranquilo, de investigador, irei colocar que são verdadeiras todas as denúncias feitas. E até agora este deputado tem feito questionamentos, tem tornado públicas as denúncias que a própria imprensa fez, portanto, não fui eu quem fiz, mas tenho perguntado e tentado esclarecer. Se a partir de hoje, o Ivo Carminati não vier a este Parlamento, irei considerar verdadeiro tudo que foi dito, e se assim o fizer, o governo é réu confesso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o requerimento n. 0787.

O Sr. deputado Manoel Mota - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nós temos ouvido aqui algumas questões de ordem, que colocam o governo em xeque.

Eminente deputado Pedro Uczai, a coitada da senadora é campeã em abortar CPIs em Brasília, que coisa de louco! Aqui mudou tudo, um vento para lá, um vento para cá e ninguém mais se entende, é coisa de doido! E o eminente deputado Joares Ponticelli, por incompetência, faz um esforço fora do comum, porque está fora do governo e agora se desespera. Mas na primeira oportunidade que teve, pegou um jatinho do governo, sábado, para ir a Brasília, e na segunda oportunidade, na segunda-feira, foi ao palácio do governo - e eu o vi nas escadas subindo - não sei o que fazer lá, mas a saudade não deixa e ele não se agüenta.

Ele leu aqui e comentou sobre uma pessoa, uma funcionária que trabalhava com essa revista, que só estava nas bancas para vender - e eu nem sei o que é isso, esse monte de papel ali, não sei nem qual o nome - e agora, na última entrevista, ele colocou em dúvida a Polícia Civil e o Ministério Público. Essa senhora esteve em Araranguá e eu coloquei um carro à sua disposição, se ele não é gentil, o Manoel Mota é. A qualquer pessoa que chega de fora eu coloco um carro à disposição. Tem uma fotografia ou uma vírgula nas palavras de Manoel Mota? Então, o eminente deputado Joares Ponticelli precisa primeiro analisar. Ele disse que a Polícia Civil está ligada ao governo. Mas quando ele comprou um carro, uma caminhonete do desmanche, que a Polícia Federal tem mais de cem carros trancados, quem fez o processo foi a Polícia Civil, e aí não tinha problema?

É preciso agora saber onde está a caminhonete que o Joares Ponticelli comprou do desmanche? Eu farei um requerimento para saber mais sobre isso. É preciso, porque o juiz fez um processo e ele ficou como fiel depositário. E não se sabe se ele já vendeu a caminhonete do desmanche, onde ela está, pois não foi só ele não, o delegado que ele indicou, também comprou duas caminhonetes. Eu não queria levantar essas questões pessoais, mas eles nos obrigam a fazer isso.

Então, quero dizer que nós votamos naqueles requerimentos para mostrar que nós tínhamos força, mas me forçaram a dizer que irei votar contra este requerimento em respeito aos parlamentares aqui dentro.

Muito obrigado, sr. presidente.



(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, acredito que o deputado Manoel Mota confundiu alhos com bugalhos, porque não estamos discutindo aqui o requerimento da senadora Ideli Salvatti; não estamos debatendo o requerimento da Polícia Civil; não estamos aqui debatendo um requerimento de uma caminhonete. Estamos, sim, debatendo aqui um requerimento de uma denúncia não feita pelo deputado Pedro Uczai, não feita pelo deputado Joares Ponticelli, mas sim pela imprensa e com depoimentos do próprio autor do livro *A Descentralização no Banco dos Réus*. Estamos, sim, discutindo, a entrevista do secretário de governo Ivo Carminati, e esse requerimento nada mais quer do que esclarecer a população catarinense.

Até o momento, ninguém fez um julgamento e não estamos aqui julgando. E quero dizer mais: este trabalho não é só da Oposição, porque toda a população catarinense está clamando um esclarecimento.

Não é possível que tantos fatos tenham acontecido em Santa Catarina e ultimamente nenhum fato é esclarecido à sociedade catarinense. Ora, houve uma manifestação do ex-secretário Armando Hess de Souza de que havia solicitado aos secretários Regionais que percorressem empresas, prefeituras e outras entidades e instituições para obter recursos e produzir a revista para falar bem da descentralização do governo, revista essa que questiono há muito tempo, pois esse modelo não é o mais adequado para o estado.

Lá no meu município um *outdoor* foi colocado em obras da prefeitura municipal, pois foram utilizados recursos da prefeitura, mas dando titularidade ao governo como obra da descentralização. E assim ocorreu no estado de Santa Catarina, como também no BRDE, sendo utilizados recursos de instituições estaduais na referida revista.

O próprio secretário Ivo Carminati reconhece que há uma dívida. Diz ele que não há um contrato formal, mas para determinados negócios não há necessidade de contrato formal. O contrato verbal é o suficiente.

É por isso, sr. presidente e srs. deputados, com muita calma, com muita tranquilidade, que nós queremos ouvir aqueles que já se manifestaram à sociedade catarinense, mas que não se manifestaram a este Parlamento, e esta é uma oportunidade.

Volto a repetir, não estamos aqui fazendo acusação, queremos esclarecimentos em nome da população catarinense. E é por isso que esse requerimento tem como objetivo esclarecer este Parlamento, a sociedade de Santa Catarina, a nossa imprensa, que tem como papel fundamental elucidar de fato a nossa sociedade se foram destinados recursos do governo do estado ou se foram por ele estimulados de forma ilícita para a construção da revista *Metrópole*, que redundou na construção do livro *A Descentralização no Banco dos Réus*.

Sr. presidente e srs. deputados, nós fazemos um apelo para que esse requerimento seja aprovado para o bem da sociedade catarinense, para o bem deste Parlamento e para o bem de todos nós, para que este fato seja definitivamente esclarecido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Com a palavra o sr. deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quando se cola grau em Direito, fazemos o juramento de defender a lei e a ordem, de defender o que é certo, de defender a lei e a Constituição. E quando recebemos a carteirinha da Ordem dos Advogados do Brasil, repetimos esse juramento de defender, de investigar, de denunciar qualquer espécie de indicação em que haja uma fumaça de envolvimento em um delito.

Eu, quando me formei em Direito, fiz esse juramento. Depois, quando recebi a carteirinha da OAB, eu voltei a fazer esse mesmo juramento. Quando assumi nesta Casa, neste mesmo microfone, eu voltei a fazer esse juramento de defender as leis, de defender o que é certo. E antes de ser deputado, deputado Pedro Uczai, eu acreditava, e continuo acreditando, que a função do parlamentar é investigar.

Então, como advogado, como deputado e como cidadão, quero acreditar que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina cumpre o seu papel de investigar. Eu e v.exas. juramos fazer as investigações. Todos se lembram do juramento que fizemos nesta Casa, pois nosso papel fundamental aqui é investigar.

Não se pode dizer, deputado Manoel Mota, que não existem indícios capazes de uma investigação. Não estamos falando de algo que não existe. Aqui está a revista, deputado Manoel Mota! Esta revista circulou, deputado. Esta revista esteve nas mãos dos catarinenses. Esta revista circulou nas mãos de todas as pessoas, deputado Manoel Mota. E esta revista...

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - Gostaria somente de 30 segundos para falar, deputado! Se fosse revista estaria nas bancas de revista.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Essa revista, deputado Manoel Mota, eu recebi quando ainda era advogado, lá na minha cidade, antes de ser deputado estadual, antes de ser convocado pela Assembléia Legislativa.

Nesta revista há o título "15 meses - obras de revitalização - Regionais de Criciúma." Esta revista, na página 15, divulga obras. A capa da revista aborda os 15 meses de obra. Esta revista eu recebi não foi agora, esta revista eu recebi antes das eleições para governador do estado!

Deputado Manoel Mota, esta revista foi patrocinada pelo BRDE, esta revista foi patrocinada por um órgão público. Por favor, TVAL, a revista está aqui!

Esta revista foi patrocinada por um órgão público, pois aqui há dinheiro público!

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - V.Exa. me concede somente 30 segundos, deputado?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Só um momento, deputado Manoel Mota!

Eu tenho que cumprir a minha função, sou abrigado! Eu jurei defender a Constituição do estado, eu jurei defender a Ordem dos Advogados do Brasil.

Então, nós precisamos fazer essa investigação. Aqui há publicidade paga com dinheiro público, e se há irregularidade nós precisamos investigar! Ninguém está inventando nada! Ninguém está acusando ninguém e ninguém está fazendo uma falácia! Todos os dias estamos vendo essa matéria nos jornais!

Como v.exas. vão enfrentar seus eleitores, como v.exas. vão enfrentar o povo na rua se nós não dermos uma satisfação?!

Deputado Manoel Mota, eu concedo 30 segundos a v.exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado, v.exa. chegou aqui com euforia. Neste Parlamento é assim mesmo, todos chegam acesos e depois vão aos poucos diminuindo essa euforia toda, porque comecem a encontrar as verdades. A revista existe, mas aquele dossiê, aquele amontoado de palavras, aquela coisa não existe, senão ela estaria nas bancas de revista. Ela não está nas bancas de revista para vender.

Então, aquilo que fizeram não existe. Foi alguém que quis tirar uma vantagem para se usufruir de alguém de outro lado que é político. Mas com certeza nós ainda vamos encontrar quem é que patrocinou tudo isso.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - V.Exa., deputado Manoel Mota, com todo o respeito, vem aqui e diz que a revista não existe!

Eu quero saber se ela existe ou não existe! Eu quero saber se o relatório existe ou não existe. Eu quero chamar o Carminati aqui para dizer isso para mim! Eu quero saber dessa história!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Ivan Naatz, essa estratégia de misturar alhos com bugalhos nós já conhecemos.

O deputado Manoel Mota gosta de usar o princípio do Garfield que diz que quando você não puder convencê-los, confunda-os. Esta é a estratégia que ele adota. Faz uma salada, uma mistura, puxa tudo que é assunto, que não vem ao caso.

Eu sei que ele ficou nervoso, mas eu só li a entrevista que foi concedida pela repórter e não há nenhum comentário meu, absolutamente nenhum. É o que está publicado na coluna do César Valente, no último sábado, isso está na imprensa. Eu me restringi a ler o que está na imprensa, sem nenhum comentário.

Mas naturalmente que eu tenho coisa muito mais útil a fazer do que responder a um paiol de bobagens que foram ditas agora há pouco aqui.

De concreto não foi respondido nada! Nós só queremos saber se o secretário Ivo Carminati vai poder vir aqui, para ele nos esclarecer como eram essas conversas dele com o Nei.

Claro que não há contrato. É uma fraude, é uma corrupção. Essa operação é uma operação criminoso. É evidente que não há contrato. Tudo era feito na base da pressão, da chantagem, dos secretários Regionais ligando.

Eu ouvi as gravações do secretário Gentil da Luz para o presidente de cooperativa de eletrificação rural ameaçando-o se não der os dez mil para pagar a cota da revista. "Eu vou pedir para o Eduardo Moreira te botar na geladeira na Celesc". Esses são os termos.

Então, a operação toda é criminoso! É evidente que não há contrato.

Mas a repórter disse: "Quebrem o meu sigilo telefônico para ver se eu conversei com o governador ou não. Quebrem o sigilo telefônico do secretário Ivo Carminati."

Deixem-no vir aqui. Deixem o homem falar. Deixem o homem vir aqui falar, pois Santa Catarina quer ouvi-lo e quer saber a verdade.

Muito obrigado, deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Deputado Joares Ponticelli, eu contei que havia aqui nesta revista que eu recebi no meu escritório, antes de ser candidato a deputado, antes das eleições, nove fotografias do governador do estado e outras tantas do secretário e do vice-governador! E não é só isso! Quero chamar a responsabilidade das cooperativas; as cooperativas que custearam, fizeram propaganda nesta revista. É preciso chamar os seus presidentes para darem explicações! Quem foi que pagou esse dinheiro? De onde veio o dinheiro das cooperativas? Prestaram contas para as prefeituras municipais?

É uma questão de justiça, srs. deputados. Nós temos aqui o deputado Décio Góes, que por muito menos, por uma injustiça foi cassado para prefeito de Criciúma. É uma injustiça!

Como é que nós permitimos que algumas coisas sejam feitas com alguns e não sejam feitas com outros? Aqui há dinheiro público: nesta aqui e nas outras nove. E aí a obrigação de nós chamarmos o secretário Ivo Carminati para dar explicações.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Ivan Naatz, vou falar rapidamente.

Sobre a cassação do deputado Décio Góes, na página 267 do livro há a seguinte frase do secretário Ivo Carminati quando viu essa revista com a propaganda do BRDE.

(Passa a ler.)

"Por muito menos que isso nós cassamos o Décio Góes, em Criciúma."

Frase do secretário Ivo Carminati no livro *A Descentralização no Banco dos Réus*, como bem disse o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Então, volto aqui a chamar a responsabilidade, principalmente, dos deputados suplentes desta Casa Adherbal Deba Cabral, Carlos Hoegen, Ismael dos Santos, César Cim, para que apoiem a convocação do secretário Ivo Carminati, porque é isso que a sociedade espera de nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de saudar aqui o nosso vereador de Campo Alegre Aldérico José Dana, que está marcando presença nesta Casa.

Seja sempre bem-vindo a este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, com a palavra, para discutir o requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, o deputado Herneus de Nadal.

Com o consentimento do deputado Herneus de Nadal, está com a palavra o deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sr. presidente e srs. deputados, vou fazer uma rápida passagem por esta tribuna, apenas para que mais uma vez, deputado Ivan Naatz, não sejam levantadas suspeitas desta tribuna sobre a nossa passagem na Assembléia. Não é a primeira vez que v.exa. vem aqui chamar a atenção dos suplentes, como se nós estivéssemos aqui com cabresto ou estivéssemos aqui por uma outra razão que não fosse a oportunidade dada pelos nossos partidos depois de ter passado pelo crivo do voto, como v.exa. também passou.

Eu acho que é uma grande falta de respeito. Nós talvez não tenhamos conseguido chegar aqui através de um primeiro momento, mas estamos deputados e, portanto, estamos cumprindo, como v.exa. e os demais deputados, o mandato com todo o respeito à Constituinte, àquilo que juramos e àquilo que falamos.

Assim sendo, eu não admito que mais uma vez venham levantar suspeitas aqui sobre a passagem dos suplentes chamando a atenção pelo nome de cada um deles nesta Casa, pois estamos aqui cumprindo o papel de deputado como todos os demais.

De mais a mais, é aquela velha lengalenga, é aquela velha conversa da Oposição, que agora começa a ir às bases, depois de estar na capital, depois de estar aqui enclausurada pelas belas salas da capital, como sempre fez quando foi governo, e agora começa a ir ao interior, começa a ir às cidades, começa a sentir a força da descentralização e de um governo que transformou Santa Catarina. Ela sabe que vai obter mais um sonoro e retumbante não, como ocorreu na eleição para o governo do estado, e começam a armar histórias, buscando convocação desse ou daquele para macular a imagem das pessoas que estão construindo este governo de transformação em nosso estado.

Portanto, não me surpreende isso, deputado Herneus de Nadal. Aliás, eu já sei muito bem, até por estar, por ter passado por outros caminhos da política, como eles fazem política. Fazem a política aqui da capital, de meia dúzia, e nós, lá no interior, sempre a pão e água. Agora começam a ir para o interior os deputados, os líderes partidários da Oposição e a sentir a efetiva transformação desse projeto de governo, sendo assim obrigados a macular a imagem de um governador transformador, de um projeto que muda a história de Santa Catarina, porque são acuados por obras, por transformações sociais e, a exemplo daquilo que é administrar um estado, se vêem nessa obrigação, deputado Manoel Mota.

Eu queria repetir aqui o que tenho insistentemente falado desta tribuna. Como faço parte da categoria, como um homem que trabalhou na comunicação por 15 anos, mais uma vez eu queria repetir o que fiz aqui no meu primeiro pronunciamento em defesa de uma categoria respeitada, que são os jornalistas, que são aqueles que têm a missão, deputado Carlos Chiodini, de informar com lealdade, com ética, com respeito aquilo que escrevem e de entregar ao cidadão a grande ferramenta de transformação. E se isto tudo lá no final fosse, suponhamos, verdade, mesmo assim não poderíamos chamar isso de livro, de revista, de jornalismo. Isto é coisa de picaretagem, de falta de ética.

É aquela velha história que nós conhecemos, é transformar um caso de polícia num caso de política. É um caso que está lá muito bem capitaneado pela Polícia Civil, que fez a investigação, a prisão. Há agora a denúncia feita pelo Ministério Público, está lá no lugar onde deve estar, para que efetivamente ao final isso seja apurado. E se houver necessidade lá na frente de o secretário Ivo Carminati prestar esclarecimentos a este caso lá no Tribunal, que é o lugar correto, que é a Justiça, por certo lá estará, deputado, em função dessas ou daquelas informações. Até porque vai colaborar com o processo. Por certo todos aqueles que forem citados vão colaborar com o processo lá onde ele deve colaborar, que é obviamente na delegacia de polícia, onde deve estar um caso como este, de extorsão.

O senhor, como advogado sabe, crime tipificado no Código Penal, e que por certo lá na frente ficará comprovado e a Justiça vai dar aquilo que efetivamente tem que dar, prestar a jurisdição, prestar o seu trabalho.

Repito, por favor srs. deputados, v.exas. que também estão aqui, alguns com a possibilidade de chegar a esta Casa para representar uma região, um povo. Chegamos nós, todos suplentes, com muito orgulho, deputado Carlos Chiodini, fizemos um grande esforço e contribuimos para as nossas coligações.

Agora, em cada assunto que vai aqui alguma pressão na votação, começam a levantar dúvidas, suscitam escárnio com relação a nossa passagem, imaginando que estejamos aqui apenas para cumprir aquilo que os nossos titulares determinaram. Nós estamos aqui como gente de bem, como cidadão que quer ajudar a construir o estado. Fazemos política com seriedade, não podemos, desta forma, ser instigados; não podemos, desta forma, ser ignorados; não podemos, desta forma, ser maculados, como se os suplentes estivessem aqui, deputado Ismael dos Santos, apenas para dizer amém. Nós estamos aqui para cumprir a missão. Estamos deputado e vamos continuar sendo, cumprindo a nossa missão como temos feito na nossa vida pessoal e particular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o requerimento.

O SR. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Gostaria de registrar a presença dos vereadores Juliano Froehner, Paulo Sérgio Schier e Rosane Gispiela Santos Cubas, do município de Campo Alegre.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, solicitamos votação nominal.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A meu ver a solicitação prende-se muito mais ao momento que estamos vivenciando do que às informações ditas e pretendidas. É o momento eleitoral e por isso mesmo a vontade e o desejo de fazer com que um secretário do governo venha a esta Casa para criar mais um fato de ódio em política, que infelizmente ronda essa tentativa malsucedida de extorsão, com denúncias já no Ministério Público.

Por isso recomendo que o voto seja contrário à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A votação será nominal, no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o requerimento e os que votarem "não" rejeitam.

(Procede-se à votação nominal no painel eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	não
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	não
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Votaram 31 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos dez votos "sim" e 21 votos "não".

Está rejeitado o requerimento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quando a Oposição propôs a vinda aqui do secretário Ivo Carminati, foi para que esta Casa, de forma democrática, pudesse permitir as diferentes versões.

Junto com a vinda do secretário Ivo Carminati, amanhã vamos ter aqui a presença de Nei Silva, a partir das 9h30min, e quero estender a todos os deputados o convite para que aqui compareçam a fim de termos uma conversa informal para fazermos perguntas, questionamentos para sabermos qual é a posição de Nei Silva a respeito de todo esse episódio acontecido de 2005 até 2008, sobre a sua prisão e após a sua prisão.

Então, todos os srs. deputados estão convidados para essa reunião que acontecerá no plenarinho desta Casa, a partir das 9h30min, para termos uma boa conversa, um bom diálogo, porque é responsabilidade que o Parlamento catarinense tem e deseja neste momento.

Mas, com certeza, gostaríamos que o secretário Ivo Carminati também pudesse se fazer presente aqui neste Parlamento, para termos a possibilidade democrática de ouvir as diferentes versões. Amanhã vamos ouvir a versão do profissional Nei Silva.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, apenas para reforçar também o convite. Nós, individualmente, não tratamos e nem trataríamos com Nei Silva, por isso decidimos pela realização de uma reunião pública, aberta, com a presença da imprensa, e de todos aqueles que quiserem conhecer um pouco mais a situação num local público, na casa apropriada para isso, que é a Assembléia Legislativa. É importante o comparecimento de todos.

Certamente muitos já são velhos conhecidos de Nei Silva, segundo o que ele relata no livro. Eu nunca o vi, terei a oportunidade de conhecê-lo amanhã. É importante, portanto, a presença de todos. Quem sabe a bancada governista possa aproveitar para convidar o secretário Ivo Carminati, já que não permitiu a convocação.

Quem sabe o secretário pudesse participar dessa reunião com Nei Silva, fazer a contestação e esclarecermos, de uma vez por todas, essa polêmica da descentralização dos réus em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando o credenciamento do município de Dionísio Cerqueira para receber recursos de incentivo financeiro para o funcionamento dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando estudos referente ao prazo de validade da Carteira Nacional de Habilitação atribuída aos idosos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República e ao presidente da Petrobras, pedindo a instalação de Usina de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do sr. deputado Ismael dos Santos, solicitando informações sobre as obras na comporta da barragem do município de José Boiteux.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e srs. deputados, conforme havia prometido anteriormente, vamos ao capítulo de hoje chamado *Pagamento Prometido*, que está na página 39 do livro.

(Passa a ler.)

"Há muitos negócios que não dão certo por terem começado mal. As primeiras tentativas de cobrança da *Metrópole* não foram felizes na estratégia utilizada.

A esta altura Luiz Henrique lamentava por não poder contar com a experiência do velho compadre Içuriti Pereira, aliado do governo por ter cochilado no processo de liberação dos bingos e caça-níqueis em toda Santa Catarina quando na administração da Codesc - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Este mesmo senhor patrocinou uma grande trapalhada na campanha de reeleição quando em junho de 2006, em companhia de Derli Anuniação, coordenador geral da campanha, convocou para uma reunião. De pronto aceitei.

Não seria necessário dizer, como foi visto no capítulo anterior, que a propaganda descentralização, ou melhor, a divulgação que fizemos acabou inviabilizando a revista como um meio de comunicação.

Vou procurar resumir alguns fatos que bateram de frente no já combalido caixa da empresa. Ao garantirmos um faturamento de R\$ 500 mil para respaldar três publicações com recursos oriundos de parceiros do governo do estado, como confirmam as respectivas autorizações de publicidade em meu poder, além das revistas o nosso compromisso com o governo era realizar pesquisas e veicular *outdoors*.

Com o faturamento garantido, fomos convocados pelo secretário de comunicação do governo, Derli Anuniação, que se fazia acompanhar por Içuriti Pereira, à época presidente da Codesc, e então o homem forte do esquema financeiro do governo.

Em Florianópolis, no comitê de campanha, fomos recebidos por Derli e mais Içuriti Pereira. A eles relatamos os fatos que originaram a publicação da descentralização, relatando inclusive o episódio do envolvimento do governador com a repórter da revista. Incontinênti, Içuriti vociferou: 'Eu sabia que tinha isso no meio e temos que resolver aqui e agora.' Sempre atento e com o meu gravador a bordo, gravei isso também.

Derli nos convocara por ter sabido, através do capitão Renato, ajudante de ordem, que a revista *Metrópole* poderia executar fornecedores do governo em plena campanha. Isso o governador não poderia permitir. Foi aí que ele soube de outros detalhes da operação, embora já tivesse sido informado pelo secretário Armando Hess de Souza de que uma publicação estava a caminho.

Neste momento, Derli inclusive solicitou que Miguel Bertolini fizesse o pagamento da primeira parcela, o que foi feito alguns dias após. Afinal, o governo estava divulgando sua descentralização."

Esse é o capítulo das páginas 39 e 40. Causa-me estranheza, deputado Jandir Bellini, ouvir depoimentos, como tivemos que ouvir aqui, de alguns parlamentares que certamente tendo que prestar contas ao governo, vêm querendo dizer que isso é em função de eleição e falar em ética. Como é que um deputado que vota contra a convocação do secretário para esclarecer esse assunto tem a coragem de vir aqui falar em ética desta tribuna?

Santa Catarina clama por ética, deputado Ivan Naatz! Santa Catarina clama por esclarecimentos! Vir aqui citar essa palavra e no momento seguinte votar contra essa convocação é, no mínimo, questionável.

Que pena que a Assembléia Legislativa não permitiu essa investigação. Que pena! Pena porque as suspeitas aumentam cada vez mais. E as suspeitas começam a envolver aqueles que defendem apaixonadamente como vimos aqui os dois. Começa a envolver. No fundo, no fundo, pode ter alguma ligação, algum benefício, algum favor, algum bom cargo, um bom salário, talvez um medo de que no balaio de siri, ao levantar-se o primeiro possa vir muita coisa engatada.

O nosso compromisso é com a transparência, é com a investigação. No período que integrei o governo que o deputado Carlão defendia tão apaixonadamente, nós nunca sepultamos CPI alguma aqui. Nunca sepultamos! E agora estamos assistindo a essa triste votação. Mandaram o povo fechar os olhos ao não permitir investigação.

Meu Deus do céu, alguns que defendiam tanto a transparência da gestão pública! Que dedicaram uma vida de condenação às oligarquias, às ditaduras, aos militares, agora impedem que a Assembléia cumpra com o seu papel, deputado Sargento Amauri Soares, de investigar de esclarecer! Deputado Décio Góes, que realidade triste que estamos vivendo! Gravações telefônicas, fitas, cópia de cheque, depósito, fotografia de dinheiro, nada disso permite que alguns abram os olhos. Mas por quê? Porque tem o governo do outro lado dizendo: "Olha se votar a favor, eu posso tirar aquela benesse, aquele carguinho bom. E como você vai ficar, depois, sem aquele carguinho bom de bom salário? Isso infelizmente parece que está movendo alguns aqui dentro, e isso há de se lamentar.

Santa Catarina espera mais desta Casa! Espera que a Assembléia esclareça! Esta revista, este exemplar... São vários exemplares, mas neste aqui, deputado Ivan Naatz, estão nove fotografias do Eduardo Moreira e são mais de 20 fotografias. Um patrocínio, que ouvimos as gravações de extorsão, sim, de empresários de bem, deputado Décio Góes, que o senhor conhece, lá de Criciúma que são citados aqui. De presidentes de cooperativa de eletrificação rural que foram ameaçados, chantageados, aqueles sim extorquidos por ninguém menos do que o secretário regional. Propaganda de prefeituras, do BRDE, como bem lembrou o deputado Ivan Naatz. E o governo e os seus não querem permitir investigação. Como pode isso? E ainda falam em ética?

Nós temos que fazer uma reflexão muito profunda, deputado Jandir Bellini. E nós não vamos esmorecer, deputado Pedro Uczai, porque essa é a nossa missão. Tivemos dez votos hoje, porque não estavam todos os nossos aqui, o máximo que poderemos chegar é 14. Mas quem sabe daqui a pouco começaremos a convencer um e mais um, que mesmo estando no governo têm compromisso com a verdade, com o esclarecimento, com a investigação, com a transparência, porque se não o fizerem, daqui a pouco essa lambança patrocinada por alguns vai acabar comprometendo gente de bem que não tem nada a ver com isso, deputado Dirceu Dresch. Esse é o risco que correm.

A base do governo tem muitas pessoas de bem, de bom caráter, de grande história, respeitadas. Mas essa defesa cega do governo poderá comprometer e manchar algumas biografias, daqui a pouco. Esse é o alerta que quero fazer!

Por que não deixar a Assembléia investigar? Por que não esclarecer? Que comprometimento é esse que há? Nós esperamos que haja um grito de liberdade, que cada um possa atuar verdadeiramente, com o juramento, como bem lembrou o deputado Ivan Naatz, quando aqui chegaram, de cumprir com aquilo que a Constituição determina como nossa missão aqui nesta Casa.

Nós estamos aqui, cumprindo com o nosso papel sem medo das ameaças que estamos recebendo, sem medo da chantagem. Não são poucas as ameaças, deputado Pedro Uczai. Mas isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero fazer o registro e lamentar o falecimento do terceiro-sargento da reserva remunerada, Kunrath, ocorrido hoje na cidade de Chapecó, no hospital de Chapecó. Ele residia em Maravilha, o corpo está sendo trasladado para a cidade de Maravilha. O sepultamento será amanhã, às 10h, naquela cidade do extremo oeste.

Quero fazer esse registro em nome de todos os praças da região do extremo oeste, e lamentar o falecimento daquele companheiro vitimado por acidente de motocicleta.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, nós estamos dando uma olhada aqui na Lei n. 11.718, que trata de vários temas relacionados à questão da agricultura, sancionada pelo presidente Lula no dia 18 de junho, que trata da questão da contribuição da agricultura familiar, trata da contratação temporária de trabalhadores assalariados rurais e trata de outro tema que interessa muito para Santa Catarina e para a agricultura familiar que é a isenção do ICMS e também do produto comercializado pelo PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos.

Srs. deputados, inclusive há uma indicação aprovada por esta Casa, o que mostra que já viemos debatendo desde o ano 2007, e entendemos que seja uma ação importante do estado, já que Santa Catarina no ano passado, deputado Silvío Dreveck, se destacou com mais de R\$ 20 milhões liberados para o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar. Nós entendíamos que o estado deveria participar desse programa isentando o ICMS dos produtos que têm valor agregado nas nossas pequenas agroindústrias familiares. Isso já dá uma injeção aí de recursos e possibilidades para esses grupos de agricultores que com tanto sacrifício se desafiam a agregar valores a seus produtos lá nas propriedades contribuindo com o desenvolvimento e com a geração de empregos.

Infelizmente, não fomos atendidos na nossa reivindicação. Mas nesse decreto, o presidente Lula encaminha uma nova perspectiva na qual o governo federal, a própria Conab vai pagar o ICMS desses produtos para os agricultores familiares. Então, nós entendemos que o estado, sim, deveria contribuir com esse programa e pensar mais numa política de comercialização para a agricultura familiar.

Então, essa iniciativa é importante, pois atinge um grande número de agricultores. Esperamos que esse ano possamos ampliar muito os recursos para esse setor da agricultura familiar e para o Programa de Aquisição de Alimentos para melhorar a renda dos nossos agricultores.

Mas, deputado Pedro Uczai, o que vimos hoje aqui quando se falou na questão do aumento da cesta básica foi tratar, sim, das consequências. Eu sempre - e aí falo de cadeia, deputado Herneus de Nadal - passei a minha vida discutindo isso. E como agricultor familiar profissional passei a vida toda produzindo feijão, milho, arroz, leite e sei o que isso significa, desde os anos 80, quando este país destruiu a sua política de regulamentação de preços mínimos, quando a política pública e o estado privatizaram mais de 500 armazéns públicos no nosso país.

E esse é o problema hoje do feijão, pois se tivéssemos no país uma política de preços e uma política de estoques reguladores, com certeza hoje teríamos feijão em estoque, teríamos agricultores que iriam se propor a produzir feijão, porque há dois anos esses agricultores produziram feijão a menos de R\$ 50,00 a saca e não compensa mais produzir feijão. E como não se tem construído historicamente uma política pública de intervenção, os agricultores e os consumidores acabam pagando o preço do desmonte da política pública em nosso país.

Srs. deputados, por incrível que pareça os que destruíram essa política pública, os que financiaram a privatização e o desmonte do estado, da intervenção pública, vêm aqui falar de regulamentação de preços de cesta básica no Brasil. Para os que defendem o livre mercado, é o mercado que dá conta dessa questão da oferta e da procura. E nós sempre defendemos isso, porque a agricultura familiar não tem controle, nem a patronal para viver sem a intervenção do estado. Porque a patronal, os grandes empresários rurais, que sempre defenderam o livre mercado, tiveram agora uma grande parcela de renegociação das suas dívidas porque o negócio deles também não é tão lucrativo como pregam por aí. Então, o estado tem que intervir, sim! E esse é o bom momento para discutir isso.

Por isso, estamos comemorando, infelizmente, dez anos de privatização, do desmonte de duas empresas públicas que produziam insumos no nosso país, mas, infelizmente, foram doadas - e não dá para dizer aqui que foram vendidas a preço de banana porque a banana também está com um preço bom - para as multinacionais que hoje têm o controle dos insumos nas mãos. E os agricultores, consequentemente, estão nas mãos das multinacionais.

Então, precisamos deixar muito claro o que está acontecendo, que é o controle dos insumos e não termos uma política pública de intervenção. Ainda bem que temos um governo hoje que começará a discutir, a intervir, sim. E um compromisso do governo construir novamente empresas que vão produzir adubos a preços mais baixos para justamente baratear o preço de custo da produção.

Tomara que estes mesmos que fizeram isso, não assumam o governo no futuro e desmontem novamente a política pública de armazenagem que está sendo construída hoje por políticas de preços mínimos. O reajuste, por exemplo, do feijão em 65% do preço mínimo, então, para o ano que vem nós teremos feijão na mesa do consumidor brasileiro. O agricultor produz, sim, mas ele quer uma garantia. Se ele tiver garantia de preço no ano que vem, ele vai produzir feijão e vai colocá-lo mais barato na mesa do consumidor.

E nós podemos dizer que hoje o Brasil tem condições de voltar a intervir no processo de insumo, de poder discutir novamente a armazenagem de preços mínimos para garantir a oferta e a renegociação de R\$ 72 bilhões de dívidas anunciados há dias. É um investimento na agricultura como jamais se viu neste país, com mais de 65 bilhões para a agricultura empresarial, R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar ou mais de R\$ 13 bilhões do Pronaf. Enquanto esses mesmos que vêm aqui hoje criticar a questão da política agrícola, investiam 2.4 em 2002 e R\$ 6 bilhões do programa para garantir a produção de mais alimentos para o nosso país.

Tenho certeza de que a agricultura brasileira tem condições de dar a resposta. Com estes investimentos, com a melhora do preço mínimo, com a garantia de preço, com a política de investimentos em produção de insumos, com crédito para maquinário e com crédito para produzir alimentos, com certeza, este Brasil dará mais um salto de qualidade na produção de alimentos que está a cada ano dobrando, aumentando a sua produção.

Neste sentido nós queríamos deixar aqui, enquanto conhecedor de causa, de quase 20 anos de debates, de organização e de discussão de uma nova perspectiva do desenvolvimento do meio rural brasileiro, que entendemos fundamental esta perspectiva que vem sendo construída a partir do governo Lula.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, é bom o PFL vir aqui falar de inflação, do aumento do preço dos alimentos, porque aí vamos discutir as causas e quem são os responsáveis pelo desmonte do país, das políticas públicas e pela privatização da infra-estrutura de regulação de mercado.

Então, se o problema é o aumento do preço dos alimentos nós temos que ampliar a produção de alimentos, por um lado, e os padrões, que são uma grande parte de empresários, transferem a inflação para o salário dos trabalhadores. Aí poderá haver equilíbrio. E no ano que vem não se concede mais aumento e aí equilibra a inflação. Zero mata zero e volta à normalidade.

O PFL tem que ajudar a não atrapalhar e criar terrorismo na sociedade brasileira.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Nós gostaríamos que de fato conseguíssemos aqui no estado uma política agrícola mais avançada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero registrar a presença do vereador Aldérico José Dana, de Campo Alegre, do norte do estado, do Partido dos Trabalhadores, que visita esta Casa. Gostaria de agradecer a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro. Então, com a palavra, o deputado Herneus de Nadal. E após, o próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, muitos o denominam de dossiê, alguns de livro, mas na minha modesta ótica e forma de pensar, não consigo ver nem um dossiê e nem um livro. Não está à disposição nas bancas e os exemplares que existem, pelo conhecimento que tenho, são reproduções feitas, através de encomenda de opositores, que advogam em causa do governador que antecedeu Luiz Henrique da Silveira, em seu primeiro mandato.

Portanto, não dá para fazer aqui afirmações veementes, com convencimento, com base, no âmbito de um Parlamento que tem credibilidade, como o de Santa Catarina, calcadas e formadas em juízo, e em informações elaboradas a partir de um escrito malsucedido de tentativa de extorsão, já com denúncia no Ministério Público.

Meu líder, deputado Manoel Mota, a bem da verdade, nós sabemos que há um tipo penal, cujo autor das referidas notas, já está denunciado pelo Ministério Público. Se não está condenado, mas há indícios claros de extorsão, o que originou a denúncia do Ministério Público estadual. Além disso, muitos e muitos estão sendo veiculados, através dessa forma escusa, que não é a do jornalismo sério e competente que temos em Santa Catarina, mas que é a atividade de porão que guarda gravações desde 2007, e que recebe encomendas de livros, como afirmo agora há poucos instantes. E não tive acesso a esses documentos, chamados de livros por aqueles que utilizam a tribuna - e mostram o livro - que não foi comercialmente adquirido em nenhuma livraria, nenhum exemplar dessa malfadada iniciativa que, ao meu juízo, ao meu modo de ver, só tem uma finalidade: obter ilicitamente vantagens sem nenhum tipo de escrúpulo.

Por isso, sr. deputado, nós votamos contrariamente à convocação do secretário Ivo Carminati, por ser mais uma das iniciativas, dentre tantas, para continuar levar adiante esse processo, criando a cada dia uma nova notícia para atingir o governo do estado, para atingir a figura do governador Luiz Henrique, para atingir o governo como um todo. Desta forma, votamos contrariamente à convocação, pois seria mais um fato político criado aqui no Parlamento.

O secretário viria para cá sem imunidade parlamentar e iria ouvir afirmações, críticas ácidas, deselegantes, inoportunas, de muitos que as fazem aqui todos os dias a todo instante, por conta do manto da imunidade parlamentar. E foi esta razão que guiou 21 dos srs. deputados a votarem contrariamente a esta convocação.

Meu líder, deputado Manoel Mota, quando as eleições se aproximam - e infelizmente nós já estamos acostumados - sempre vemos tais situações. Mas esse é o papel da Oposição, e dentro da democracia isso faz parte do jogo. E esta é uma situação produzida, forçada, urdida, deputado Manoel Mota, em 2007, quando encomendaram

escritos desta tentativa malfadada de extorquir dinheiro da população de Santa Catarina, do governo, da comunicação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - (Intervindo) - E já gravando!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - As gravações, segundo depoimentos de muitos, começaram desde a primeira conversa. Então, sr. deputado Manoel Mota, é algo pensado, planejado. Não tenho plena convicção, mas penso que já temos um tipo penal, deputado Carlos Hoegen, que serviu de base para o oferecimento da denúncia através do MP. E daqui há pouco vamos ver caracterizado um outro crime, que é o crime eleitoral. Até porque, srs. deputados, a imprensa séria de Santa Catarina, dá oportunidades proporcionais a todos os partidos políticos. E aí nesta tentativa de extorsão, neste documento - e que não é um documento público, porque foi encomendando, não está nas bancas, não é uma revista que está sendo publicada, um livro - não nos permite fazer com que aqueles que são citados possam exercer a sua defesa com o mesmo direito, da mesma forma que foram acusados.

O Sr. deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço v.exa., de forma bem objetiva, para que possa ouvir também o deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado líder do governo nesta Casa, Herneus de Nadal, e dizer que a Oposição está desesperada! É evidente que está! A Cada eleição é a mesma fita. Passou a eleição do nosso saudoso Pedro Ivo, terminou a do Casildo, e o assunto era só a Ponte Pedro Ivo Campos, não tinha outro assunto, ou seja, era só aquilo! E qual foi o resultado daquilo? Buscaram todos os dados, foi tudo comprovado e não deu em nada.

Depois veio a próxima eleição que foi a do Paulo Afonso. Foi outra vítima da questão. E agora, eles vêm com o negócio desse livro, que se fosse conta, teria que levar o Poder Judiciário para cobrar. O governo não quer pagar porque não tem nada, não tem contrato, não tem nada, evidentemente, que é uma coisa vazia.

O Sr. deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Só ratificando o seu discurso, um livro precisa ter acesso ao público. A partir do momento em que ele não tem o ISBN, e esse não tem, que é o registro na Biblioteca Nacional, não pode ser considerado livro, é apenas um boneco.

E justificando que uma das boas razões da política é o voto consciente, nós aqui votamos com serenidade e com convicção.

Muito obrigado!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Lembramos que o próximo orador inscrito será o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, eu gostaria de registrar um fato importante que está acontecendo aqui na nossa capital, que é a greve dos trabalhadores da maternidade Dr. Carlos Corrêa.

A greve explodiu, arrebentou, ontem, no final da tarde porque os trabalhadores não receberam o salário do mês de junho. Esta é uma situação que precisa ser citada, para que possamos registrar a precariedade do serviço de atendimento à saúde, inclusive aqui na capital do estado.

A maternidade Dr. Carlos Corrêa é uma instituição privada, cuja mantenedora é a Associação Irmão Joaquim, que fez um contrato há um tempo com a Unimed, que foi rompido, e essa associação reassumiu a manutenção da instituição. Mas no primeiro mês, depois de reassumir, não pagou o salário dos seus trabalhadores.

Este é mais um reflexo do resultado da iniciativa privada na área dos serviços essenciais, nesse caso na saúde, de fazer mercadoria com a vida dos seres humanos, com a vida das pessoas.

É preciso que a Justiça do Trabalho verifique essa situação, é preciso que o Ministério Público verifique essa situação, para que se faça justiça e os trabalhadores possam ter o seu direito garantido e a população possa ter os seus serviços.

Mas eu queria retomar o tema do meu pronunciamento anterior, quando falei que a Câmara de Vereadores de Itajaí fechou as portas à Assembléia Legislativa, para que lá pudesse realizar uma audiência pública da comissão de Educação, Cultura e Desporto na última sexta-feira, dia 4 de julho.

O espaço já tinha sido marcado por contato telefônico desde o dia 26 de junho. No dia 30, a comissão de Educação, Cultura e Desporto enviou um fax à Câmara de Vereadores solicitando, mais uma vez, aquele espaço que já estava garantido, encaminhando no mesmo dia o Ofício n. 033 da referida comissão para registrar e ficar definido esse pedido, para que pudesse realizar a sua audiência pública naquele local.

Mas vamos considerar que nada disso tivesse sido feito, vamos considerar que de repente às 16h, do dia 4 de julho, dez servidores com mandato deste Poder Legislativo chegassem à frente da Câmara de Vereadores dizendo que precisavam daquele espaço para fazer uma audiência pública três horas mais tarde, às 19h, e que nada tinha sido marcado na agenda naquele dia, naquele espaço daquela Casa. Mesmo assim teria como obrigação diplomática, institucional, politicamente correta a Câmara de Vereadores de Itajaí dizer que teria um espaço, que infelizmente não iria poder dar o suporte aos servidores desta Casa, mas que as portas estariam abertas.

Porque tenho certeza, srs. deputados, de que se qualquer Câmara de Vereadores, das 293 cidades deste estado, chegasse aqui, agora, em frente à Assembléia Legislativa, e dissesse que precisaria de uma sala para realizar uma reunião, uma audiência pública, qualquer um dos 40 deputados, qualquer um de nós iria fazer contato com a Mesa Diretora, com a Presidência da Casa para garantir esse espaço a ela. Independentemente da pauta, independentemente quem fosse o presidente da Câmara de Vereadores, independentemente quem fosse o proponente do debate, de qual tema fosse debatido, qualquer um dos 40 deputados iria buscar ter essa postura, mas não foi o que aconteceu em Itajaí.

O presidente da referida Câmara de Vereadores disse que não sabia de nada, que já eram 16h e que não iria autorizar mais nada. E às 17h30min, uma hora e meia depois, a porta da rua externa daquela Casa foi lacrada, foi fechada, hermeticamente fechada, para fazer o debate que se pretendia.

É claro que isso não acontece por acaso; não aconteceria com qualquer outro tema que se fosse discutido. Aconteceu porque o tema é espinhoso na cidade de Itajaí. Nós já estávamos há 15 dias tentando outro espaço na Univali, mas uma universidade daquele tamanho não tem um auditório para realizar uma audiência pública. O porto de Itajaí também não.

A instituição Univali, que é uma fundação municipal, de direito privado, infelizmente, está subjugando as instituições de Itajaí para que não haja esse debate, porque centenas de professores foram demitidos e estão sendo ameaçados de demissão mais centenas deles! Centenas de estudantes estão perdendo as bolsas! Por que a rádio e a TV Educativa da Univali foram fechadas e deixaram apenas um funcionário para retransmitir a TV Futura? Por que jornalistas, como a professora de jornalismo com 19 anos naquela Casa, foi demitida? E falo, por que não agora também, em nome da liberdade de expressão, dos direitos elementares dos trabalhadores, inclusive dos jornalistas. Aliás, os jornalistas fizeram um manifesto no seu IV Congresso em Blumenau repudiando essa situação.

E não há informação oficial da Univali sobre o que está acontecendo! Ninguém sabe nada dentro da comunidade universitária nem professores de 20 anos de casa o motivo pelo qual se chegou a essa situação. Fala-se em rombo financeiro, em crise, mas ninguém sabe se há crise. E aí eu me pergunto: que crise é essa, porque recebo no meu gabinete o convite para participar da inauguração de um *campus* da Univali nesta capital? Está aqui o convite assinado pelo reitor, eleito por 130 votos de forma indireta, numa comunidade acadêmica de 30 mil pessoas. Ele foi eleito por 130 pessoas, de forma indireta. A inauguração do *campus* da Univali será no dia 24 de julho, aqui na SC-401, próximo ao Centro Administrativo.

A Univali, que está fechando a TV Educativa, que está demitindo professores de quase 20 anos de casa, vai abrir um *campus* aqui na capital do estado gastando R\$ 4 milhões, começando com quatro cursos. Primeiro curso: cosmetologia e estética. Segundo curso: *design* gráfico. Terceiro curso: produção publicitária. E o quarto curso, srs. deputados, será jogos e diversões. Curso superior de jogos e diversões, um curso novo que a Univali vai abrir para cobrar mensalidade, evidentemente aqui na capital do estado.

Então, a Univali fecha, demite centenas de professores sem nenhuma explicação e sequer uma nota de solidariedade, como, por exemplo, à professora Márcia, com 19 anos de Univali, que registrou isso no ato que nós fizemos em Itajaí na sexta-feira à noite.

É evidente que é preciso discutir muita coisa, pois quanto mais nós nos aproximamos desse tema, mais assunto aparece, mais espanto nos acomete.

A Univali precisa ser democratizada, precisa prestar contas, porque não presta publicamente nas instâncias devidas. A Univali precisa ser uma instituição que cumpre a sua função social e não pode entrar nessa pirataria de educação mercadoriana, de fazer tudo pelo lucro privado, não obstante as necessidades populares, a necessidade do povo de Santa Catarina, da juventude, das futuras gerações e da nossa sociedade.

Mas nós vamos continuar este debate em outra ocasião, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, a minha intenção, na tarde de hoje, era relatar uma viagem nossa pela OPM à Argentina, deputado professor Grandó, mas vou deixar este assunto para amanhã. Eu iria falar sobre uma viagem em que vamos tratar de um assunto interessante que diz respeito ao estado de Santa Catarina, ao Sul do Brasil, deputado Manoel Mota. Esta era a nossa vontade, mas vou fazer isso amanhã, porque eu acho que às vezes estamos perdendo um tempo muito grande aqui, deputado Ismael dos Santos. Temos a oportunidade de usar esta tribuna, mas perdemos um tempo em questões como a de um pilantra que começa a virar herói, pois a pilantragem começa a ser o caminho mais correto, mais certo do mundo pelo que ouvimos nos discursos e pronunciamentos aqui.

Primeiro de tudo, eu aprendi uma coisa quando menino lá no interior, na serra catarinense: uma pessoa bem intencionada, até que se prove o contrário, deputado Clésio Salvaro, é uma pessoa de bem. Nós acreditamos nas pessoas e as pessoas de bem têm essa virtude de acreditar e achar que todos são do bem, porque torcemos pelo bem. Nós aprendemos isso desde o berço na nossa família, na nossa casa; é o tipo de criação que tivemos. Não somos ricos, mas tivemos um bom berço. Nós trabalhamos na roça, mas tivemos uma boa educação. O nosso pai e a nossa mãe nos ensinaram o caminho da seriedade, de sermos corretos com as coisas e com as pessoas.

Mas, deputado Ismael dos Santos, se a qualquer momento eu chegasse ao seu gabinete para conversar com v.exa., como também com o deputado Manoel Mota, com o deputado Professor Grandó, com o deputado Sargento Amauri Soares, com o deputado Pedro Uczai, com o nosso presidente, e todas as conversas que eu tivesse com v.exas. eu começasse a gravar tudo, o que pensariam de mim? Se eu fizesse uma brincadeira com v.exa. e v.exa. fizesse comigo também e eu começasse a gravar, qual seria a intenção dessa gravação? Qual seria a intenção disso? Qual seria, então, a intenção de um cidadão que começasse a gravar a conversa de todo mundo?

Isso começou ontem? Não! Começou há quatro anos, desde o primeiro dia que esse cidadão se apresentou, pois até que se prove o contrário, ele era uma pessoa do bem, deputado Clésio Salvaro, mas estava gravando o que todo mundo estava falando, inclusive ligações pessoais. Essa pessoa não é do bem! A pessoa que faz isso é uma pessoa mal-intencionada, não é uma pessoa bem intencionada. Ela não terá uma intenção boa lá no futuro, porque senão não faria esse tipo de coisa. E com relação a esse cidadão que - para mim já foi explicado pelo deputado Ismael dos Santos - fez esse esboço que pode ter edição, mas se for gravação não sei se é verdade a edição, eu quero dizer que ele conversou comigo e eu não apareço nesse esboço da extorsão. Por quê?

Será que o meu papo não era bom para estar dentro desse esboço de extorsão? Será que não era um papo bom, pois se gravou todo mundo, deputado Professor Grandó, com certeza também o que eu falei foi gravado? Mas nesse esboço eu não apareço. Talvez mesmo editando, o meu papo não fosse bom, não fosse atraente para isso que foi feito, porque não são pessoas do bem.



E o deputado Pedro Uczai, hoje, me cobrou, quando estava chegando aqui, que eu chamei o cidadão de pilantra. É pilantra, sim, repito! O cidadão que faz esse tipo de coisa não é sério! Isso é pilantragem na dura, para tentar fazer um verdadeiro carnaval e tirar dinheiro.

Acho que o governo foi muito sério, sim! Enfrentou, não escondeu! Se fosse um governo safado teria escondido, porque não seria difícil arrumar dinheiro e mandar o cara calar a boca! Mas o governo enfrentou e foi feita pela polícia uma prisão ao um cidadão que estava fazendo uma extorsão. E hoje só faltou o deputado Joares Ponticelli aqui bater palmas para aquele cidadão! Só faltou soltar foguetes, só faltou aqui fazer uma festa para aquele cidadão!

Mas misturaram tudo, porque este assunto da revista já vem desde 2003, 2004 e 2005. O secretário Ivo Carminati, para quem não sabe, empossou no cargo a partir de abril de 2006. Ele não era secretário na época, em 2005, em 2004 nem em 2003, e sim a partir de abril de 2006. Mas aqui se diz que o secretário Ivo Carminati é quem fazia tudo. Misturaram tudo aqui para tentar atingir Eduardo Pinho Moreira. Vejam que é uma briga político-eleitoral, desculpem-me.

Primeiro, o deputado Joares Ponticelli falou aqui que se não ajudassem a tal dita revista, o Eduardo Pinho Moreira iria demitir o presidente da Cooperativa de Eletrificação. Como que o Eduardo Pinho Moreira vai demitir um presidente de uma cooperativa que não tem nada a ver com a Celesc?!

Mistura-se tudo aqui e faz-se uma confusão danada para atingir eleitoralmente Eduardo Pinho Moreira, para tentar atingir o governador. E depois vem outro deputado - e eu vou contar a

história aqui, porque eu fui secretário Regional, participei de todos os encontros do colegiado - mostrar essa revista. Eu a recebi em meu gabinete, em Blumenau.

Pelo amor de Deus, eu vi o deputado Joares Ponticelli trazer a revista e entregá-la para o deputado que estava na tribuna! A que ponto chegamos! Esta revista eu recebi no meu gabinete, lá em Blumenau. Mas todos nós vimos o assessor do deputado Joares Ponticelli trazer a revista e entregá-la para o cidadão que estava falando aqui que nem vou dizer o nome.

Nós não podemos misturar as coisas! Essa inversão de valores é muito ruim para o nosso dia-a-dia, é ruim para o nosso estado, é ruim para as nossas vidas, pois começam a inverter os valores. Que nem diz o pessoal da serra, deputado Manoel Mota: daqui um pouquinho o poste vai começar a mijar no cachorro, porque estão fazendo uma verdadeira inversão de valores das coisas que acontecem em nosso estado.

Pessoa de bem, deputado Pedro Uczai, não sai gravando todo mundo por aí durante quatro anos, que foi quando se iniciou o processo. Isto eu aprendi lá em casa! Pessoa de bem não tenta extorquir dinheiro de ninguém! E eu quero contar toda a história que eu vivi, mas vou contar na íntegra aquilo que eu vivi e quando fui visitado, porque não está no livro, porque não interessava nesse esboço da extorsão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao deputado Manoel Mota, porque senão ele me destitui da vice-liderança.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, deputado. É preciso que a sociedade conheça os dois lados, por

isso o contraponto aqui, pois não há como não levarmos a verdade a todo o canto de Santa Catarina, porque a TVAL alcança.

O eminente deputado Joares Ponticelli está desesperado, porque por incompetência perderam o poder. Na primeira oportunidade estava ferradinho num avião do governo para Brasília. Quer dizer, é o desespero de quem perdeu. E na segunda-feira estava subindo as escadas do governo lá. Puxa, que saudades não deve estar sentindo. Aí faz denúncias levianas, faz essas coisas que acabam irritando.

Então é preciso aqui saber o seguinte: se denuncia tanto as pessoas de bem, eu preciso saber onde está o carro que ele comprou, roubado, em Tubarão. É preciso saber isso agora, já que nos esquecemos das coisas de bem, vamos buscar, vamos resgatar a verdade de um todo, para que Santa Catarina conheça quem é quem. Para que Santa Catarina saiba quem quer construir e quem quer destruir o estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) -

A Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 55ª sessão ordinária de amanhã: discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.º 0038 e 0014/2008; 0262 e 0546/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.º 0074/2008 e 0274/2007; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n.º 0010/2008.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã às 10h.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA - DL

#### ATO DA MESA N. 042-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Adherbal Deba Cabral para

ausentar-se do País, no período de 10 a 29 de julho do corrente ano, com destino a Europa e ao Oriente Médio.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 9 de julho de 2008

Deputado Clésio Salvaro - Presidente e.e.

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2008.

OBJETO: REFORMA INTERNA DE 02 (DOIS) SANITÁRIOS LOCALIZADOS NO ANEXO SUPERIOR DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-

#### OBRA ESPECIALIZADA.

DATA: 22/07/2008 - HORA: 10:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 10:00 h do dia 22 de julho de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 09 de julho de 2008.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO****AVISO DE RESULTADO**

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1205/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 025/2008, referente a aquisição de coletores cilíndricos em aço inox, lixeiras cilíndricas em polipropileno, cestos cilíndricos em PVC e conexões para coletores cilíndricos em aço inox pra o projeto "Consciência Limpa", obteve o seguinte resultado:

**Item único -**

Vencedora: EDGARD CAMARGO FILHO-ME (PRÓSPERA COMERCIAL)

Valor do Último Lance: R\$ 41.867,79

Florianópolis, 09 de julho de 2008.

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATOS****Extrato N.º 082/2008**

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 018/2008, celebrado em 25/04/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: ZACCHI COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Aquisição e instalação completa de 02 (dois) equipamentos de ar condicionado novos e de primeiro uso, conforme descrição e especificações contidas no contrato e condições propostas pela contratada.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.904,00 (três mil, novecentos e quatro reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65, I "a" e "b" e §1º da Lei n.º 8.666/93; Item 7.1, da cláusula sétima do Contrato CL n.º 018/2008, e autorização administrativa.

Florianópolis, 03 de julho de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Emerson da Silva / Milton Batista Martins - Empresa

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato N.º 083/2008**

REFERENTE: Contrato CL n.º 036/2008, celebrado em 23/06/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Nobre Comércio e Serviços Ltda - ME

OBJETO: aquisição e colocação de 61,68 m² de piso biodegradável, MARCA LINOLEUN, MODELO vinílico, espessura 2,5 mm, conforme amostra, com remoção do piso existente e desmontagem e montagem das divisórias existentes e retirada e recolocação do rodapé existente e retirada e recolocação de toda a rede elétrica e lógica, conforme situação existente, INCLUINDO os equipamentos, necessários para execução dos serviços, materiais e mão-de-obra especializada, assim como a retirada e destinação de entulhos, de acordo com as demais especificações constantes do Edital, seus anexos e, com as condições propostas pela CONTRATADA.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: será compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia, que será de, no mínimo: 05 (cinco) anos para os materiais e 01 (um) ano para a mão-de-obra.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão n.º 021/2008; e Autorização para Processo Licitatório n.º 0039/2008-LIC

Florianópolis, 23 de junho de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Lauro de Luca - Nobre Comércio e Serviços Ltda - ME

Marcelo Durieux - Nobre Comércio e Serviços Ltda - ME

\*\*\* X X X \*\*\*

**Extrato N.º 084/2008**

REFERENTE: Contrato CL n.º 038/2008, celebrado em 02/07/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Seprol Computadores e Sistemas Ltda

OBJETO: 80 (oitenta) impressoras Jato de Tinta, Marca HP, Modelo DeskJet 6940, de acordo com o Edital, seus anexos e Proposta da Contratada

VALOR GLOBAL: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data da assinatura até o aceite definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia que é de no mínimo 12 (doze) meses *on site*.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Processo Licitatório modalidade Pregão CL n.º 023/2008, e Autorização para Processo Licitatório n.º 031/2008-LIC, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 02 de julho de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Genésio Hoffmann - Seprol Computadores e Sistemas Ltda

Andrei Garcia - Seprol Computadores e Sistemas Ltda

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIOS****OFÍCIO N.º 145/08**

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA SÃO JOSÉ DE URUBICI

HOSPITAL SÃO JOSÉ DE URUBICI

CNPJ 86.517.638/0002-09

Rua Boanerges Pereira de Medeiros, 1196

88650 - URUBICI - SANTA CATARINA

Fone (Oxx) 49 278-4099 - 278-5082

Email [hcmsj@twc.com.br](mailto:hcmsj@twc.com.br)

Urubici, 30 de Junho de 2008.

Ofício n.º 026 - 06/07

Ilmo Sr. Júlio Garcia

Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Florianópolis - SC

Ilustríssimo Sr,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, de acordo com a Lei n.º 14.182, de 01 de novembro de 2007, enviar documentação para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual, como também, alteração do antigo nome do Hospital que era HOSPITAL DE CARIDADE E MATERNIDADE SÃO JOSÉ, para o atual nome HOSPITAL SÃO JOSÉ DE URUBICI, mantido pela Associação Franciscana São José de Urubici de acordo com o novo Estatuto. Certos de estarmos sempre juntos nesta caminhada, renovamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**Rodrigo Machado Padilha**

**Administrador Hospitalar**

**CRA/SC N.º - 10103**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/08*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO N.º 146/08**

Comunidade Terapêutica

Essência de Vida

OFÍCIO N.º 022/2008

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Prestação de Contas

Florianópolis/SC

A ASSOCIAÇÃO ESSÊNCIA DE VIDA, entidade sem fins lucrativos, localizada nesta cidade de Joinville/SC, na Av. Getúlio Vargas, n.º 500 - sala 8 - Galeria Oscar - Bairro Anita Garibaldi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 81.140.139/0001-32 mantenedora da Comunidade Terapêutica Essência de Vida, encaminha em anexo os seguintes documentos:

- Ata de Eleição da nova diretoria - gestão 2008/2010;
- Relatório Circunstanciado de Atividades 2007;
- Balanço Patrimonial 2007;
- Demonstrativo de Resultados do Exercício 2007;
- Notas explicativas e Demonstração de Mutação do Patrimônio.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Joinville/SC, 31 de março de 2008.

Roseli Ap. Consolaro Nabozny

Presidente/coordenadora

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/08*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO N.º 147/08**

Comunidade Terapêutica

Essência de Vida

OFÍCIO N.º 019/2007

A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Coordenadoria de Prestação de Contas

a/c Sr. Hildo Tramontin

Florianópolis/SC

A ASSOCIAÇÃO ESSÊNCIA DE VIDA, entidade sem fins lucrativos, localizada nesta cidade de Joinville/SC, na Av. Getúlio Vargas, n.º 500 - sala 8 - Galeria Oscar - Bairro Anita Garibaldi, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 81.140.139/0001-32 mantenedora da Comunidade Terapêutica Essência de Vida, encaminha em anexo os seguintes documentos:

- Ata de Eleição da nova diretoria - gestão 2008/2010;
- Relatório Circunstanciado de Atividades 2007;
- Balanço Patrimonial 2007;
- Demonstrativo de Resultados do Exercício 2007;
- Notas explicativas e Demonstração de Mutação do

Patrimônio.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Joinville/SC, 31 de março de 2008.

Roseli Ap. Consolaro Nabozny

Presidente/coordenadora

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/07/08*

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 148/08

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS DA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ  
CNPJ - 06.235.718/0001-43

ABARVI - 19/008

Florianópolis, em 30 de junho de 2008.

Exmo. Senhor

Deputado Rogério "Peninha" Mendonça

1º Secretário da ALESC

Nesta Capital

Senhor Primeiro Secretário,

A Associação Beneficente Amigos do Vale do Itajaí é uma entidade que, entre outros objetivos, atende pessoas carentes que buscam tratamento médico, principalmente, pacientes de câncer, nesta Capital Florianópolis e este trabalho depende de doações.

A Associação, no intuito de dar continuidade aos seus trabalhos e cumprindo determinação legal, apensa a esta, documentos necessários à manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Cordialmente,

**Eduardo Conte**  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/08

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 149/08

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA SÃO JOSÉ DE URUBICI

HOSPITAL SÃO JOSÉ DE URUBICI

CNPJ 86.517.638/0002-09

Rua Boanerges Pereira de Medeiros, 1196

88650 - URUBICI - SANTA CATARINA

Fone (0xx) 49 278-4099 - 278-5082

Email hcmsj@twc.com.br

Urubici, 30 de Junho de 2008.

Ofício nº 026 - 06/07

Ilmo Sr. Júlio Garcia

Deputado Estadual

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Florianópolis - SC

Ilustríssimo Sr,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, de acordo com a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, enviar documentação para manutenção do título de Utilidade Pública Estadual, como também, o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade e Maternidade São José, de Urubici, referente ao exercício de 2007, mantido pela Associação Franciscana São José de Urubici de acordo com o novo Estatuto. Certos de estarmos sempre juntos nesta caminhada, renovamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**Rodrigo Machado Padilha**  
Administrador Hospitalar  
CRA/SC Nº - 10103

Lido no Expediente

Sessão de 09/07/08

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PARECER</b>
----------------

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei: 0102.6/2008

Origem: Executivo.

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e adota outras providências.

Relator: Deputado Renato Hinnig.

## PARECER PRELIMINAR

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

## I - RELATÓRIO

Dispõe os autos sobre proposição de origem governamental que apresenta as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2009 e adota outras providências.

A matéria foi lida no expediente na sessão do dia 22/04/2008 e remetida a esta Comissão, onde foi designado em 24/04/2008 para promover a relatoria.

A Comissão de Finanças e Tributação compete analisar as proposições sob os aspectos financeiros e orçamentários, na forma do artigo 73 do Regimento Interno, sendo a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias de sua competência.

Segundo o art. 120, da Constituição Estadual, a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 120. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo, precedidas da realização do Congresso Estadual do Planejamento Participativo, de acordo com o disposto em Lei Complementar"

§ 1º O plano plurianual exporá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias:

I - arrolará as metas e as prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientará a elaboração da lei orçamentária anual;

III - disporá sobre alterações na legislação tributária;

IV - estabelecerá a política de aplicação das instituições financeiras oficiais de fomento.

V - destinará, obrigatoriamente, 10% (dez por cento) da receita corrente do Estado, através de dotação orçamentária, aos programas de desenvolvimento da agricultura, pecuária e abastecimento." (10/11/97) (ADI STF 1759 1998 - Liminar deferida: suspender, até a decisão final da ação direta, a execução e aplicabilidade do inciso V do § 3º do art. 120, com a redação concedida pela EC/14 - Aguarda julgamento do mérito).

O art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) especifica o que deverá estar disposto na LDO, a saber:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para a transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

II - (VETADO)

III - (VETADO)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

Passaremos a análise preliminar dos itens para verificar o cumprimento das exigências constitucionais e legais citadas anteriormente.

## II - DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

Procedemos à análise do Projeto de LDO enviado pelo executivo a luz das exigências da Constituição Estadual e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que tange ao disposto na Constituição Estadual elaboramos o quadro 1 e ao disposto na LDO o quadro 2, anexos ao presente relatório.

## III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Os artigos 7º a 9º tratam das diretrizes para a elaboração e execução orçamentária para 2009 e tem como base o Plano Catarinense de Desenvolvimento, o Plano de Governo e o Plano Plurianual para o período de 2008-2011 e considerando as diretrizes gerais especificadas na LDO em análise.

Neste interím, devem ser contempladas prioridades eleitas através das audiências públicas realizadas pela ALESC em todo o Estado, por ocasião do PPA 2008-2011.

### IV - DO REPASSE AOS PODERES

No art.23 do referido Projeto são demonstrados os limites percentuais de cada Poder, órgão ou Entidade, no compartilhamento dos recursos da Receita Líquida Disponível:

**I - Assembléia Legislativa do Estado - 3,70%;**

**II - Tribunal de Contas do Estado - 1,30%;**

**III - Tribunal de Justiça - 7,40%;**

**IV - Ministério Público - 3,10%;**

**V - UDESC - 2,05%."**

Ressalta-se que os percentuais mencionados permanecem os mesmos dos constantes na LDO de 2008.

### V - RENÚNCIA DE RECEITA

Houve aumento da renúncia em termos orçamentários, na ordem de 22,5%, plenamente justificado pelo crescimento econômico do Estado de Santa Catarina.

A renúncia ocorrida em 2008 foi de R\$ 2,308 bilhões, sendo o valor da renúncia previsto para 2009, de R\$ 2,827 bilhões.

Observa-se que dentro dos valores apontados como renúncia se encontra o valor de R\$ 726.353.526,00 referente a repasses para o FUNDOSOCIAL e SEITEC, além do PRODEC cujos recursos retornam ao Estado por intermédio do FADESC, portanto, este valor ingressa em outra rubrica, neste caso, considerando-se os 6% de real benefício concedido pelo Fundosocial e Seitec (nota explicativa nº 3 às fls. 92 dos autos) a efetiva renúncia seria de R\$ 2.121.022.349,56.

### VI - CONCLUSÃO

Após as observações já discorridas, concluímos que foram preenchidos os requisitos legais para sua tramitação, deixando para o relatório final, a análise mais aprofundada dos itens que compõem o corpo do Projeto de Lei, bem como, manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

Finalmente, apresento aos nobres pares o Cronograma de Tramitação da LDO-2009, parte integrante do presente Parecer Preliminar.

#### CRONOGRAMA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

(De acordo com art.284 a 290-A do Regimento Interno)

Prazo Final - 06/08/2008

21/05/2008 (4ª feira) - Apresentação do Parecer Preliminar.

26/05/2008 (2ª feira) - Publicação do Parecer Preliminar.

11/06/2008 a 24/06/2008 - Período reservado para Audiências Públicas e Convocação de Secretários.

09/07/2008 (4ª Feira) - Apresentação de novo calendário, a pedido das bancadas partidárias e do Presidente da Comissão.

10/07/2008 a 18/07/2008 - Prazo para apresentação de emendas.

23/07/2008 (4ª Feira) - Parecer Final.

23 e 24/07/2008 - Votação em Plenário.

30/07/2008 (4ª Feira) - Apresentação da Redação Final e Publicação.

05/08/2008 (3ª Feira) - Aprovação em Plenário da Redação Final.

06/08/2008 (4ª Feira) - Encaminhamento ao Executivo.

Florianópolis, 09 de julho de 2008.

RENATO HINNIG

Deputado Estadual

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 1341, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 1272, de 01/07/2008, que nomeou **GLADIS ZANETTE BOAROLI**.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1342, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR GLADIS ZANETTE BOAROLI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1343, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JOAREZ OLIVEIRA DA SILVA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1344, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **CLAUDIOELI DA SILVA**, matrícula nº 2689, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Ivan Naatz).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1345, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **FLAVIO CARDOSO**, matrícula nº 5332, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 1346, de 09/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR FLAVIO CARDOSO**, matrícula nº 5332 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1347, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JAQUELINE ANDRÉIA FERREIRA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1348, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LUISA ZIMMERMANN**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1349, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR DAYANA WEISS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1350, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ELAINE PEREIRA GOULART**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1351, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **HILARIO ZANETTE**, matrícula nº 3504, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1352, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR VOLNEI NESI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Professor Grando).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1353, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **KETLYN TAINA HOCH LANDI**, matrícula nº 4667, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1354, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR KETLYN TAINA HOCH LANDI**, matrícula nº 4667, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1355, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR EVALDO CEMIN**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1356, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR SIRLENE APARECIDA ARAÚJO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1357, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0932/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER** à servidora **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA PEDERNEIRAS**, matrícula nº 1758, LICENÇAS-PRÊMIO referentes aos quinquênios compreendidos entre 29/08/70 a 28/08/75; 29/08/75 a 16/06/76 e de 27/05/83 a 10/08/87; 11/08/87 a 10/08/92; 11/08/92 a 10/08/97; 11/08/97 a 10/08/02, e 11/08/02 a 10/08/07.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1358, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 073/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **EDUARDO PEREIRA ANDRADA**, matrícula nº 3615, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 6% (seis por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 13 de fevereiro de 2008.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1359, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Valdeci Jose da Silva	4212	3%	3%	01/04/08	664/08
Maria Adriana Mota de Campos	3024	3%	3%	01/05/08	737/08
Lucio Mauro Bernardi	4091	6%	6%	01/05/08	817/08
Leonardo Lorenzetti	4520	3%	3%	25/05/08	862/08
Jolita Ceolin	4674	3%	3%	31/05/08	910/08
Elza Maria Inacio	4422	3%	3%	01/06/08	911/08
Ketlyn Taina Koch Landi	4667	3%	3%	31/05/08	912/08
Maria Angelica da Silva Ponciano	4668	3%	3%	31/05/08	913/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1360, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Marita Otto Schneider	4665	3%	3%	31/05/08	914/08
Patricia Paula Sabadini Miotto	3899	3%	3%	01/06/08	980/08
Romeu Porto Daros	2316	6%	6%	01/05/08	818/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1361, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0589	Wilfredo Medeiros da Silva	23/06/94	07/07/99	686/08
0589	Wilfredo Medeiros da Silva	08/07/99	07/07/04	686/08
2228	Maria Rozana Farah	16/03/00	15/03/05	742/08
1997	Geni Rebelatto dos Santos	06/05/03	05/05/08	758/08
1163	Sonia Regina do Amarante Arruda	13/05/03	12/05/08	783/08
0928	Carlito Cardoso da Silva	07/01/03	06/01/08	784/08
1411	Silvio Nestor de Souza	03/05/03	02/05/08	800/08
1258	Janio Mendonça	08/05/03	07/05/08	801/08
1588	Zenaide Meyer	08/12/02	26/05/08	839/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1362, de 09/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
1119	Vilma Cardoso	04/08/02	03/08/07	920/08
0243	Angelo Ferreira da Silva	31/05/03	30/05/08	958/08
0452	Hildo Tramontin	03/01/99	02/01/04	974/08
0058	Altair Santos de Aguiar	09/12/02	08/12/07	975/08
1603	Ademar Bertan	02/06/03	01/06/08	1046/08
1441	Maurilio Alves	03/08/02	05/06/08	1049/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 203/08**

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Freunde Kreis, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Freunde Kreis, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente  
Sessão de 09/07/08

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Cultural Freunde Kreis, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, tem sua sede no município de Blumenau, é uma entidade sem fins lucrativos, com duração de tempo indeterminado e tem como finalidade promover, elaborar, difundir e resgatar músicas, peças teatrais e danças típicas e folclóricas sem discriminação de origem, credo e idioma.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*